



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



MARCO ANTÔNIO COELHO SOARES

**AQUI VIVE A MEMÓRIA:**

educação patrimonial a partir de um roteiro virtual pelo Cemitério Santa Izabel no distrito de Icoaraci (Belém/PA).

ANANINDEUA-PA

2021

MARCO ANTÔNIO COELHO SOARES

**AQUI VIVE A MEMÓRIA:**

educação patrimonial a partir de um roteiro virtual pelo Cemitério Santa Izabel no distrito de Icoaraci (Belém/PA).

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História/Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará/*Campus* Universitário de Ananindeua, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Orientadora: Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle

ANANINDEUA-PA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE  
MARCO ANTÔNIO COELHO SOARES**

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pelo Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle e constituída pelos examinadores Profa. Dra. Siméia de Nazaré Lopes e pela Profa. Dra. Moema de Bacelar Alves, reuniu-se no dia 27 de dezembro de 2021, às 09:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando **MARCO ANTÔNIO COELHO SOARES** intitulada “AQUI VIVE A MEMÓRIA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DE UM ROTEIRO VIRTUAL PELO CEMITÉRIO SANTA IZABEL NO DISTRITO DE ICOARACI (BELÉM /PA)”. Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi **APROVADA**, com conceito **EXCELENTE** pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle  
Orientador

Profa. Dra. Siméia de Nazaré Lopes  
Membro da banca/PPGEH/UFPA

Profa. Dra. Moema de Bacelar Alves  
Membro externo da banca/MAM/UERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S676a Soares, Marco Antônio Coelho

Aqui vive a memória : educação patrimonial a partir de um roteiro virtual pelo Cemitério Santa Izabel no distrito de Icoaraci (Belém/PA) / Marco Antônio Coelho Soares. — 2021.

171 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado  
Profissional em Ensino de História, Ananindeua, 2021.

1. Ensino de História. 2. Educação patrimonial. 3.  
Cemitério Santa Izabel. 4. História e memória. I. Título.

CDD 341.349

---

Em memória do amigo Christian Denys  
Amorim que infelizmente não pode chegar ao  
fim desta jornada. Ninguém morre de verdade  
enquanto ainda vive na memória e no coração  
de seus amigos

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho como esse jamais poderia ser feito sem a colaboração de muitas pessoas. Algumas dessas pessoas acompanharam minha trajetória acadêmica desde o princípio, outras foram uma grata surpresa trazida pelo PROFHISTÓRIA, um presente.

Gostaria de agradecer especialmente ao professor Dr. Wesley Oliveira Kettle, meu orientador, pela paciência, dedicação e empenho nas orientações. Por ser o tipo mais raro de orientador: aquele que contribui de todas as formas possíveis para o crescimento dos seus orientandos. Dificilmente eu teria chegado ao final dessa jornada sem o seu apoio.

À minha esposa Genilza e ao meu amado filho Heitor. Vocês foram fundamentais nessa caminhada, como o são na minha vida.

Ao amigo Ernesto Padovani Netto, companheiro de longa data, a primeira pessoa a me falar do PROFHISTÓRIA e a me incentivar a fazer a seleção. Sem o seu entusiasmo e incentivo provavelmente eu não teria chegado até este ponto. Meu mais sincero agradecimento.

Às amigas e colegas de turma Ana Maria Conceição, Claudia Marcia Dias e Ana Vieira de Oliveira por acreditarem em mim em momentos em que nem eu mesmo acreditava.

Aos amigos da Escola Estadual “Professora Yolanda Peralta”, minha escola de origem na rede estadual e também minha escola do coração.

À minha diretora Carla Gama por gentilmente me ajudar com importantíssimas informações sobre a escola.

A todos os colegas da turma de 2019 do PROFHISTÓRIA da UFPA Campus Ananindeua.

Às inestimáveis contribuições da banca de qualificação, Profa. Dra. Siméia de Nazaré Lopes e Profa. Dra. Moema de Bacelar Alves, que foram extremamente generosas e solícitas para com o trabalho.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, meus mais sinceros agradecimentos.

*O sr. Sempere acreditava que todos nós fazíamos parte de algo e que, ao deixar este mundo, nossas lembranças, nossos desejos não se perdiam, mas passavam a ser lembranças e desejos de quem viesse ocupar nosso lugar.*

– Carlos Ruiz Záfon, “O Jogo do Anjo”

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo compreender qual a concepção de patrimônio dos alunos do 8º e 9º ano da Escola Estadual “Professora Yolanda Leduc Peralta”, situada no bairro da Campina, distrito de Icoaraci, em Belém (PA). Abordamos especificamente o Cemitério Santa Izabel, enquanto espaço produtor de memória da cidade. A partir da utilização de fotografias, notícias de jornais e diálogos com alunos e familiares, procuramos compreender qual o lugar do cemitério na formação da identidade local, ao abordar os espaços dos mortos enquanto espaço de construção de memórias, mas também de vivências cotidianas. Procuramos mostrar que o espaço dos mortos é também o espaço dos (muitos) vivos. Diante disso, construímos um roteiro virtual que poderá ser usado para o trabalho com educação patrimonial nas aulas de história do ensino fundamental.

**Palavras-chave:** Ensino de História, Educação Patrimonial; Cemitério Santa Izabel; História e Memória.



## **ABSTRACT**

This dissertation aims to understand the concept of heritage of students from the eighth and ninth grades of the “Yolanda Leduc Peralta” middle school, located in the Campina district, Icoaraci district, in Belém (PA). We specifically address the Santa Izabel Cemetery, as a space that produces the city's memory. Using photographs, newspaper reports and dialogues with students, family members, we seek to understand the place of the cemetery in the formation of local identity, by approaching the spaces of the dead as a space for building memories, but also for everyday experiences. We try to show that the space of the dead is also the space of the (many) living. Therefore, we built a virtual script that can be used to work with heritage education in elementary school history classes.

**Keywords:** History Teaching; Heritage Education; Santa Izabel Cemetery; History and Memory.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distritos administrativos de Belém.....	30
Figura 2 – Antiga Vila do Pinheiro no início do século XIX. ....	33
Figura 3 – Chalé Tavares Cardoso, ontem e hoje .....	36
Figura 4 – Antiga Estação Ferroviária do Pinheiro, hoje Estação Cultural de Icoaraci .....	38
Figura 5 – Chalé Senador José Porfírio, ontem e hoje .....	39
Figura 6 – Mangueiras seculares presentes nas principais ruas de Icoaraci .....	41
Figura 7 – <i>Cemitério de la Ricoleta</i> , em destaque na página oficial de turismo de Buenos Aires .....	44
Figura 8 – Vista aérea do cemitério de Icoaraci, destacando a sua localização.....	48
Figura 9 – Cruzeiro disposto na alameda central do cemitério e inscrição em sua base.....	50
Figura 10 – Casa pertencente à família Juvêncio Sarmento, onde hoje se localiza a Escola “Coronel Sarmento” .....	50
Figura 11 – Capela mortuária do cemitério Santa Isabel .....	53
Figura 12 – Diferenças na ornamentação e preservação dos túmulos, dos mais afastados aos mais centrais .....	55
Figura 13 – A cruz enquanto elemento quase onipresente no cemitério .....	55
Figura 14 – Intensa atividade comercial no entorno do cemitério Santa Isabel durante o dia de Finados .....	59
Figura 15 – Placa de inauguração da Escola “Yolanda Leduc Peralta”.....	71
Figura 16 – Praça Iolanda Peralta, localizada no interior da Escola “Avertano Rocha”.....	72
Figura 17 – Sala dos Professores, que divide espaço com o Arquivo Central da escola.....	73
Figura 18 – Secretaria escolar .....	74
Figura 19 – Único corredor da escola, revitalizado após mutirão comunitário e mobilização das famílias.....	75
Figura 20 – Localização do bairro Campina de Icoaraci, às margens do Furo do Maguari.....	78
Figura 21 – Cartaz e cena do filme “Viva! A vida é uma festa”.....	91
Figura 22 – Alunos da Escola “Yolanda Leduc Peralta” em trabalhos informais nas dependências do cemitério Santa Isabel .....	92
Figura 23 – Arborização próxima à alameda central do cemitério Santa Isabel .....	23
Figura 24 – Jazigo de família de ascendência japonesa presente no cemitério Santa Isabel .	100
Figura 25 – Jazigo da família Diógenes da Costa Lamas.....	101
Figura 26 – Vista aérea do cemitério Santa Isabel .....	102

Figura 27 – <i>Homepage</i> do roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel.....	103
Figura 28 – Verbete sobre a entrada do cemitério Santa Izabel.....	103
Figura 29 – Verbete sobre o cruzeiro disposto na alameda central do cemitério Santa Izabel .....	104
Figura 30 – Aplicação de azulejos portugueses nos túmulos .....	106
Figura 31 – Jazigo das irmãs cordimarianas e retrato do Padre Júlio Maria Lombaerde.....	108
Figura 32 – Jazigo da família Pereira Santos .....	108
Figura 33 – O cemitério é um verdadeiro mar de cruces.....	110
Figura 34 – Cruz trevolada e cruz de Santo André apóstolo .....	110
Figura 35 – Velas dispostas aos pés do cruzeiro central, também é possível ver o chão chamuscado .....	112
Figura 36 – Jasmim do Caribe ornamentando a alameda central do cemitério Santa Izabel .	114
Figura 37 – Castanholas localizadas próximo à entrada principal do cemitério .....	116
Figura 38 – Mangueiras próximas à entrada central do cemitério Santa Izabel.....	117
Figura 39 – Epitáfios .....	119
Figura 40 – Jazigo da família Cunha.....	121
Figura 41 – Túmulo de Juvenal Soares da Costa e de sua mãe .....	123
Figura 42 – Recorte de jornal com a notícia do assassinato de Osmar Barroso.....	124
Figura 43 – Túmulo de Osmar Barroso e de sua esposa. ....	125

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 O CEMITÉRIO COMO UM LUGAR DE HISTÓRIA E DE MEMÓRIA .....</b>	<b>19</b>
2.1 O cemitério enquanto patrimônio .....	23
2.2 Onde se localiza o cemitério: breve história do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) .....	28
2.3 O cemitério Santa Izabel .....	42
2.4 O lugar dos mortos ajudando a movimentar a economia local e contribuindo para a sobrevivência dos vivos .....	57
<b>3 O CEMITÉRIO SANTA IZABEL COMO POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA.....</b>	<b>61</b>
3.1 O cemitério Santa Izabel e as concepções de educação patrimonial .....	63
3.2 A Escola “Yolanda Leduc Peralta” .....	68
3.3 As percepções dos alunos acerca do cemitério Santa Izabel .....	82
3.4 Inserindo o cemitério Santa Izabel nas aulas de História .....	90
<b>4 UM ROTEIRO VIRTUAL PELO CEMITÉRIO SANTA IZABEL.....</b>	<b>96</b>
4.1 Roteiros virtuais e ensino de História .....	97
4.2 A construção do roteiro .....	98
4.2.1 Azulejos.....	104
4.2.2 Túmulos em forma de capela .....	107
4.2.3 Cruzes.....	109
4.2.4 Velas .....	111
4.2.5 Vegetação .....	113
4.2.6 Epitáfios .....	118
4.3 A diversidade dos sujeitos ali sepultados .....	120
4.3.1 José Maria Gomes da Cunha.....	120
4.3.2 Juvenal Soares da Costa.....	121
4.3.3 Osmar Barroso .....	123
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL: ROTEIRO VIRTUAL PELO CEMITÉRIO SANTA IZABEL.....</b>	<b>133</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino de História constitui-se, na atualidade, como uma prática verdadeiramente desafiadora, uma vez que exige do professor permanente preparo e disposição para pensar meios de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais atrativo para os alunos.

Acerca da educação patrimonial, nos são importantes algumas reflexões. Este campo de atuação demanda que se pense uma história em que os indivíduos, por meio do conhecimento, sejam capazes de interpretar o passado e assim agir sobre o presente de forma a também transformá-lo.

Um dos objetivos do ensino de História deve ser contribuir para transformar os alunos em agentes de transformação da sociedade. Portanto, faz-se necessário pensar a educação no contexto da sociedade atual, que passa por bruscas mudanças bruscas continuamente, o que também tem impactado a educação e as formas de ensinar e de aprender. Nesse sentido, Helenice Ciampi faz uma excelente reflexão acerca do perfil do aluno na atualidade:

É preciso refletir sobre o perfil do aluno que temos hoje: por vezes mal alfabetizado, vivendo em um mundo de correria e violência, um sujeito “blip”, aquele feito de fiapos de informação e vivências, bombardeado pelas imagens da mídia. Uma criança ou jovem vivendo em um mundo globalizado, caracterizado pela ausência de valores, ou melhor, em uma sociedade em que há a tendência a viver apenas o presente, o aqui e o agora, o individualismo a serviço de um consumismo que consagra o shopping como a grande catedral, espaço social por excelência. (CIAMPI, 2005, p. 123)

Isabel Uliana (2018) afirma que, considerando o perfil do aluno atual, é muito importante que os professores problematizem o porquê ensinar e o que ensinar. É preciso ensinar de forma que esse aprendizado propicie uma mudança na sociedade, ou pelo menos ofereça as ferramentas para tal. Lecionar é um desafio, pois não basta apenas ensinar, é preciso ensinar com qualidade. de forma integrada à vida do aluno, contribuindo para suas ações na sociedade. Nesse processo diário, o professor torna as informações que cercam os alunos em conhecimento significativo, proporcionando reflexões sobre suas ações e entre teoria e prática.

Segundo o psicólogo norte americano David Ausubel, “o fato isolado mais importante é aquilo que o aprendiz já conhece”. Para esse importante teórico da psicologia da educação, qualquer conhecimento novo precisa se ancorar fortemente ao que o aluno já conhece para resultar em uma aprendizagem significativa. Faz-se necessário partir do universo de significados do aluno, daquilo que ele já compreende para alcançar uma aprendizagem mais efetiva.

Fernando Seffner (2017) atribui à escola a função de proporcionar ao aluno a necessária alfabetização científica e promover aumento da densidade democrática, tornando-o um agente de transformação da sociedade. Aprender História é isso: propor uma mudança na prática social. O ensinar e o aprender História no contexto atual assume um posicionamento distinto do de outros momentos históricos vividos no Brasil. A História passa a ter uma função social específica quanto à formação da consciência dos alunos. Essa é uma preocupação que deve necessariamente nortear o trabalho dos professores, pois os alunos precisam ver significado em estudar História – e nossa função é dotar de sentido o conhecimento difundido e produzido na academia e também no espaço escolar para os alunos.

É preciso romper com o discurso de que a História é a ciência do passado, e o mesmo pensamento se aplica ao conhecimento produzido no espaço escolar. Devemos nos dedicar a compreendê-lo, a refletir sobre ele, não apenas fazer uma história do tempo presente, mas fazer uma história no tempo presente e romper com a dicotomia “ensino x pesquisa”, pensamento binário que historicamente procurou separar o conhecimento escolar (este visto como inferior, subalterno) daquele que é produzido na academia.

A História estuda o passado, mas não se trata de um passado morto, estanque, isolado do presente e da realidade objetiva que nos cerca. É um passado vivo, rico de significados, pleno de influências e de possibilidades. Para facilitar a compreensão do passado, é preciso dialogar com o presente. O estudo da História só assume significado para os alunos quando em relação direta com o presente. A História é feita por homens ao longo do tempo e se faz necessário compreendê-la como um processo contínuo de transformações pelas quais as sociedades passam em todos os campos da atividade humana. Ao levarmos isso em conta, precisamos ter clareza da realidade social na qual os alunos estão inseridos, despertando o seu senso crítico e contextualizando o estudo da História. Podemos fazer uma relação com Marc Bloch (1997), em sua célebre obra “A apologia da história ou o ofício do historiador”, que inicia sua reflexão tentando responder ao seguinte questionamento de seu filho: “Para que serve a História?”

Nesse sentido, se faz necessário problematizar e construir um processo de aprendizagem que englobe não apenas o espaço escolar, mas que ultrapasse tais limites e envolva espaços diferentes enquanto possibilidades de representação do passado, dotados de características históricas e lógicas próprias. Significa também realizar uma reflexão acerca da importância das fontes históricas dos mais variados tipos no processo de produção do conhecimento, vendo a escola como um lugar de produção de conhecimentos e não apenas de difusão destes.

Este trabalho realiza uma análise do cemitério Santa Izabel, no distrito de Icoaraci, em Belém (PA), como espaço de memória, de conhecimento histórico e de representação social. Rompe-se, aqui, com uma tradição de utilizar como base para estudo e reconstituição do passado apenas documentos escritos inseridos no espaço escolar. A partir do trabalho de análise do cemitério enquanto fonte histórica, procuramos também realizar uma leitura diferente da concepção que se tem sobre o passado e sua relação com o presente, não como dois momentos distintos, mas sempre em um diálogo constante e necessário para interpretar os fatos históricos, enfatizando especialmente a forma como os alunos compreendem essa relação.

Outra importante contribuição da pesquisa é o enfoque que procuramos dar às histórias de vida da população mais pobre, indivíduos que, não raro, ficam à margem de trabalho da pesquisa acerca dos cemitérios, uma vez que a produção historiográfica local acerca de cemitérios tende a se concentrar no Cemitério da Soledade, o mais antigo da capital e que abriga túmulos de indivíduos notáveis, grande parte da elite local.

O caráter inovador deste trabalho reside justamente em dar voz a indivíduos que normalmente seriam esquecidos, procurando ressignificar o cemitério como um lugar de memória, mas também de cultura, de expressão de sonhos, de aspirações e de anseios, sejam daqueles que se foram, sejam daqueles que guardam suas memórias.

Um dos objetivos iniciais deste trabalho era perceber o modo como os nossos alunos compreendem o patrimônio, que concepções de patrimônio possuem e em que medida o referido cemitério é visto como um espaço de memória por eles, além de observar qual a relação entre o patrimônio e aquilo que é fúnebre, que memórias esses alunos têm com relação ao feriado de finados e ao cemitério de Santa Izabel.

Posteriormente, concebemos a construção de um roteiro virtual pelo Cemitério Santa Izabel que poderia ser usado pelos professores nas aulas de história do ensino fundamental maior. A ideia inicial era utilizar esse roteiro como ferramenta para trabalhar a educação patrimonial nas aulas de história. Contudo, as amplas possibilidades oferecidas por um roteiro virtual como o aqui proposto revelaram-se como um campo fértil para a interdisciplinaridade. O roteiro virtual pode assim fornecer subsídios para o trabalho em várias disciplinas como ensino religioso, língua portuguesa, ciências físicas e biológicas, entre outras.

Outra possibilidade importante é o enfoque que se dá à história local, a história do distrito de Icoaraci, que normalmente é pouco trabalhada nas escolas locais. Normalmente, os alunos das escolas do distrito pouco sabem sobre a história do lugar onde vivem. Outro

elemento é a possibilidade de utilização de uma ferramenta construída a partir de uma referência integrada à realidade dos alunos e às vivências destes.

Helena Pinto (2017) define a experiência cotidiana, com seus interesses, peculiaridades, desafios, como a base para a compreensão da História. Nesse sentido, é importante estar atento à relação dos alunos como o objeto de pesquisa, atentar para emoções, interesses e curiosidades. Do mesmo modo, é fundamental procurar compreender a importância da experiência prévia dos alunos como ponto de partida para a pesquisa. Trata-se, portanto, de procurar valorizar a voz dos nossos alunos, o que estes têm a nos oferecer, compreender qual a relação dos alunos com o objeto de pesquisa ora estudado.

Sobre atividades de educação patrimonial, Helena Pinto afirma ser necessário “usar fontes patrimoniais de forma a desenvolver a compreensão de conceitos históricos pelos alunos e a interpretação dos contributos culturais, sociais e econômicos de diversos grupos na comunidade” (2017, p. 215).

A educação patrimonial normalmente é trabalhada em poucas aulas ao longo do ano letivo. É vista de forma pontual, raramente indo além das visitas, uma ou no máximo duas vezes por ano. Os livros didáticos utilizados pela disciplina História lidam com questões relativas à educação patrimonial de forma bastante superficial em razão de fatores como a grande quantidade de conteúdo a ser trabalhado durante o ano letivo, que faz com que o professor precise trabalhar com um elevado volume de temas e assuntos de forma superficial, deixando de fora, muitas vezes, questões importantes.

Isto posto, a dissertação aqui realizada se estrutura da seguinte forma: o capítulo 1 é a presente introdução, seguido do capítulo “O cemitério tal como lugar de história e memória”, em que conduzo uma análise acerca do cemitério Santa Izabel enquanto um espaço de memória, de conhecimento histórico e de representação social da memória. Nele, trabalhamos conceitos como patrimônio, educação patrimonial, memória e identidade.

No corpo da dissertação, procuramos subsídios nos debates propostos por autores como Pierre Nora (1993), Dominique Poulot (2011) e Edgar Morin (1997), sempre procurando dialogar com a realidade da Escola Professora Yolanda Leduc Peralta e com a referida necrópole.

O capítulo seguinte é intitulado “O cemitério Santa Izabel como possibilidade para a educação patrimonial nas aulas de História” e traz uma reflexão sobre o ensino de História e a educação patrimonial na Escola “Professora Yolanda Leduc Peralta” a partir do cemitério de Santa Izabel.



Discorreremos sobre os conceitos de patrimônio e de educação patrimonial, sempre em diálogo com a questão central da dissertação que é a relação entre os alunos da escola “Professora Yolanda Leduc Peralta” e o cemitério de Santa Izabel. Para tanto, recorreremos aos debates propostos por autores como Maria de Lourdes P. Horta (1999), Helena Pinto (2017), Mario Chagas (2007), Cristina Figueira (2012) e Dominique Poulot (2011). Para as reflexões relativas ao ensino de história, recorreremos aos debates propostos por Flávia Caimi (2006) e Elza Nadai (1992).

Trabalhamos, também, em uma perspectiva da história do distrito de Icoaraci, como um panorama para compreender melhor o cemitério, procurando caracterizar a comunidade local e a relação desta com a escola. As carências e dificuldades da escola foram certamente consideradas nesse levantamento, uma vez que o funcionamento da instituição influencia diretamente na rotina do território.

Finalizamos o capítulo discorrendo sobre o cemitério de Santa Izabele traçando um panorama de sua fundação, localização, e da importância deste para a comunidade icoaraciense como um local de memória. Esse capítulo fez uso de fontes relativas ao cemitério, como registros fotográficos, depoimentos coletados de moradores, funcionários e pessoas que possuem entes queridos enterrados nele.

O último capítulo é intitulado “Um roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel” e tem como objetivo analisar o processo de construção do produto educacional associado a esta dissertação: um roteiro virtual pelo cemitério de Santa Izabel, que se constituirá em uma experiência imersiva de visitaçao pela necrópole por pontos previamente definidos, mostrando um pouco da história deste bem, sempre evidenciando a relação da comunidade local com o sítio patrimonial.

Nesse capítulo, discutimos o conceito de roteiro, as possibilidades abertas com a utilização em sala, o processo de elaboração, as dificuldades encontradas e as referências selecionadas para determinadas atividades e verbetes. Além dos motivos que nos levaram a escolha de determinados personagens e a seleção dos registros fotográficos. Também detalhamos a forma como os depoimentos dos familiares foi incorporado aos produtos.

Discutimos também a elaboração de verbetes e informações relativas à história do cemitério e de pessoas ali sepultadas visando proporcionar uma experiência de visitaçao contextualizada.

Discorre-se também acerca da elaboração do roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel, sobre as etapas de produção e os meios técnicos utilizados. Ao final do terceiro capítulo, apresentamos o produto desta pesquisa na forma de uma proposta de intervenção

pedagógica, um recurso que possibilita introduzir as discussões sobre educação patrimonial no ensino de História para as turmas do ensino fundamental de uma forma bem simples e atrativa para o público-alvo.

O roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel será disponibilizado na biblioteca digital do Laboratório Virtual de Ensino de História da Universidade Federal do Pará para livre consulta e utilização por professores da educação básica.

## 2 O CEMITÉRIO COMO UM LUGAR DE HISTÓRIA E DE MEMÓRIA

Na célebre obra “A sombra do vento”, do romancista espanhol Carlos Ruiz Zafón, a narrativa gira em torno do enigmático cemitério dos livros esquecidos, uma monumental biblioteca secreta na qual livros eram salvos do completo esquecimento por um seletivo (e secreto) grupo de pessoas ditas “escolhidas”. Embora o cemitério dos livros esquecidos não seja uma necrópole convencional, cemitérios são elementos sempre presentes nas obras do recentemente falecido Zafón, um dos autores de língua espanhola mais lidos na atualidade. O realismo fantástico tem nos cemitérios uma ambientação bastante apropriada.

“A Sombra do vento” foi a obra inaugural de um ciclo de romances que se entrecruzam no universo literário do Cemitério dos Livros Esquecidos. Lançados entre 2001 e 2017, a série de livros apresenta ao público um cemitério de livros cujo acesso é restrito a poucos privilegiados. Estes “escolhidos” escolhem uma obra para chamar de sua e preservá-la a fim de impedir que esta caia para sempre no esquecimento. Essa escolha, entretanto, vai muito além das estantes centenárias: ela delinea destinos.

Necrópole, campo santo, cemitério, diversos nomes para designar aquele local que normalmente é a nossa última morada. Além de guardar restos mortais, esses locais também evocam e abrigam memórias. São repositórios da memória, tão incorporados à vida dos centros urbanos, mas ainda vistos com ressalvas por muitos, e constituem o objeto de estudo neste trabalho, em especial por se configurarem como um espaço extremamente rico em possibilidades de leitura das sociedades que os constroem. Com efeito, campos santos são campos férteis para pesquisas nas mais diversas áreas.

Assim como o cemitério dos livros esquecidos preserva estes do esquecimento, os campos santos reais também têm como uma de suas razões de existir a preservação da memória relativa aqueles que ali foram inumados. Em sua obra, Zafón expressa a finalidade daquela misteriosa biblioteca construída sob os subterrâneos de Barcelona da seguinte forma:

Quando uma biblioteca desaparece, quando uma livraria fecha as suas portas, quando um livro se perde no esquecimento, nós, guardiões, os que conhecemos esse lugar, garantimos que ele venha para cá. Neste lugar os livros dos quais já ninguém se lembra, os livros que se perderam no tempo viverão para sempre, esperando chegar algum dia as mãos de um novo leitor, de um novo espírito. (ZAFON, 2001, p. 9)

Esse abrigo para livros esquecidos permite analogias com as necrópoles reais, lugares (de preservação) da memória por excelência.

Um dos conceitos fundamentais para o estudo das diferentes formas de patrimônio é o conceito de lugares de memória. Segundo o historiador francês Pierre Nora, este refere-se a rituais, festas e celebrações populares, canções e modos de fazer, manifestações transmitidas ao longo das gerações. São componentes da identidade de um povo ou grupo social que contribuem para conferir a estes uma percepção de continuidade. Estão presentes tanto a nível local, de comunidades locais, quanto a nível nacional, das sociedades como um todo.

Em seu célebre artigo “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, Pierre Nora define o momento atual como marcado pela globalização. Nesse contexto, existe uma tendência marcante do passado em ceder lugar à ideia de eterno presente. O autor emprega a expressão “aceleração histórica”, que compreende como:

Uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida- uma ruptura do equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou do vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo (NORA, 1993, p. 7)

Para Pierre Nora, os lugares da memória encontram-se na fronteira, no limiar entre o presente e o passado, quem fomos e quem somos, e possuem relação direta com o conceito de identidade, servindo de referência para a identidade de um determinado grupo.

O presente trabalho pretende mobilizar conceitos que têm uma significância muito grande para o ensino de História: patrimônio e memória. Um interessante conceito de patrimônio é o da historiadora francesa Françoise Choay:

o patrimônio estaria ligado, na sua origem, apenas às estruturas familiares, econômicas, jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Requalificado por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) fizeram dele um conceito nômade, que vem sendo utilizado na designação de conjuntos de bens de caráter material ou imaterial, direitos, ações e tudo que possa pertencer a um indivíduo ou que esteja apto à apreciação econômica (CHOAY, 2006, p. 11).

O conceito de patrimônio originalmente referia-se aos bens de natureza material e que eram transmitidos de geração em geração. Contudo, esse conceito passou por um significativo processo de ampliação, abrangendo na atualidade uma gama extremamente variada de elementos. A autora relaciona a princípio o conceito de patrimônio com a noção de herança, de “algo” que pode ser herdado. Hoje, patrimônio é também relacionado a bens culturais, expressões, modos de fazer etc.

Memória e identidade também são conceitos necessários no âmbito deste trabalho, sobretudo por serem utilizados no contexto da questão patrimonial como um dos vieses na

análise cemiterial, quando se pretende discutir a importância destes sítios para as cidades e seus habitantes.

Maurice Halbwachs estabelece o conceito de memória coletiva ao se referir às determinações da consciência por meio de quadros sociais que precedem e tornam a sociedade verossímil. Para o autor, a memória, apesar de aparentemente particular, remete sempre a um grupo social, relação na qual se constroem as lembranças (HALBWACHS, 1990).

A memória individual se realiza na composição das diferentes memórias dos grupos com os quais nos relacionamos, pois ela está impregnada das memórias que nos rodeiam, de maneira que, ainda que não estejamos presentes, podemos recordar, viver e perceber situações que nos cercam constituídas a partir dessas outras memórias, que compreendemos como uma heterogeneidade, ou seja, uma memória que nos parece pertencer.

As memórias coletivas passam a ser sinônimos de representações coletivas que trazem com elas uma dimensão histórica. [...] De uma maneira geral, essas abordagens, identificam a memória coletiva a construções simbólicas, rompendo com as dicotomias entre indivíduo e sociedade, por um lado, e passado e presente, por outro (SANTOS, 2003, p.12-13).

O conceito de memória coletiva é caracterizado por Halbwachs como um fenômeno social que deve ser compreendido como resultado de um processo de caráter social. Nesse sentido, a memória coletiva é entendida na presença de estruturas coletivas, ou seja, grupos e/ou instituições que proporcionam múltiplas e diferentes memórias.

Refletir sobre a dimensão estratégica da memória e sobre o seu emprego nas construções de identidades coletivas permite que realizemos uma análise cemiterial como lugar de memória.

Dentro de um cemitério, diversas memórias coletivas convivem. Ao serem eternizadas em monumentos, documentos (LE GOFF, 1990) e registros permanentes, essas memórias não perdem certas especificidades e continuam identificadas ao grupo social que as selecionou.

Tendo em vista que a definição de patrimônio é datada, ou seja, historicamente situada e condicionada pela temporalidade, cumpre delimitar as concepções de patrimônio e memória que serão utilizadas a partir deste ponto do trabalho. Pierre Nora define a memória como:

a vida, sempre carregada por grupos vivos e neste sentido ela este em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9)

Pierre Nora, que em sua célebre obra sobre “os lugares de memória” traz relevantes observações acerca do tratamento dos “vestígios da memória” e a construção da identidade

social em distintos espaços culturais e diferentes temporalidades, definindo a memória como vida em movimento, fazendo um importante contraponto entre ela e a história.

Lugares da memória são lugares representativos da história e podem ser referências para a identidade. Esse sentido se expande a muitos lugares, inclusive aos cemitérios. Esses lugares são relevantes, pois remetem a um passado carregado de simbologia, hábitos, costumes e crenças que reforçam laços sociais. Têm, portanto, importância na formação da identidade local. Ou seja, os lugares da memória reforçam a identidade de um determinado grupo social.

O conceito de lugares da memória se faz ainda mais importante na medida em que, segundo Pierre Nora, “vivemos em uma sociedade condenada ao esquecimento em razão de uma constante aceleração da história” (NORA apud FIGUEIRA, 2012, p. 55). Figueira, também citando Le Goff, evoca que a problemática dos lugares de memória se faz cada vez mais importante, uma vez que

[...] sob pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pela mídia, (essa problemática) caminha na direção do mundo acrescido de memórias coletivas, e a história estaria, muito mais que antes ou recentemente, sob pressão dessas histórias coletivas. (LE GOFF, p. 467 apud FIGUEIRA, 2012, p. 55)

Pierre Nora pontua que há uma obsessão pela memória e pela guarda desta devido às intensas mudanças do mundo em que vivemos, fenômeno que o autor chama de “aceleração da história” (NORA, 1993).

A consequência desse processo é a construção desses lugares de memória, devido a perda das características particulares do homem, uma vez que a memória contemporânea é diferente daquela espontânea, ocorrida no dia a dia das sociedades tradicionais. A memória atual necessitaria, portanto, da criação de lugares de memória para não ser esquecida, para se manter viva.

Conforme afirmamos, os cemitérios se constituem em importantes lugares da memória, oferecendo possibilidades extremamente ricas de leitura e compreensão das sociedades.

Na riquíssima literatura brasileira, os cemitérios também habitam o universo criativo de diferentes autores – algumas vezes como lugar de onde o protagonista fala. Em “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, o protagonista dedica a narrativa “ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver”, ficando claro que o autor/narrador escreve toda a obra em primeira pessoa e postumamente.

O narrador se autointitula um defunto-autor, ou seja, um morto que se dispôs a contar suas memórias. Podemos, dessa forma, conhecer toda uma trajetória de vida narrada por um

indivíduo que não está mais no mundo dos vivos. O narrador defunto posiciona-se além dos julgamentos mundanos, podendo contar suas memórias de forma livre de julgamentos que não os próprios.

Com a narração em primeira pessoa, a história é contada partindo de um relato do narrador-observador e protagonista, que conduz o leitor tendo em vista sua visão de mundo, seus sentimentos e o que pensa da vida. Dessa maneira, as memórias de Brás Cubas nos permitem ter acesso aos bastidores da sociedade carioca do século XIX.

O narrador conta sua história de vida e suas peripécias, tendo por ponto de partida o dia de seu sepultamento. É um morto que fala, narrando suas memórias a partir daquele lugar de memória. Os cemitérios estão muito presentes na literatura, ajudando a difundir esses locais no imaginário coletivo e demonstrando que podem ser bem mais do que o destino final da maioria das pessoas, mas locais extremamente ricos em possibilidades.

## **2.1 O cemitério enquanto patrimônio**

Na atualidade, os cemitérios podem se constituir em uma importante fonte para a compreensão das diversas estruturas de uma sociedade em uma dada temporalidade, informações que podem ser úteis a historiadores que tenham interesse em compreender, a partir dos costumes e rituais fúnebres, a relação que aquela sociedade possui ou possuía com a morte. Assim como as sociedades mudam, os cemitérios também mudam. As mudanças destes são, em grande parte, reflexo das transformações daquelas, como destacado pelo historiador gaúcho Harry Rodrigues Bellomo:

As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças e estruturas socioeconômicas e ideologias. Deste modo a análise permite conhecer múltiplos aspectos da comunidade, constituindo-se em grandes fontes para o conhecimento histórico. (BELLOMO, 2008, p. 13)

Diferenças socioeconômicas, crenças religiosas, expressões artísticas, ideais estéticos e concepções de organização urbana são alguns elementos que podem ser compreendidos a partir do estudo dos cemitérios. Podemos dizer que, mais do que a relação que as sociedades estabelecem com a morte, os cemitérios refletem muito da forma como essas sociedades viveram em determinado período, dos ideais que cultivaram e que dizem muito sobre a imagem que estas desejavam transmitir para a posteridade.

A partir da segunda metade do século XX, ocorreu um importante incremento nos estudos sobre os cemitérios e sobre a relação que os homens estabeleciam com a morte.

Alguns importantes historiadores, notadamente vinculados à escola dos Analles, desenvolveram importantes discussões teóricas acerca do tema, com destaque para Michel Vovelle e Phillipe Ariès.

Na obra “O homem diante da morte”, Phillipe Ariès investiga o comportamento humano diante da morte a partir de uma perspectiva histórica e sociológica e se dedica à análise de textos literários e de outras fontes como inscrições tumulares, diários pessoais para demonstrar que atitudes que os homens assumem diante da morte passaram por modificações no decorrer do tempo, ou seja, são historicamente construídas. Para Phillipe Ariès, as mudanças na concepção da morte são lentas e só podem ser estudadas numa escala temporal (ARIÈS, 2003).

Já em “A história da morte no ocidente”, Ariès analisa as diferenças e as semelhanças entre os homens nas sociedades ocidentais na forma como lidam com a morte, permitindo-nos refletir sobre as transformações na relação que os homens estabeleceram com a morte em diferentes sociedades e distintas temporalidades. Desde períodos de mais fácil aceitação (resignação) diante do inevitável, no qual a morte era vista como um destino certo e encarada como parte da vida, um desfecho natural de um ciclo do qual não se podia escapar. Morria-se com frequência em casa, cercados dos entes queridos.

Posteriormente, essa percepção se modificaria. A partir do final da idade média, a morte reveste-se de um outro sentido: “[...] mesmo persistindo até o século XIX a solenidade ritual da morte no leito, tornou-se no fim da Idade Média entre as classes instruídas um caráter dramático, uma carga de emoções que antes não possuía” (ARIÈS, 2003, p. 53).

A partir do século XVIII, a forma como o homem se posiciona diante da morte sofreu novas modificações, pois, com a popularização dos cemitérios, a morte tornou-se cada vez mais um evento público. O lugar de morrer também mudou: cada vez menos morria-se em casa e cada vez mais morria-se nos hospitais. Essa publicização da morte teve impacto direto nas práticas relacionadas a esse momento: velórios, sepultamentos, expressões públicas de luto e de dor.

A partir do século XIX, a morte pouco a pouco se desnaturaliza. Sentimentos de luto contribuem para que se atribua novos significados à prática dos sepultamentos. Os cemitérios são ressignificados. O ato de visitar um cemitério, peregrinar entre os túmulos, visitar a morada dos mortos reveste-se cada vez mais de um caráter religioso.

Em “As Almas do Purgatório”, Michel Vovelle (2010) discute como o ocidente cristão tentou gerir sua relação com o universo dos mortos, de perto e de longe, encerrando-os na misericordiosa prisão do purgatório, um local de reclusão e de sofrimentos expiatórios



temporários que rompe com a dualidade entre o paraíso acessível a poucos escolhidos e os sofrimentos eternos do inferno. O autor teve uma vasta produção nos anos 1980, contudo sua obra mais conhecida “Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a idade média até o século XX” se tornou popular apenas no início dos anos 1990.

Edgar Morin, em “O homem e a morte”, realiza uma importante análise das relações que as sociedades e culturas humanas estabelecem com a morte, com a finitude do ser. A certeza dessa finitude, do qual apenas os seres humanos desfrutam, se constitui em um elemento que norteia nossas ações ao longo da existência. O autor afirma que a sociedade funciona não apenas apesar da morte e contra a morte, mas também só existe enquanto organização pela morte com a morte e na morte (MORIN, 1997). O autor pontua que, ao fazermos uma reflexão mais ampla sobre a morte, refletimos sobre amplos aspectos das estruturas sociais.

O prisma sob o qual Morin analisa a morte difere um pouco das análises mais em voga no período, em especial de autores da escola dos anales, basicamente divididas em uma abordagem do passado mais centrada na história das mentalidades, e outra dominada por uma análise das estruturas demográficas. Segundo André Burguière:

No primeiro caso, as atitudes em relação a morte e suas transformações se referem à maneira pelo qual os homens pensam e experimentam seu lugar no movimento do mundo natural: seus sentimentos sobre a morte encontram-se estreitamente ligados ao sentido que conferem à vida e à sua existência como indivíduos. Essa abordagem psicológica integra-se às hipóteses de Edgar Morin. No segundo, a abordagem dos moradores, marcada por certo determinismo, tende a considerar que a percepção da morte é ditada pelas condições de mortalidade e se modifica com elas.”(BURGUIÈRE, 2008, pag. 72)

“O Homem e a morte” foi um dos primeiros livros escritos pelo autor e realiza uma reflexão acerca das diferentes concepções de morte dos indivíduos, perpassando por suas reações face a esse fenômeno, seus ritos fúnebres, sua significância. A obra busca aporte em diversas áreas do conhecimento, tais como biologia, antropologia, filosofia, sociologia e história, na tentativa de compreender as reações humanas e as transformações históricas por trás do conceito da morte, bem como as mudanças nessas concepções.

Edgar Morin discute o conceito da morte como uma tentativa humana de atribuir sentido a uma experiência intangível, apesar de inevitável, um campo desconhecido. O autor procurou compreender essas diversas reações, tais como o rito mortuário, a partir da conservação dos cadáveres (mumificação) ou de representações (cinzas, ossos, plaquetas), ou do luto, que aparece como um período no qual as pessoas tentam lidar com a perda de algum

ente próximo, individual; e de que maneira essas concepções influenciarão suas atitudes e o movimento da sociedade.

Segundo Morin, a consciência da morte por parte dos homens é traumática a tal ponto que leva a busca por uma adaptação a essa realidade, uma tentativa de torná-la mais suportável, suscitando diferentes crenças – como a imortalidade. A consciência que normalmente se dá na infância, quando a criança tem seu primeiro contato com a morte, o que ocasiona o horror, o medo, pois essa condição, presente a todos os seres vivos fará, no ser humano, com que sua individualidade seja totalmente confrontada.

O autor realiza uma tentativa de integrar a temática da morte nos parâmetros da reflexão antropológica. Segundo ele, “é impossível conhecer o homem sem lhe estudar a morte, porque, talvez mais do que na vida, é na morte que os seres humanos exprimem o que a vida tem de mais essencial” (MORIN, 1997, p. 35). É, portanto, de fundamental importância realizar uma reflexão antropológica sobre a morte enquanto fenômeno natural e cultural.

Considerando a ampla abrangência de temas abordados nas pesquisas historiográficas a partir do advento da história das mentalidades e com a entrada em cena de novos sujeitos, novos objetos de estudo e novas fontes de pesquisa na década de 1960, as pesquisas que enfocam o cemitério foram aos poucos se constituindo em um campo consagrado da historiografia, sendo possível encontrar na atualidade uma ampla gama de trabalhos que têm os cemitérios como objeto de pesquisa, sob os mais diferentes enfoques. Contudo, trabalhos que relacionam o campo santo à escola e ao ensino de História ainda são relativamente pouco numerosos, em especial no Brasil.

Elisiana Trilha Castro, em dissertação defendida em 2008 e intitulada “Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do cemitério do imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)” procura compreender os cemitérios como objeto de políticas públicas visando a preservação do patrimônio urbano. A autora analisa os cemitérios presentes nas cidades para além de suas funções básicas: equipamentos destinados a sepultamentos, mas também como possibilidades de inclusão no rol de bens culturais patrimonializáveis. Essa autora analisa as políticas de preservação do patrimônio funerário no Brasil e no mundo e realiza um estudo de caso a partir do cemitério do imigrante. Afirma a pesquisadora:

apesar de ser considerados patrimônio no mundo e no Brasil, a valorização de cemitérios nas cidades contemporâneas como um bem cultural ainda conta com importantes impeditivos, relacionados na maioria das vezes, com sua ligação com o momento da morte e requer discussões mais amplas que considerem as singularidades presentes nessa relação. (CASTRO, 2008, p. 9)

Castro (2008) procura contribuir para a compreensão do processo de inserção desses espaços nas políticas de preservação do patrimônio urbano a partir da análise do tombamento de um exemplo concreto: O Cemitério do Imigrante, bem como a discussão de seu papel como bem cultural.

Maria da Conceição Vilela Franco, em tese defendida em 2019 e intitulada “De campo santo à necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do cemitério público de Campos dos Goytacazes no século XIX”, analisa a constituição daquele que durante o século XIX foi o maior cemitério do interior da província do Rio de Janeiro como resultado de um processo de construção de cemitérios extra-muros, baseado nas teorias higienistas muito em voga no período e da necessidade de lidar com duas grandes epidemias: uma de febre amarela ocorrida em 1850 e outra de cólera-morbo que se deu cinco anos depois. A análise da autora enfoca a arquitetura cemiterial enquanto expressão das hierarquias sociais da época, com o predomínio de símbolos da religião católica. Enfatiza o fato de que, com o advento do período republicano,

Este cemitério atravessou um processo gradativo de monumentalização presente nas construções e rituais ali existentes naquele período, os quais se acentuaram na virada da República Brasileira como se pode observar na arquitetura, na iconografia e nas edificações ainda subsistentes naquele espaço de enterramento público. (FRANCO, 2019, p. 15)

Renata de Souza Nogueira, em dissertação defendida em 2013 e intitulada “Quando um cemitério é patrimônio cultural”, procurou analisar o cemitério enquanto um espaço não tradicional passível de patrimonialização, tendo como objeto de estudo o cemitério de São João Batista no Rio de Janeiro. A pesquisadora procurou apontar possibilidades, estratégias e instrumentos para a preservação daquele importante bem cultural.

Este estudo identificou caminhos que contribuem para conceber instrumentos de gestão que preservem o Cemitério, apontando para a responsabilidade das intervenções museológicas, que carregam na sua concepção questões como a memória, a identidade e a valorização como meios eficazes na reestruturação social deste importante sítio cultural. (NOGUEIRA, 2013, p. 6)

Paula Andréa Caluff Rodrigues, em sua dissertação “As duas faces da morte: o corpo e a alma do cemitério de Nossa Senhora da Soledade, em Belém/Pará”, faz um apanhado histórico do processo de fundação do cemitério da Soledade, impulsionado por uma grande epidemia de febre amarela que assolou Belém na década de 1850, procurando explicar como as edificações tumulares dessa necrópole foram erigidas inspiradas nos cemitérios europeus e

seguindo as linhas do romantismo, em voga no período. De acordo com a autora, o cemitério de Nossa Senhora da Soledade:

Apresenta mausoléus e túmulos com rico simbolismo funerário, revelando ideais da época, fatores socioeconômicos, ocupações, valores familiares e conjugais. Sua riqueza refletiu o poder econômico trazido pela cultura da borracha. (RODRIGUES, 2014, p. 9)

Segundo a autora, o cemitério deixou de receber enterramentos em 1880, contudo, passou a ser objeto de práticas e devoções do catolicismo popular, recebendo semanalmente grande número de devotos que passam a visitar sepulturas específicas, em uma nova apropriação daquele bem, um processo de ressignificação do equipamento urbano. Seu trabalho procurou discutir os usos do cemitério e o significado do bem para a comunidade, sua natureza material e imaterial, como a autora diz “seu corpo e alma”, bem como as práticas culturais e os valores religiosos da população que frequenta aquele campo santo.

Isabel Uliana, em dissertação defendida em 2018 intitulada “O cemitério municipal de Maringá enquanto espaço de memória e de saberes históricos (1947-2017)”, como o próprio título sugere, procura retratar o cemitério enquanto espaço de memória e de saberes históricos, traçando um panorama histórico da organização de cemitérios secularizados no Brasil e propõe formas de inclusão do cemitério nas aulas de história na educação básica a partir da elaboração de um mapa para visitação do cemitério.

## **2.2 Onde se localiza o cemitério: breve história do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO)**

Marc Bloch (1993), em sua celebre obra “A apologia da história”, afirma que “a história é a ciência dos homens no tempo” (p. 54), em contraposição à definição mais em voga no período da história como o estudo do passado humano. Essa definição nos permite afirmar que o objeto de estudo da história são as mudanças e permanências que ocorrem nas sociedades humanas em um determinado período. A partir dessa concepção da História, a ciência passa a apropriar-se de um novo campo de estudo: a história do tempo presente, principalmente em um esforço de procurar compreender como a temporalidade afeta a vida presente. Essa concepção se coaduna com o objeto de estudo ora analisado: o cemitério Santa Izabel, no distrito de Icoaraci.

Reforçada por grande quantidade de trabalhos que a sucederam e por toda uma tradição historiográfica, posteriormente, essa definição se amplia para incorporar outra

importante dimensão: o espaço. Por extensão, José D'Assunção Barros afirma que “a história é o estudo do homem no tempo e no espaço”. Acerca disso esse autor diz que:

As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituirá se em um espaço social. (BARROS, 2006. p. 462)

Podemos inferir na fala de José D'Assunção Barros a importância de situar o espaço geográfico no qual a pesquisa será realizada, tendo em vista o impacto importante que este possui sobre o objeto pesquisado. Quase toda história é, sob certo sentido, uma história local, uma vez que o objeto de estudo está quase sempre inserido em uma dada realidade geográfica.

Portanto, percebendo a importância do situarmos o espaço no qual se realiza esta pesquisa, faremos uma breve contextualização da história do distrito de Icoaraci, local onde se situa o cemitério de Santa Izabel e a Escola “Professora Yolanda Leduc Peralta”, que serão objetos de análise neste trabalho.

O Distrito de Administrativo de Icoaraci (DAICO) possui uma população de 167,35 mil habitantes (IBGE, 2010), e é um dos oito distritos administrativos que compõem o município de Belém, estando localizado há aproximadamente 20 km do centro da capital paraense. Chamada carinhosamente de Vila Sorriso, Icoaraci é um importante polo gastronômico e ceramista da Região Metropolitana de Belém.

A região central do distrito compreende os bairros Águas Negras, Agulha, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Maracacuera, Paracuri, Parque Guajará, Recanto Verde e Ponta Grossa, além de vários agrupamentos subnormais, ou seja, áreas de ocupação. O núcleo original, a partir do qual se expandiu, utiliza os termos “travessas” e “ruas”, estas chamadas cotidianamente pela sua ordem de fundação: 1ª, 2ª e assim por diante, até chegar à 7ª rua.

A Coordenadoria Municipal do Turismo de Belém (BELEMTUR) faz uma descrição bastante poética do distrito de Icoaraci:

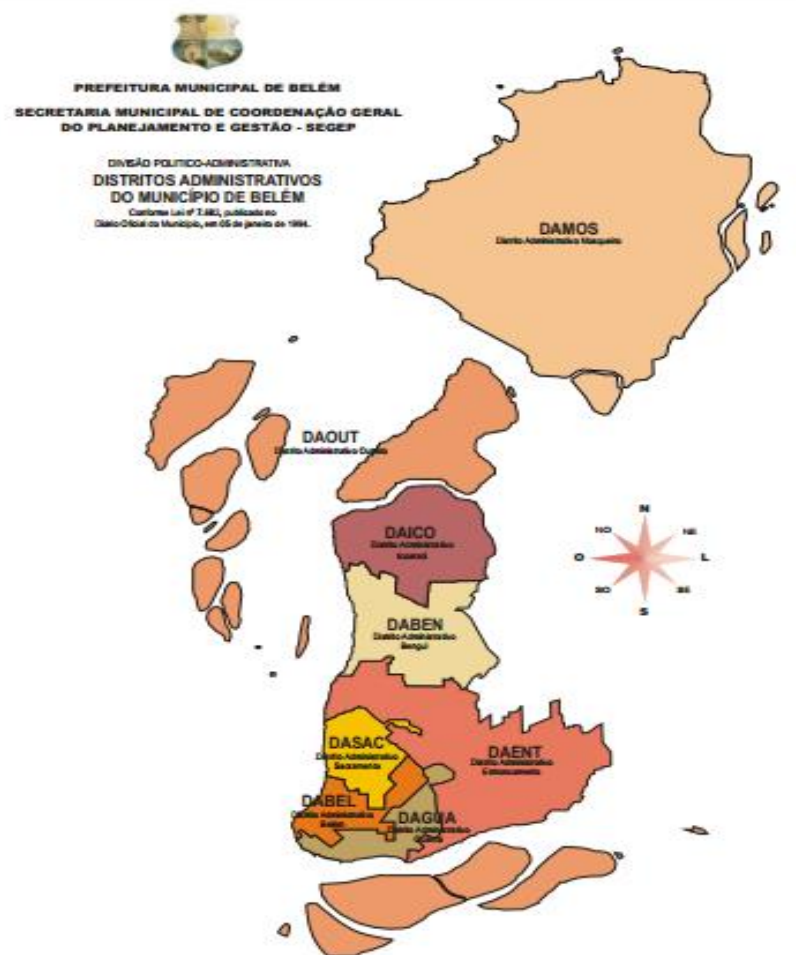
Também conhecida como “Vila Sorriso” encanta pela tradicional água de coco no Pontão, seja pelas delícias de suas peixarias ou ainda pelo papo gostoso que rola nos bares da antiga na 1ª Rua. Além de tudo isso, Icoaraci tem a oferecer seu orgulho maior, a beleza da grande arte aqui renascida – A Cerâmica Marajoara – que traz pessoas de todo mundo para aqui pousar, nem que seja por um pouquinho, e desfrutar dos encantos e simpatia de Icoaraci, a “Vila Sorriso”, de Frente para o Sol (BELEMTUR, 2018).

Icoaraci possui também um importante distrito industrial. Segundo a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC), o distrito industrial de Icoaraci conta com aproximadamente 30 empresas em uma área de 205 Hectares, possuindo instalações nas áreas

da construção naval, extrativismo vegetal, metalurgia, beneficiamento de madeira, logística e distribuição.

A localização junto à baía do Guajará e a relativa proximidade do centro de Belém (Figura 1) explicam, pelo menos em parte, a constituição histórica do distrito de Icoaraci. Segundo Junior Guimarães, citado pela professora Léa Maria Gomes da Costa, o processo de construção espacial e territorial de Icoaraci está intimamente relacionado ao período de fundação de Belém, pois este representa o marco inicial da ocupação portuguesa na região e o ponto de partida para as incursões lusitanas na área que é hoje o distrito de Icoaraci.

Figura 1 – Distritos administrativos de Belém



Fonte: CODEM

Em 1650, segundo registros históricos, navegantes portugueses desembarcaram onde é hoje o Pontão do Cruzeiro, a procura de um novo local, seguro para instalar a cidade de Santa Maria de Belém. No local encontraram grande quantidade de colmeias e a partir daí, passaram a chamá-lo de Ponta do Mel. Desistiram do intento por constatarem a navegabilidade do Furo do Maguari, pois poderiam ser

atacados pelas costas por piratas franceses e holandeses que circulavam pela região (GUIMARÃES, 1996 apud COSTA, 2007, p. 58)

O historiador Ernesto Cruz faz a seguinte descrição do processo de ocupação da área hoje correspondente ao distrito de Icoaraci:

A História de Icoaraci confunde-se com a própria fundação de Belém. Quando os integrantes da expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco, procurando um lugar adequado para fixar os fundamentos da cidade, desembarcaram numa ponta de terra situada na confluência dos rios Guajará e Maguari, a qual denominaram de “Ponta do Mel” devido à presença no local de favos de mel em grande quantidade.

No final do século XVII, Sebastião Gomes de Souza instalou-se em uma área elevada na confluência do Rio Pará (Baía do Guajará) com o Furo do Maguari, denominada de Ponta do Mel ou Melo (onde em 1650 viajantes portugueses haviam encontrado abelhas), construindo uma casinha de taipa para sua família com a intenção de implantar um engenho. De acordo com o historiador Jose Valente na Ponta do Mel chegou ser cogitado pelos portugueses a construção de um forte para prevenir e defender o território conquistado das invasões estrangeiras devido a sua posição estratégica. Em 13 de novembro de 1701 nascia a Fazenda Pinheiro quando o Sr. Sebastião requereu a Carta de Sesmaria ao Governador da Província do Maranhão e Grão-Pará General Fernão Carrilho, sendo confirmada a concessão em 15 de outubro de 1705 por Dom Pedro II, Rei de Portugal. (CRUZ, 1973, p. 123)

Tanto Junior Guimarães quanto Ernesto Cruz relacionam a fundação e a ocupação de Icoaraci ao processo de conquista portuguesa da região amazônica e a necessidades defensivas muito presentes naquele período. Durante todo o período colonial, o desenvolvimento do distrito de Icoaraci esteve fortemente relacionado ao da capital paraense. O primeiro autor chega inclusive a afirmar que se cogitou, no século XVII, a transferência de Belém para o local onde atualmente se situa o distrito, ideia logo abandonada por se constatar a vulnerabilidade deste a ataques pelos rios.

Segundo Antônio Rocha Penteado (1968), a primeira delimitação oficial desse território é datada do início do século XVIII, quando, através de Carta de Data e Sesmaria, as áreas localizadas entre o igarapé Paracuri e a Ponta do Mel foram concedidas a Sebastião Gomes de Souza, sendo posteriormente repassados à ordem dos frades carmelitas, que neles organizaram duas fazendas: Livramento e Pinheiro.

O reconhecimento dessa área como povoado ocorreu em 1869, quando o governo da província do Pará, após comprar as fazendas Pinheiro e Livramento, decidiu pela divisão destas em lotes que seriam aforados. O povoado que se formou recebeu a denominação de Santa Isabel do Pinheiro, posteriormente rebatizado de São João Batista. A configuração do povoado se caracterizou pela abertura de 16 ruas em um formato de tabuleiro de xadrez, típico das cidades da região bragantina.

A antiga povoação do Pinheiro não escapou a tendência: quarteirões regulares, ruas e travessas largas, originando o clássico plano em tabuleiro de xadrez; o topo aplainado do terraço facilitou a execução desse traçado... para que os foreiros construíssem casas e cultivassem o solo, dando com isso animação e vida ao novo povoado (PENTEADO, 1968, p. 371)

Em 1895, o povoado foi elevado à condição de vila, passando a ser chamado São João do Pinheiro, mais popularmente conhecido como Vila Pinheiro, tendo sido em 1890 doado pelo congresso estadual do Pará ao conselho municipal de Belém.

Em 1943, foi institucionalizado o “Distrito de Icoaraci” e foi reiterada, através da legislação vigente, a expansão dos domínios territoriais da antiga Vila Pinheiro. O Decreto-lei nº 4505 de 30 de dezembro do mesmo ano estabeleceu a divisão administrativa do estado, tendo sido sancionado pelo então interventor Magalhães Barata (PARÁ, 1943)<sup>1</sup>.

Assim, a antiga povoação que no final do século XIX não era mais do que um pequeno núcleo urbano-ribeirinho, tornou se, na primeira metade do século XX, um distrito do município de Belém.

O distrito de Icoaraci possuía significativas dimensões territoriais e sua sobrevivência econômica era marcada pelo desenvolvimento de atividades de subsistência, lazer, comércio e uma incipiente atividade industrial. De acordo com Costa (2007, p. 8), na segunda metade do século XX, a dinâmica do Distrito de Icoaraci foi intensificada devido a fatores como: “elevado fluxo migratório, mudanças no processo de ocupação e produção do espaço e ampliação das atividades dos setores industrial, comercial e de serviços”. O bairro da Campina de Icoaraci, onde hoje se situa a Escola “Yolanda Leduc Peralta” é, em parte, resultado desse processo de crescimento.

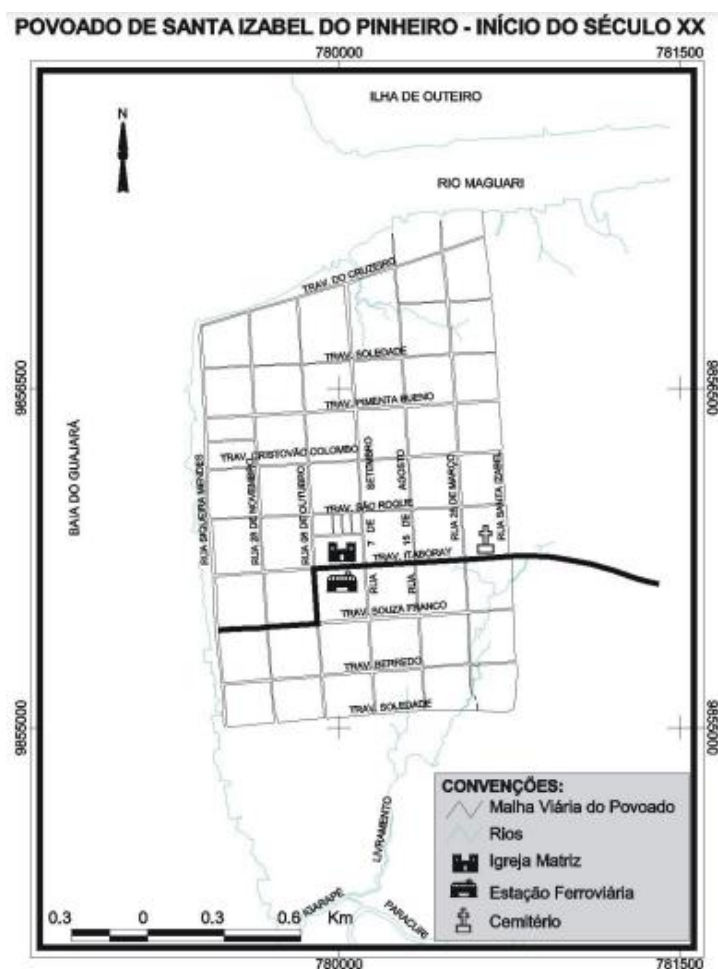
Em um registro da Vila Pinheiro do início do século XX, é possível identificar o arruamento com os característicos quarteirões em formato de tabuleiro de xadrez (Figura 2). O cemitério de Santa Izabel fora construído nos limites da povoação, com o ramal da estrada de ferro de Bragança passando em frente.

---

1 A transformação das terras e da Vila do Pinheiro em Distrito de Belém, ocorreu em 1943 através do Decreto Lei Nº 4.505 de 30 de Dezembro do mesmo ano que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado, sancionado pelo O Interventor Federal Cel. Joaquim de Magalhães Barata, que ascendeu ao poder pela Revolução de 1930 (Jornal de Icoaraci 1992).



Figura 2 – Antiga vila do Pinheiro no início do século XX



Fonte: COSTA (2007)

Segundo Mário Benjamin Dias (2007), grandes transformações socioespaciais, ocorridas na segunda metade do século XX, com a intensa migração e a conseqüente formação de agrupamentos subnormais, construção das rodovias Augusto Montenegro e Arthur Bernardes, ao mesmo tempo em que marcaram a efetiva incorporação de Icoaraci à estrutura urbana e político-administrativa de Belém, também acentuaram o crescimento de diversos problemas urbanos como a violência, agravados pela elevação dos índices de desemprego e pobreza, deficiência dos serviços de saúde, educação, habitação e transporte. Hoje, muitos alunos da Escola “Yolanda Leduc Peralta” residem nesses agrupamentos subnormais, popularmente conhecidos como invasões.

Nos dias de hoje, as travessas e avenidas largas e arborizadas e o traçado em formato de tabuleiro de xadrez de seu núcleo mais central ainda são características marcantes do distrito, a exemplo da Travessa Itaboraí, onde se situa o cemitério de Santa Izabel. Esta via, em parte da sua extensão, ainda possui arborização formada por mangueiras seculares.

Silveira e Soares (2008) caracterizam o distrito de Icoaraci como um local que mescla elementos da natureza como a tradicional paisagem ribeirinha amazônica com outros resultantes da intervenção humana:

O distrito de Icoaraci dista cerca de 18 km do centro de Belém e representa um dos adensamentos populacionais mais importantes do município. Trata-se de uma região banhada pela baía do Guajará, constituindo-se assim, de um conjunto de paisagens que mesclam o urbano e o rural, associando o espaço construído e intensamente modificado pela ação humana com o passar dos anos à presença de matas, igarapés, furos e ilhas relacionadas à paisagem fluvial. (SILVEIRA e SOARES, 2008, p. 134)

Os mesmos autores consideram que o distrito de Icoaraci, apesar de cada vez mais integrado à metrópole estadual (Belém), ainda se constitui em um espaço com uma dinâmica própria, onde convivem elementos característicos da vida moderna com elementos tradicionais. Em suma, um lugar peculiar, onde a vida tem outro ritmo, diferenciado, distinto da capital da qual faz parte.

Há no local, portanto, a convivência complexa e, mais ou menos tensional, entre uma Modernidade oriunda da experiência civilizacional vinculada à *Belle Époque* amazônica, com seus desdobramentos ao longo do tempo representados pelas inovações e facilidades oriundas da vida citadina (infraestruturas urbanas; bancos e estabelecimentos comerciais; áreas de lazer; bares e restaurantes; presença de turistas; entre outros) e formas tradicionais de sociabilidade (festejos e folguedos; relações de vizinhança que animam a vida nos bairros; conversas de rua junto ao portão das moradias; bumba meu boi; cordões de pássaros); de expressões da religiosidade (círio; romarias; festas de santos) e de formas de labuta consubstanciadas nas profissões tradicionais presentes no local (oleiro; sapateiro; barbeiro; marceneiro; alfaiate; artesão; pescador; entre outros), revelando a dinâmica da vida urbana dada no jogo existente entre permanência e mudança no corpo das paisagens de pertencimento. (SILVEIRA e SOARES, 2008, p. 134)

Moderno e antigo, novo e velho, assim é Icoaraci, um lugar no qual o passado e o presente convivem lado a lado de maneira nem sempre harmoniosa. Onde o patrimônio, apesar das dificuldades de preservação, sobrevive.

Como testemunha do período áureo da borracha, ficaram as construções da época em que os barões da borracha tinham a então Vila Pinheiro como local de descanso e veraneio: em variável estado de conservação, alguns muito bem preservados e objeto de recentes trabalhos de restauro e conservação, outros em estado de verdadeiro abandono.

Naquele período, era moda entre a elite local a propriedade de imóveis em locais mais afastados do centro para fins de descanso. Eram relativamente comuns chácaras ou casas de campo, conhecidas no período como rocinhas. O afluxo de riquezas trazido pelo *boom* da economia da borracha e as intensas trocas comerciais e culturais com a Europa provocaram

algumas importantes transformações nos hábitos e costumes dessa elite, que tiveram profundas influências na arquitetura da cidade. Conforme afirma Soares (2008, p. 169), essa parcela da população optou “pela importação de um novo tipo de habitação alpina, o *chalet*, mas adequando-o ecleticamente ao clima tropical da região amazônica.”

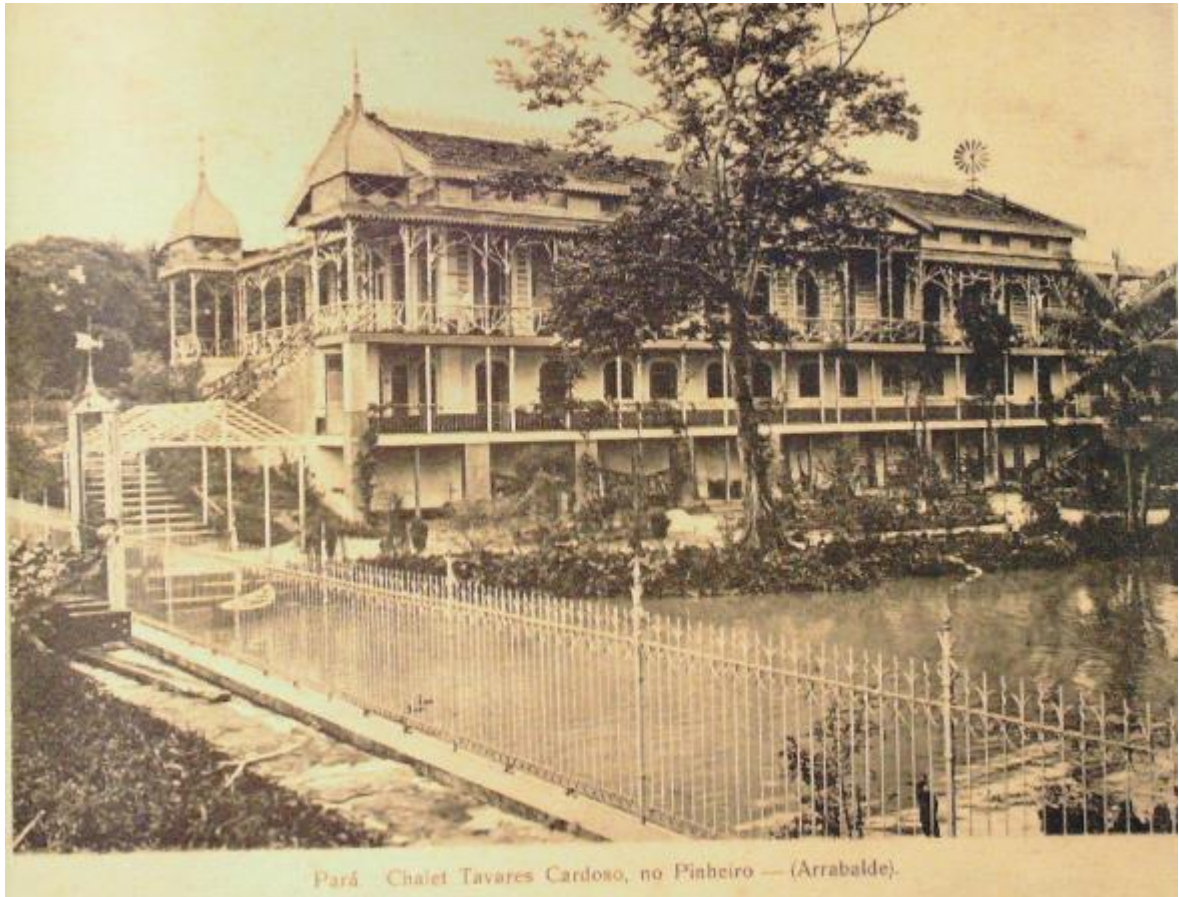
Acerca do estilo dos chalés construídos no distrito no período áureo da economia da borracha, Karol Gillet Soares, em sua dissertação de mestrado, faz interessantes observações:

O projeto dos chalets encontrados em Belém será uma variação dos chalets alpinos. Segundo Derenji, apesar da inadequação a Belém dessas residências de características de clima frio e montanhoso, o projeto estava associado a uma ideia europeia dos modelos de casa de férias. Essas casas, na verdade, eram uma europeização das rocinhas, ficavam distantes do centro, e que para uma melhor adaptação ao clima quente, foram dotadas de amplas varandas. Seguindo, é claro, arquitetura alpina europeia, algumas dessas residências tinham torres e novos caimentos dos telhados imitando a estrutura alpina, mais propícia à neve, sendo que em algumas dessas casas criava-se um falso Enxaimel para destacar a arquitetura característica europeia. (SOARES, 2008, p. 178).

Segundo a autora, essas construções imponentes procuravam imitar o estilo europeu, contudo, procurando adaptá-lo ao clima local. O caimento do telhado propiciava uma melhor distribuição do peso, os porões muitas vezes existentes ajudavam a proteger a madeira dessas edificações da umidade do solo e as varandas amplas favoreciam a ventilação e ajudavam a enfrentar o calor dos trópicos.

Conforme citado anteriormente, as edificações resultantes desse período estão em estado de conservação bastante variado, o que, por si só, já revela indícios do jogo de qual memória preservar: tempo (da construção e das políticas de preservação), características arquitetônicas, proprietários, entre outros elementos. A mais célebre construção desse período é o chalé Tavares Cardoso, que, segundo Yasmine Machado Lima (2015), fora a antiga residência de veraneio de um rico livreiro português, Eduardo Tavares Cardoso, proprietário da livraria Universal. Construído em estilo eclético e situado na esquina da rua Siqueira Mendes com travessa São Roque, foi posteriormente reformado pela administração municipal e hoje abriga a Biblioteca Pública Municipal “Avertano Rocha” (Figura 3).

Figura 3 – Chalé Tavares Cardoso ontem e hoje.



Fonte: acervo pessoal

O estilo eclético e as amplas varandas do chalé contribuem para a suntuosidade da edificação. As torres na frente eram símbolo de status e constituíam uma belíssima herança de uma época de opulência econômica. Além do belo paisagismo, com a vegetação típica da região e um grande número de palmeiras, o chalé contava com um engenhoso sistema de comportas, hoje desativado, que represava a água da baía, permitindo a formação de um lago artificial, símbolo da sofisticação e da modernidade na época (LIMA, 2015).

Segundo informações da Fundação Cultural de Belém (FUMBEL), autarquia que administra a Biblioteca Pública Municipal “Avertano Rocha”:

O suntuoso chalé passou a sediar a Biblioteca Pública em 1972 como extensão do Ginásio Municipal Avertano Rocha. Após um longo período de abandono em ruínas, foi completamente restaurado em 1999, para abrigar além da Biblioteca Pública Municipal, o Museu de Artes Populares no andar térreo do prédio, o primeiro museu público do Distrito de Icoaraci, constituindo dessa forma um importante polo cultural não só de Icoaraci, mas de todo o município de Belém do Pará (FUMBEL, 2019).

A Biblioteca Pública Municipal “Avertano Rocha” foi criada pela Lei municipal nº 6.898, de 21 de julho de 1972, funcionando no Chalé Tavares Cardoso até ser fechada para uma ampla reforma em 2014, passando a biblioteca a funcionar provisoriamente em um outro imóvel do distrito, situado na rua Manoel Barata. Com a conclusão da reforma, em dezembro de 2018, a biblioteca foi reinaugurada, retornando ao Chalé.

Segundo informações constantes na página da FUMBEL, a biblioteca atualmente conta com um amplo espaço para leitura no segundo andar, sala de informática, espaço dedicado à literatura infanto-juvenil, além de atividades culturais como apresentações musicais e teatrais, exposições de arte, lançamento de livros, exibições de filmes e documentários.

A Estação Ferroviária de São João do Pinheiro, outrora ponto final do ramal da antiga Estrada de Ferro de Bragança, situada na esquina da Rua Padre Júlio Maria com Travessa Itaboraí, onde também se situa o cemitério de Santa Izabel, é outro exemplo de edificação do período. Recentemente reformada devido a um convênio assinado entre o governo do estado e uma empresa privada, a Companhia Paraense de Refrigerantes (COMPAR). Segundo a Agência Pará, canal oficial de comunicação do Governo do Estado, a estação

era o último ramal da Estrada de Ferro Belém-Bragança, que tinha 294 Km e funcionou de 1906 a 1964. O Ramal do Pinheiro tinha 27 Km de extensão e seus trilhos vieram da Europa. O trem em direção a Belém percorria em velocidade de 60 Km/h o trajeto da atual rodovia Augusto Montenegro e então Av. Tito Franco, hoje Almirante Barroso, levando passageiros e mercadorias, e fazia cinco paradas, no Tenoné, Tapanã, Benguí, Una e Entroncamento (AGENCIA PARÁ, 2018).

A estação do Pinheiro funcionou até 1965 quando, em um contexto de valorização e priorização do transporte rodoviário pelo governo brasileiro, a ferrovia foi desativada. Em 1978, o prédio foi cedido à Cooperativa dos Artesãos de Icoaraci (COARTI). Hoje reformado, o prédio passou a ser utilizado para exposições do artesanato local e realização de eventos.

A antiga Estação Ferroviária de Icoaraci foi renomeada Estação Cultural de Icoaraci, abrigando eventos culturais e cedendo espaço para artesãos e pequenos comerciantes locais. Também abriga um painel memorial da Estrada de Ferro Belém-Bragança, com destaque para o ramal de Icoaraci, em um importante esforço para o resgate, preservação e difusão da memória dessa ferrovia. A importância da estação para a comunidade local foi destacada por representantes de coletivos de economia solidária:

De acordo com Joana Costa, do Coletivo de Economia Solidária de Icoaraci, que organiza a agenda dos expositores, as barracas são revezadas entre os interessados, atendendo em torno de 30 empreendedores por mês. “É um equipamento fundamental no distrito, tanto para trabalhadores da economia solidária, quanto para a sociedade em geral. Ele reúne cultura, música, lazer, gastronomia, e é resultado do movimento de moradores que lutaram para que ele fosse o que é hoje. O espaço estava fechado há um tempo. Quando a nova gestão do governo assumiu, nos ajudou a reabrir e trazer todas estas melhorias. Essa reabertura foi muito importante para uma mudança de cenário cultural e econômico também, que transformou a vida dos empreendedores locais, principalmente mulheres que garantem a renda de suas famílias”. (AGÊNCIA PARÁ, 2021).

Figura 4 – Antiga Estação Ferroviária Pinheiro, hoje Estação Cultural de Icoaraci



Fonte: acervo pessoal

Já o Chalé Senador José Porfírio, propriedade particular, construída por um rico político paraense e empresário do ramo gomífero de mesmo nome, encontra-se em péssimo estado de conservação, bem como a casa do poeta Antônio Tavernard, situada na rua Siqueira Mendes, de frente para a baía do Guajará, que está em ruínas<sup>2</sup>.

A análise das fotos antigas do chalé permite perceber que ele também teve inspiração nas construções europeias, incorporando o estilo eclético relativamente comum no período áureo da Borracha. Segundo Yasmine Machado Lima (2015), a escada frontal toda em ferro apresenta características do estilo *art-nouveau* trazido da França, país que servia de modelo para os ideais de modernização da elite paraense no período. O mesmo teto inclinado, a ampla varanda e uma torre reforçavam o estilo e a suntuosidade da construção. Pouco resta da fachada do chalé e há uma enorme árvore que sai diretamente do telhado. No atual estado, nada resta da imponência de outrora (Figura 5).

Figura 5 – Chalé Senador José Porfírio, ontem e hoje



---

<sup>2</sup> Com o recente desabamento do imóvel em consequência das condições de abandono, o terreno acabou por ser ocupado irregularmente por várias famílias. Assim, o distrito de Icoaraci perdeu uma parte importante da sua memória.



Fonte: acervo pessoal

Quanto à arborização de mangueiras tão comuns nas ruas mais centrais do distrito, esta foi resultado das mesmas políticas públicas de arborização promovidas no final do século XIX e início do século XX, no período áureo da economia da borracha, conhecido como Belle époque.

No período de 1898 a 1911, quando ocupou o cargo de Intendente, Antônio Lemos fez do planejamento e da regularização do verde urbano uma verdadeira missão, dando início a uma fase de reconfiguração urbanística da cidade, incentivada pela riqueza econômica da borracha – Belle Époque – quando o plantio de mangueiras e de outras espécies foi integrado ao traçado urbano. No início do século XX, a responsabilidade pela arborização cabia tanto à esfera municipal quanto ao governo estadual. Assim, nos governos de Paes de Carvalho e de Augusto Montenegro, além do plantio de espécies em novas vias públicas, notadamente nos atuais bairros de São Braz, Marco, Pedreira e Souza, e da substituição de árvores em vias já consolidadas, houve a expansão da arborização para as vilas Pinheiro (Icoaraci) e Mosqueiro. (SEMMA, 2013)

As ruas largas e a arborização composta por mangueiras seculares ainda são características marcantes da área central do distrito (bairros do Cruzeiro e Ponta Grossa). Essa imponente arborização é mais visível nas ruas Manoel Barata, mais conhecida como segunda rua, e Padre Júlio Maria, também conhecida como terceira rua (Figura 6).



Figura 6 – Mangueiras seculares presentes nas ruas principais de Icoaraci



Fonte: acervo pessoal

As ruas dessa área mais central são popularmente chamadas pela ordem de fundação, a partir do rio: primeira, segunda, terceira e assim sucessivamente, até chegar à sétima rua (Rua 2 de dezembro), que confina o cemitério Santa Izabel, bem nos limites da antiga Vila do Pinheiro. A julgar pelas informações relativas à história da arborização das vias públicas de Belém contidas na página da SEMMA, as mangueiras que fornecem sombra e aliviam o calor na Travessa Itaboraí são contemporâneas da estação Pinheiro.

As mangueiras seculares, que infelizmente encontram-se em número menor a cada ano, também constituem uma parte importante do patrimônio do distrito de Icoaraci. A sombra refrescante dessas árvores, os frutos abundantes nas calçadas no período da safra são imagens que povoam parte do imaginário sobre o local. Pensar em Icoaraci é pensar nessas imagens, tanto quanto na orla da Baía do Guajará ou na cerâmica produzida no bairro do Paracuri<sup>3</sup>.

As ruas largas, as mangueiras seculares, o vento constante que vem da baía do Guajará, um certo ar de cidade do interior e as construções que testemunharam um período de opulência econômica ainda são marcas registradas de Icoaraci, muito presentes na percepção de quem vem de fora e visita o distrito pela primeira vez.

<sup>3</sup> O bairro do Paracuri é um importante polo ceramista no distrito de Icoaraci. As olarias se espalham pelo bairro em grande número. Dezenas de lojas de artesanato se alinham lado a lado na travessa Soledade, a principal rua do bairro.

Esses elementos tornam o distrito de Icoaraci um campo fértil para o estudo do patrimônio em suas mais diversas acepções e um verdadeiro celeiro de possibilidades para a educação patrimonial, desde o patrimônio material mais palpável resultante do período áureo da borracha, até as diversas manifestações culturais como cordões de pássaros, quadrilhas juninas, festividades religiosas e demais manifestações folclóricas. Como destaca o Jornal “Beira do Rio”, periódico distribuído dentro da UFPA,

A água de côco na beira da orla, a cerâmica e o peixe na brasa são os atrativos que costumam atrair visitantes a Icoaraci. O que pouca gente sabe é que o leque de atividades culturais realizadas na "vila" é muito mais amplo. Carimbó, cordões de pássaros e de bichos, bois-bumbás, celebrações nas festas de santos, além da famosa cerâmica estão entre as manifestações culturais tradicionais e populares de Icoaraci (A BEIRA DO RIO, 2006).

O periódico faz uma descrição bastante viva dos vários elementos que compõem o rico patrimônio cultural de Icoaraci, elementos esses que tornam o distrito um nicho bastante interessante em possibilidades para a educação patrimonial. Na próxima seção, falaremos mais de uma parte do patrimônio de Icoaraci pouco trabalhada: o cemitério Santa Izabel.

### **2.3 O cemitério Santa Izabel**

As possibilidades abertas pelos estudos dos cemitérios para a compreensão das sociedades são bastante amplas. A ampliação do conceito de patrimônio nos dias atuais abre diversas possibilidades de leitura das sociedades. Não faltam nos dias de hoje autores que se dediquem a pesquisar sobre os cemitérios brasileiros, a exemplo do trabalho de Maria da Conceição Vilela Franco acerca da monumentalização das necrópoles brasileiras.

Ao cotejar a bibliografia internacional e brasileira sobre os processos da criação e transformação dos cemitérios públicos extramuros, alguns aspectos podem ser ressaltados. O primeiro é o fato de a maioria das abordagens se dedicarem principalmente ao estudo da transferência dos enterramentos das igrejas católicas para os cemitérios extramuros criados, entre meados do século XVIII e meados do XIX, para afastar os mortos do convívio dos vivos. O segundo relativo às construções tumulares, simbologias presentes nas necrópoles brasileira da segunda metade de século XIX (FRANCO, 2019, p. 19).

Segundo a autora, os estudos cimiteriais dividem-se, basicamente, em duas tendências: autores que discutem o processo de dessacralização dos cemitérios e autores que trabalham os aspectos mais palpáveis do patrimônio material: a arquitetura tumular, o aspecto artístico das lapides, as cruzeiras. Nosso interesse é, além de discutir o cemitério enquanto lugar de memória da cidade, compreender a relação entre os alunos de uma escola pública de Icoaraci e o

cemitério de Santa Isabel em uma perspectiva histórica e discorrer também acerca das sociabilidades presentes naquele espaço.

Podemos definir o cemitério, em um primeiro momento, como o destino final dos mortos, a última morada de todos nós. Contudo, é também um lugar com amplas possibilidades para ser mais do que isso. Elisiana Trilha Castro discute as inúmeras possibilidades para o recinto dos mortos:

Mas ele pode se configurar em algo mais, se for visto a partir de sua introdução como objeto de interesse histórico, artístico e cultural. Pode se tornar um museu tendo, como acervo, sua arquitetura funerária ou um sítio histórico, no qual está registrada a memória de uma localidade. Também pode ser ainda, um espaço de lazer, no qual estão, ilustres e famosos sepultados, em uma atração a mais para o mercado turístico. Três possibilidades, relacionadas aos cemitérios, que aparecem com regularidade quando os mesmos são alvos de preservação. (CASTRO, 2008, p. 17).

Em cidades como São Paulo, Buenos Aires e Paris, cemitérios estão incluídos na lista de atrações culturais, locais abertos à visitação pública, importantes repositórios da memória local. Em Belém, o cemitério de nossa senhora da Soledade, no bairro de Batista Campos, e o cemitério de Santa Isabel, no bairro do Guamá, embora não façam formalmente parte do circuito turístico da cidade, recebem número razoável de visitantes, seja por razões religiosas: a devoção a determinados mortos por parte da religiosidade popular local<sup>4</sup>, seja por acadêmicos que em aulas passeio ou em visitas monitoradas utilizam o cemitério como objeto de análise, pelo seu valor arquitetônico, principalmente (CASA DO PATRIMÔNIO, 2014).

Um exemplo importante de necrópole que se transformou em uma importante atração turística foi o *Cemitério de la Recoleta*, em Buenos Aires. A página oficial de turismo do governo argentino promove esse cemitério, o mais antigo da capital Argentina, por seu valor histórico, arquitetônico e cultural (Figura 7).

---

4 Segundo a Agência Belém, órgão oficial de comunicação da prefeitura de Belém, no feriado de finados são muito comuns as visitas no cemitério de Santa Isabel, no bairro do Guamá, o maior de Belém, aos túmulos dos chamados santos populares, alvo de grande devoção popular, embora não oficialmente reconhecidos pela igreja católica. Recebem grande fluxo de visitantes os túmulos de pessoas como Josephina Conte, conhecida como a moça do taxi e o médico Camilo Salgado, entre outros. Nos cemitérios da Soledade e de Santa Isabel a segunda-feira é tradicionalmente conhecida como o dia das almas, dia em que os túmulos desses santos populares costumam receber a visitação de considerável número de devotos.

Figura 7 – *Cemitério de la Recoleta*, em destaque na página oficial de turismo de Buenos Aires



Fonte: Turismo Buenos Aires

O Cemitério do Recoleta está localizado no exclusivo bairro da Recoleta e deve seu nome ao convento dos monges recoletos que ali se encontrava, ao qual também pertencia a vizinha Basílica de Nuestra Señora del Pilar – na antiga horta dos monges foi construído o cemitério -. É o mais visitado da Cidade, por seus numerosos e imponentes mausoléus e abóbadas que pertencem a muitos dos principais protagonistas da história argentina, como o da Eva Perón (Evita), uma das sepulturas mais visitadas. Além disso, merece uma visita por seu valor arquitetônico, pois é uma amostra dos tempos em que o país era uma potência econômica emergente e as principais famílias da Cidade disputavam por construir panteões esplendorosos. Muitas das abóbadas e mausoléus são obras de importantes arquitetos e estão adornados com mármore e esculturas; mais de 90 abóbadas foram declaradas Monumento Histórico Nacional. Foi construído em 1822 como o primeiro cemitério público da Cidade e seu traçado é obra do engenheiro francês Próspero Catelin. No final do século XIX, quando as famílias mais abastadas começaram a se mudar para esta zona da Cidade, passou a ser a necrópole preferida delas. Recentemente, o Governo da Cidade realizou uma restauração da entrada para recuperar seu design e características originais. Dentre as personalidades enterradas no Cemitério do Recoleta figuram líderes políticos, presidentes da Nação, escritores, Prêmios Nobel, esportistas e empresários (TURISMO BUENOS AIRES, 2016 – tradução livre).

A página governamental destaca esse cemitério como um verdadeiro museu a céu aberto, sítio onde estão os restos mortais de artistas, políticos, militares, grandes nomes da história da nação. Um lugar que vale a pena conhecer, sobretudo, pelo valor histórico, artístico e cultural.

A análise da página oficial que promove o referido cemitério nos permite inferir que a visita a um cemitério antigo como o de Recoleta pode se converter em uma experiência bastante rica, por possibilitar ao visitante transitar por várias temporalidades. Fundado em 1822, suas edificações foram testemunhas de diversos períodos importantes da história daquele país. Também permite ao visitante conhecer um pouco dos valores, crenças e da

estrutura socioeconômica daquela sociedade. Um cemitério pode, portanto, representar uma valiosa fonte de conhecimento para o estudo de uma dada sociedade em um determinado período.

Visto sob esse prisma, o cemitério pode ser encarado como uma síntese da sociedade, um terreno fértil para compreensão de vários aspectos desta. Um espaço propício à compreensão da história local ou mesmo nacional.

Para Figueira (2012, p.15), a categoria Patrimônio pode ser conceituada como os “Bens representativos da memória coletiva de um povo, e de uma civilização”. Logo, podemos incluir os cemitérios no rol de bens patrimoniais por sua importância enquanto lugar de memória e por considerá-los, sob vários aspectos, como bens representativos de um povo. Cada cultura possui uma forma de expressar sua relação com a morte. Os cemitérios são bens representativos dessa forma de expressão.

Posteriormente, o termo foi muito ampliado. Hoje podemos falar de patrimônio histórico, patrimônio cultural, patrimônio nacional, entre outros sentidos. A historiadora portuguesa Helena Pinto fala, em seu trabalho, acerca da ampliação do conceito de patrimônio nas sociedades contemporâneas

O patrimônio é resultado de uma seleção que ao longo do tempo e segundo critérios muito variados foi colocando determinados critérios na categoria de objetos patrimoniais. As sociedades contemporâneas alargaram de tal forma o conceito de patrimônio – material e imaterial, cultural e natural, histórico e arqueológico, artístico e genético...-, que esse parece referir se muitas vezes, as formas de expressão de identidades e de memórias coletivas centradas na continuidade (PINTO, 2017, p. 207)

O conceito de patrimônio está em contínuo processo de construção. Esse processo ocorre através de uma seleção daquilo que se deseja preservar para as gerações futuras. Portanto, mais do que um produto cultural, o patrimônio é uma construção social, resultado das escolhas de um determinado grupo. Os critérios para a escolha dependem dos interesses desse grupo, quanto ao que deve ou não ser preservado para a posteridade. Logo, o patrimônio se constitui, em certa medida, em um processo de escolha e de legitimação da percepção desse grupo e de afirmação da sua identidade.

Como dito anteriormente, a noção de patrimônio não é algo inerte, modificando-se de acordo com as mudanças que ocorrem no tecido social e variando de uma época para a outra. Aquilo que nos dias de hoje não é considerado como patrimônio em um futuro próximo pode vir a ser.

Com o passar do tempo, esse conceito sofreu uma grande ampliação, abrangendo uma cada vez mais ampla e variada gama de elementos produzidos, preservados e compartilhados pelas sociedades. Acerca da expansão das concepções de patrimônio, Dominique Poulot faz importantes observações:

Além das questões das instituições tradicionais o fenômeno é parte de uma mudança fundamental: a da nova definição de cultura a partir da década de 1960, incluindo agora os mais diversos aspectos das práticas sociais, no momento em que a paisagem material e imaterial passava por rápidas e aceleradas transformações (POULOT, 2011 p. 475).

Ainda acerca deste conceito, Poulot afirma: “o patrimônio deve contribuir para a identidade de cada um, graças ao espelho que ele fornece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro” (2011, p. 476). Logo, podemos afirmar que existe uma íntima relação entre patrimônio e a formação da identidade, seja nacional ou local. A seleção daquilo que determinada sociedade considera como bens patrimoniais relaciona-se com o modo como essa sociedade se vê e com o que ela deseja que se perpetue na memória e no imaginário coletivo das gerações futuras. É um processo de escolha.

O processo de seleção do que são considerados patrimônios históricos e artísticos é prática característica dos estados nacionais modernos. Definidos pelo valor que lhe é atribuído como manifestações culturais e símbolos da nação, esses elementos são considerados dignos de preservação, objetivando a sua difusão para a posteridade e a compreensão da história em seu próprio tempo.

Conforme Erika Silva (2005), até o século XIX os sepultamentos ocorriam no terreno sagrado das igrejas, ou nos solos também sagrados do seu entorno. Na primeira metade daquele século, preocupações higienistas levaram as autoridades a promover a transferência dos sepultamentos para terrenos apartados e distantes das igrejas. É o que a autora chama de “dessacralização dos cemitérios”, quando o poder público, preocupado com a salubridade das cidades, passou a defender a crença de que aqueles corpos em decomposição liberavam gases – os miasmas – nocivos à saúde humana, e, por isso, o afastamento dos mortos seria necessário, sendo essencial realocá-los para terrenos afastados do centro das cidades e transferi-los da administração religiosa para a secular.

Cemitérios secularizados, extramuros ou convencionais são aqueles que surgem no continente europeu durante o século XVIII e, no Brasil, na primeira metade do século XIX, caracterizando-se por sepultamentos realizados em construções funerárias (mausoléus, jazigos) ou em covas simples, fora do espaço interno das igrejas. Esses cemitérios também

são conhecidos por “cemitérios tradicionais” porque durante muito tempo foram o modelo para a maioria das necrópoles construídas no país.

A construção de cemitérios e a proibição de se sepultar no interior de igrejas foram, ainda conforme Vianna, medidas bastante salutares para impedir a proliferação de moléstias no interior de Belém. As concepções higienistas de que o sepultamento sob o teto de igrejas facilitava a proliferação de epidemias começava a dar resultados práticos na capital da província. Era necessário que a terra sagrada que servia a enterramentos fosse mudada geograficamente, ou seja, que saísse dos interstícios das igrejas e fosse transferida para espaços mais ventilados que representassem socialmente o ideal de salubridade almejado, já que em muito se tratava de medida higiênica (SILVA, 2007, p. 74).

Segundo a pesquisadora Ana Maria Medeiros, citada por Erika Silva, o cemitério Santa Izabel no distrito de Icoaraci foi fundado em 1889 pela administração municipal de Belém (MEDEIROS, 1984 apud SILVA, 2007, p. 72). O cemitério fora construído nos limites da povoação, como era tendência no período, e seguia a ideia da construção de necrópoles em terrenos mais afastados, já nos limites do núcleo urbano. Com o crescimento populacional e o avanço da urbanização no distrito, o cemitério acabou por ser englobado pelo tecido urbano de Icoaraci. A localização estratégica, às margens do ramal da estrada de ferro de Bragança, facilitava o acesso e a eventual chegada de cadáveres.

Para sua instalação, foi escolhido um terreno mais distante do centro do distrito, bem de acordo com as concepções higienistas do período de tentar distanciar o recinto dos mortos das áreas mais centrais da cidade, de segregar o espaço dos vivos do espaço dos mortos.

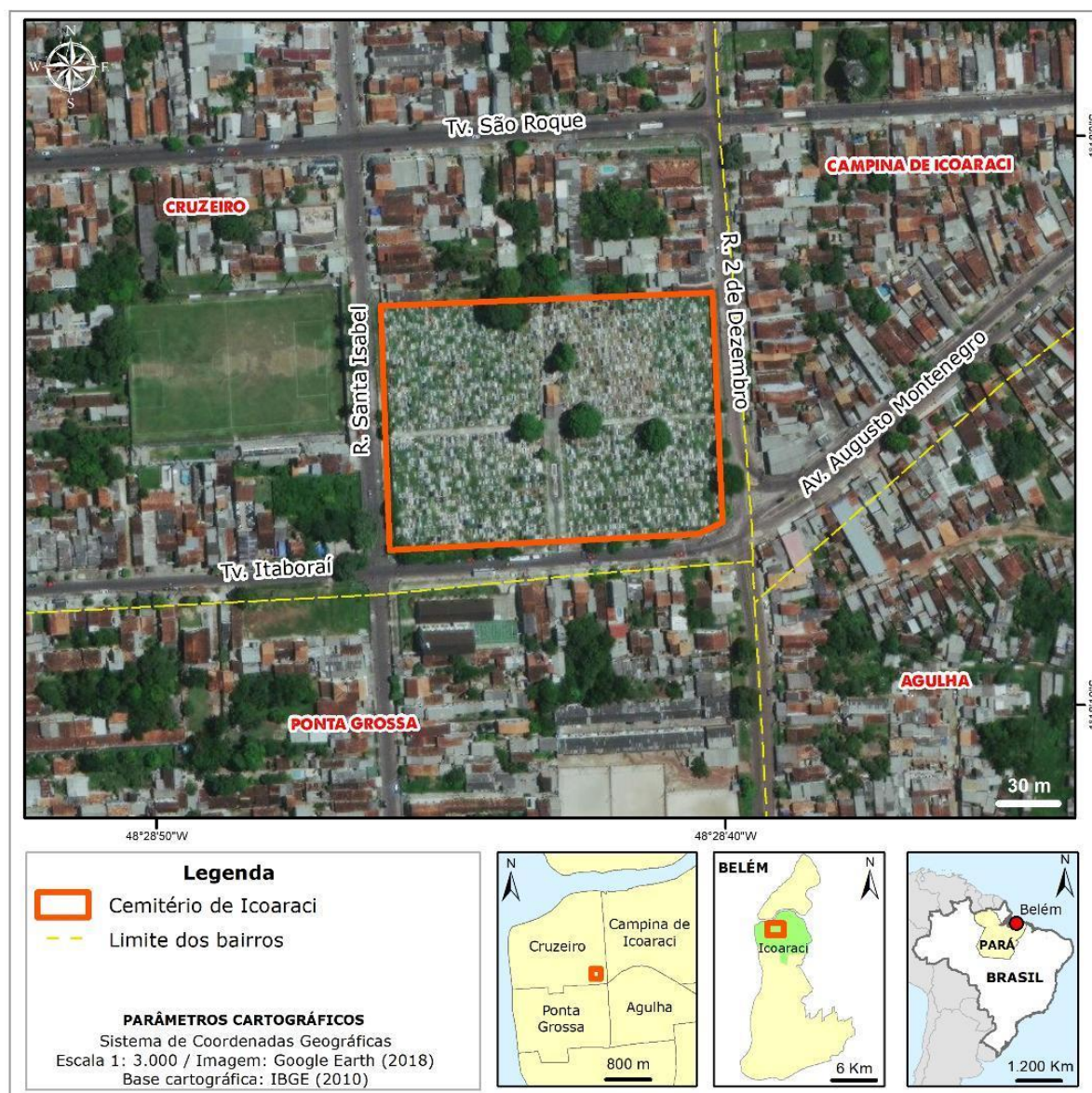
Conforme já mencionado, o crescimento urbano e o inchaço populacional de Icoaraci acabaram levando a área urbana a engolir o cemitério, criando algumas preocupações quanto à ocupação dos terrenos fronteiros da necrópole, receio de eventual perfuração de poços pelos moradores, em razão de uma possível contaminação do lençol freático e problemas de segurança no espaço, como roubo e depredação de túmulos, subtração de objetos de valor das lápides e afins. Nem o espaço dos mortos ficou incólume diante do aumento da criminalidade no mundo dos vivos.

Por se tratar de um equipamento urbano sob responsabilidade do poder público, a manutenção do espaço é de competência da Agência Distrital de Icoaraci (ADIC), contudo, uma rápida visita ao cemitério de Santa Izabel permite perceber uma evidente ausência do poder público. O número de funcionários é visivelmente insuficiente para a manutenção da estrutura e grande parte dos trabalhos de conservação e limpeza dos túmulos são realizados por zeladores particulares, normalmente pagos por famílias que possuem jazigos no cemitério. Muitos túmulos são objetos de restauro, bem como trabalhos de conservação e limpeza,

apenas nas semanas que antecedem o feriado de finados, quando o cemitério de Santa Izabel se converte um verdadeiro formigueiro humano de trabalhadores transportando areia, cal, flores naturais ou ornamentais para preparar os túmulos para visitaçã<sup>5</sup>.

É grande o número de imóveis nos terrenos fronteiriços com o Campo Santo, o que demonstra que a necrópole, originalmente construída nos limites do núcleo urbano, acabou por ser “engolida” por este, se incorporando ao tecido urbano de Icoaraci (Figura 8).

Figura 8 – Vista aérea do cemitério de Icoaraci, destacando sua localização



Fonte: GUSMÃO (2018)

5 Segundo informações da administração do cemitério Santa Izabel durante o feriado de finados o local costuma a receber a visita de até 10 mil pessoas. Esse número de visitantes já foi significativamente maior, nos últimos anos o numero de visitantes tem apresentado uma queda, atribuída em parte pelas péssimas condições de conservação da necrópole, que possivelmente desestimulam as visitas e também pelo contexto da pandemia de COVID-19.



O cemitério Santa Izabel localiza-se no bairro do Cruzeiro muito próximo dos atuais limites com os bairros da Agulha, Ponta Grossa e Campina de Icoaraci e quase nos limites do núcleo original da antiga Vila Pinheiro. Sua atual localização provoca algumas preocupações relacionadas a contaminação do solo, da atmosfera e dos lençóis freáticos, podendo eventualmente tornar-se fonte de impactos ambientais negativos.

Qualquer contaminação do lençol freático na área interna do cemitério poderia presumivelmente espalhar-se para regiões próximas, comprometendo a saúde das pessoas que eventualmente utilizem a água de poços de pouca profundidade ou cisternas localizadas na região do seu entorno. Historicamente, o serviço de abastecimento de água em Icoaraci é bastante deficiente e as interrupções no fornecimento são frequentes, o que leva muitos moradores do distrito a cavarem poços artesanais.

Desse modo, o cemitério poderia se configurar como um gerador de impactos ambientais, podendo ocasionar a contaminação do solo e de mananciais hídricos por micro-organismos que proliferam no processo de decomposição dos cadáveres. Além desses fatores, existem outras questões ambientais provocadas pelo descarte inadequado de lixo pelos visitantes, como flores, velas, em alguns casos por resquícios de rituais religiosos. Vasos e recipientes para plantas também eventualmente acumulam água da chuva, possibilitando a proliferação de mosquitos vetores de algumas doenças.

Quando analisamos a disposição dos túmulos e a configuração do cemitério, percebemos que este apresenta uma planta tradicional de formato retangular, comum em alguns cemitérios brasileiros construídos no final do século XIX, possuindo uma alameda principal, ladeada por túmulos mais suntuosos de ambos os lados, pertencentes a famílias tradicionais do distrito. Ao centro da alameda está localizado um cruzeiro. Datado de 1906, é uma grande cruz central de metal no qual são depositadas velas pelas almas dos que estão enterrados ali ou mesmo pelos que estão sepultados longe (Figura 9).

Figura 9 – Cruzeiro disposto na alameda central do cemitério e inscrição em sua base



Fonte: acervo pessoal

A cruz metálica indicando que ela foi doada pelo coronel Juvêncio Sarmento no ano de 1906. Este coronel era membro de uma das famílias mais tradicionais do distrito e seu nome foi dado à escola mais antiga de Icoaraci, a Escola “Coronel Sarmento”, bem como à quinta rua (Figura 10).

Figura 10 – Casa pertencente à família do coronel Juvêncio Sarmento, onde hoje localiza se a Escola “Coronel Sarmento”



Fonte: FUMBEL

Segundo Joelma Pantoja Rodrigues, que desenvolveu um trabalho sobre a reconstrução do espaço da Escola “Coronel Sarmento” através da memória, a família Sarmento era umas das várias que possuíam residências de veraneio na antiga Vila Pinheiro durante período áureo da borracha. De acordo com a pesquisadora, essa família teria doado um imponente sobrado para a instalação da primeira escola da povoação no ano de 1901, batizado então de “Grupo Escolar Coronel Sarmento”:

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Coronel Sarmento, foi fundada em 13 de maio de 1901, com a nomeação de “Grupo Escolar Coronel Sarmento” e está localizada na Avenida Manoel Barata, nº 580, no bairro do Cruzeiro, no Distrito de Icoaraci, Belém, Pará. De acordo com os dados da própria Escola, soubemos em campo, que o local onde está localizada, a princípio, havia uma bela vivenda, uma das construídas por famílias nobres para abrigá-las no período das férias. Este prédio abrigou a família Coronel Sarmento. Contudo, no governo do presidente Campos Sales e do governador Dr. José Paes de Carvalho, o prédio passou a fazer parte do acervo do Estado. Após algum tempo, sem ser utilizado, o governador resolveu escolhê-lo para abrigar a primeira escola formal da Vila Pinheiro, nome pelo qual na época era chamada a pequena Vila, hoje Distrito de Icoaraci, localizado à 13 km da Capital do Estado do Pará, Belém. (RODRIGUES, 2013, p. 11).

Em direção ao fundo, se chega à capela da necrópole. Quanto mais se distancia da alameda central, mais simples são os túmulos, muitos sem identificação, alguns deles em péssimo estado de conservação.

Existem várias possibilidades para explicar o estado de conservação ruim de alguns desses túmulos. Desde os muito antigos, de famílias que não deixaram descendentes, até famílias que não residem mais no distrito. Muitas vezes os familiares residentes em Icoaraci são idosos e não tem mais condições de zelar por esses túmulos.

A falta de recursos para arcar com a manutenção e eventuais reformas também é uma explicação. Para famílias mais pobres, os custos para manutenção da sepultura de parentes em bom estado de conservação são significativos. Segundo dados da ADIC, os valores das taxas cobradas para execução de serviços nos cemitérios de Belém eram:

Tabela 1 – Taxas (em reais) cobradas pela realização de serviços nos cemitérios de Belém

Serviços	Cemitério			
	Santa Izabel (Icoaraci)	Santa Isabel (Guamá)	São Jorge (Marambaia)	Cemitério do Tapanã
Sepultamento – criança (Perpétua)	R\$ 26,96	R\$ 105,40	R\$ 105,40	R\$ 10,99
Sepultamento – adulto (Perpétua)	R\$ 53,98	R\$ 73,78	R\$ 73,78	R\$ 22,01
Exumação/ inumação	R\$ 53,98	R\$ 63,29	R\$ 63,29	R\$ 65,13
Licença construção/reforma de jazigo	R\$ 21,69	R\$ 42,18	R\$ 42,18	-
Licença para reforma ou reparo	R\$ 21,69	R\$ 21,07	R\$ 21,07	-

Fonte: RODRIGUES (2018)

Para a transferência de concessão de sepultura/ossuário era cobrada uma taxa única no valor de 114 reais e 41 centavos. Em uma breve análise, as taxas cobradas pela administração pública para a realização de serviços nos cemitérios parecem relativamente baixas, contudo, esses valores não cobrem os custos com a mão de obra e os materiais para eventuais reparos ou manutenção das sepulturas. Certamente esses custos tendem a ser significativos para famílias mais pobres.

Também existe a possibilidade de que esses túmulos pertençam a famílias que posteriormente se converteram a outras religiões e hoje nutrem uma relação diferenciada com a morte. Não é possível dar uma única explicação para esses túmulos em aparente estado de abandono, cada sepultura tem uma história particular.

No ano de 2015, a ADIC realizou um recadastramento das sepulturas do cemitério Santa Izabel com o objetivo de atualizar os dados e garantir o direito legal da utilização do lote no cemitério aos proprietários e seus herdeiros, além de identificar os jazigos que estavam em situação de abandono. Naquela altura, os proprietários de jazigos deveriam apresentar documentos pessoais, bem como as certidões de óbito de todos os corpos inumados na sepultura. Segundo a ADIC, os proprietários que eventualmente deixassem de fazer o recadastramento, perderiam o direito de utilização dos jazigos (G1 PARÁ, 2015). A então assessora jurídica da ADIC, Maria José Rodrigues, explicou na ocasião que:

Há décadas o cadastro está desatualizado e várias vezes têm ocorrido inconsistências cadastrais, como pessoas afirmando serem donas de uma das sepulturas perpétuas, mas sem comprovação. Há casos de familiares dos permissionários mortos, mudanças de endereços e sepulturas em situação de abandono. O recadastramento é para garantir que os reais proprietários possam usar os jazigos quando precisarem, sem terem de enfrentar problemas que possam atrapalhar o sepultamento, por exemplo (Maria José Rodrigues, em entrevista ao portal de notícias G1 PARÁ).

A capela mortuária do cemitério de Santa Izabel (Figura 11) se constitui em um prédio de linhas simples, anexo à administração. Embora o cemitério receba enterramentos de pessoas das mais diferentes religiões, a capela possui uma grande cruz na fachada, provavelmente resquício de um período no qual o catolicismo era a religião da esmagadora maioria dos ali sepultados. É um espaço laico, mas com muitos elementos religiosos visíveis.

Figura 11 – Capela mortuária do cemitério Santa Izabel



Fonte: acervo pessoal

A localização das sepulturas demonstra uma estratificação social, evidenciando a posição do morto. Os túmulos mais bem localizados, em melhor estado de conservação e de mais fácil acesso estão situados de frente para a alameda principal, perto da capela ou próximos a entrada principal do cemitério.

Maria da Conceição Vilela Franco relaciona essa estratificação social no espaço dos mortos as tentativas da elite de normatizar por via de regulamentações essas diferenças:

Quanto à questão dos regulamentos dos cemitérios públicos criados a partir da segunda metade do século XIX, Renato Cymbalista, observa que “o regulamento é uma das maneiras pelas quais as elites da época preservaram seu poder sobre a definição das categorias sociais”. Ao analisar o regulamento dos cemitérios paulistas, de 1856, Cymbalista, mostra “que os modos civilizados, ao mesmo tempo em que lutavam contra os sepultamentos nas igrejas preparavam cuidadosamente o terreno do cemitério para explicitar as distâncias sociais”. Desde o início, o espaço do cemitério público “encontrava-se segregado, onde as famílias mais ricas sempre estiveram disponíveis a construção de monumentos funerários, enquanto as mais pobres a monumentalização era vetada. (FRANCO, 2019, p. 164)

Segundo a autora, o esforço das elites no sentido de reordenar e higienizar o espaço urbano não ficou restrito ao espaço dos vivos, estendendo-se também ao recinto dos mortos.

De certa forma, foi como se o espaço dos mortos mantivesse a mesma estratificação social do mundo dos vivos. Erika Amorim da Silva também menciona esse ordenamento jurídico que determinava nos cemitérios de Belém, durante o século XIX, uma divisão dos espaços internos destes:

Ao longo da década de 1880, o estado determinou a construção de cemitérios em diferentes cidades do Pará, especialmente na década de 80, onde deveriam ser enterrados ricos e pobres, brancos, negros, livres ou cativos. Embora cada um desses segmentos guardasse os seus ritos religiosos e suas diferenças sociais, todos passaram a ocupar o mesmo território, que possuía múltiplos espaços, pois o cemitério era subdividido da seguinte forma: parte para as irmandades, terreno para os particulares, terrenos destinados aos pobres. (SILVA, 2007, p.71)

Antes os membros de famílias abastadas eram enterrados dentro das igrejas, membros de irmandades no entorno destas, pobres e indigentes em áreas mais distantes. Agora todos ocupam o mesmo campo santo, mas nem por isso as diferenças sociais ficam menos evidentes. Pelo contrário, essas diferenças ficam ainda mais visíveis. Primeiro pela localização dos túmulos e depois pelo tipo de material do qual as lápides foram feitas.

Paula Andréa Calluf Rodrigues, analisando especificamente o caso do cemitério de Nossa Senhora da Soledade e citando Carlos Rocque, também identifica essa divisão da geografia cemiterial em áreas reservadas aos mais ricos e outras destinadas as populações mais pobres:

Segundo Carlos Rocque o espaço interno do cemitério de Nossa Senhora da Soledade seria dividido “em quadras que serviriam para os monumentos particulares, catacumbas, sepulturas para pessoas livres e escravos”. Todavia, assim como na cidade dos vivos existem os bairros elegantes separados das periferias, que são com frequência destinados aos menos favorecidos, a cidade dos mortos também se configuraria em espaço diverso para ricos e pobres. (RODRIGUES, 2014, p. 35)

Os cemitérios paraenses construídos na segunda metade do século XIX, tendo por modelo o cemitério de Nossa Senhora da Soledade, não escaparam a essa tendência de ordenamento de seu espaço interno. Assim, o espaço dos mortos reproduzia e legitimava as diferenciações sociais já existentes no mundo dos vivos.

Observando de forma geral, os túmulos no cemitério de Santa Izabel são, em sua maioria, em formato comum (feitos de mármore, pisos e concreto) e outros com estruturas e acabamento mais elaborados. A maioria dos túmulos possui a cruz cristã ao lado da foto do morto. Imagens de anjos e santos, lua e estrelas também são comuns. Alguns túmulos não possuem imagens de santos, possivelmente por pertencerem a adeptos de igrejas evangélicas – ou ainda por razões financeiras. Pode-se presumir que, quanto mais pobre a família, menos ornamentado é o jazigo (Figura 12).

Figura 12 – Diferenças na ornamentação e preservação dos túmulos, dos mais afastados aos mais centrais



Fonte: acervo pessoal

Na maioria dos túmulos, o símbolo cristão, seja uma cruz, ou uma imagem, aparece acompanhados de alguns dizeres já prontos (epitáfios), na maioria das vezes procurando expressar a dor da perda e a saudade dos familiares. Na maioria das vezes, esses epitáfios são mensagens religiosas, passagens bíblicas. Em alguns túmulos, pequenos objetos também adornam as lápides, juntamente com fotografias que colocam em evidência a individualidade daqueles que estão ali sepultados.

Apesar de ser um cemitério secular, é possível notar uma forte presença da cruz, símbolo cristão, no local. Esta é praticamente onipresente na necrópole, sendo visível no portão de entrada, na maioria dos túmulos, na capela e no cruzeiro central, como que em um esforço para marcar o caráter sacro do local (Figura 13). O cemitério, embora secular, é também solo sagrado. Essa característica sagrada é reforçada por grande parte dos indivíduos que visitam esse espaço, o que evidencia-se pelo fato de que tradicionalmente uma das formas de se referir aos cemitérios foi utilizando o termo “campo santo”.

Figura 13 – A cruz enquanto elemento quase onipresente no cemitério



Fonte: acervo pessoal

Durante grande parte da nossa infância em Icoaraci, o Dia de Finados foi sinônimo de festas, data que mobilizava a comunidade em torno do cemitério local, momento de reunir familiares e entes queridos em volta dos túmulos daqueles que se foram. Longe de ser uma época de tristeza, era um período marcado por grande agitação na comunidade local, que até hoje mobiliza a memória afetiva do professor pesquisador que aqui escreve este texto.

A fim de conhecer um pouco melhor o cemitério de Santa Izabel e a relação da comunidade local com esse bem patrimonial, recorreremos à fala de funcionários daquele campo santo, moradores das proximidades e pessoas que se dedicam ao comércio no entorno dele no período do feriado de finados e nos dias que o antecedem. Para tanto, foi necessário utilizar como ferramenta alguns depoimentos, falas desses indivíduos, à guisa de fonte. Portanto, o trabalho está inserido dentro do campo da chamada história oral.

A história oral é um importante recurso utilizado para compreender a vida de indivíduos, grupos ou comunidades a partir de um conjunto de procedimentos que tem por ponto de partida a definição dos sujeitos a serem entrevistados e a posterior realização de entrevistas. Essa metodologia possibilita a identificação de uma grande diversidade de pontos de vista e de vivências. Segundo Thompson (1998, p. 44-45), “ela lança vida para dentro da própria história, e isso alarga seu campo de ação [...] traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade”.

A história oral amplia a noção de documento para os relatos, as experiências, as vivências dos entrevistados. Segundo Oliveira,

A história oral recupera aspectos individuais de cada sujeito, mas ao mesmo tempo ativa uma memória coletiva, pois a medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolvida em um contexto sócio- histórico que deve ser recuperado. Portanto apesar de a escolha do método se justificar pelo enfoque no sujeito, a análise dos relatos leva em consideração, como já foi abordado anteriormente, as questões sociais nele presentes (OLIVEIRA, 2005, p. 94)

Paul Thompson (1992, p. 192), um dos maiores especialistas nesse campo, afirma que a história oral é o que “melhor reconstrói as particularidades triviais das vidas das pessoas comuns para aqueles que desejam realizar isto”. Essa metodologia de pesquisa parte das reminiscências e das memórias individuais, oferecendo uma grande riqueza de detalhes que não seriam facilmente perceptíveis de outras formas, como, por exemplo, por meio da pesquisa nos documentos oficiais. Ela oferece a possibilidade de compreender as subjetividades das experiências dos indivíduos envolvidos.



Embora o recurso a história oral tenha por base a realização de entrevistas, a coleta de narrativas que são essencialmente pessoais acaba por revelar muito do contexto na qual a testemunha/fonte está inserida. O indivíduo entrevistado expressa muito das crenças, concepções, opiniões, visões presentes no meio social no qual está inserido.

#### **2.4 O lugar dos mortos ajudando a movimentar a economia local e contribuindo para a sobrevivência dos vivos**

No que diz respeito à economia local, o feriado de finados também é uma data importante para grande parte da população, pois é um período que movimenta a economia, gerando renda extra para muitas famílias, desde aquelas que se dedicam a prestar serviços de conservação e limpeza dos túmulos nas semanas que antecedem o feriado, até aqueles que vendem produtos no entorno do cemitério no dia dois de novembro. Forma-se uma verdadeira feira livre nas ruas que dão acesso à necrópole, com a oferta de produtos e serviços dos mais diversos. Além da tradicional venda de flores e de velas, comum em outros cemitérios, nesse período, é possível perceber a comercialização de bebidas e alimentos no local, bem como de artesanato, arranjos de flores artificiais, vasos, objetos decorativos diversos. É o recinto dos mortos possibilitando a sobrevivência dos vivos em parte do ano.

Podemos perceber a efervescência econômica provocada pelo feriado de finados nas falas da interlocutora K. L.V., que trabalha como zeladora do cemitério há 5 anos:

Nessa época do ano o movimento aumenta muito aqui. Uma semana antes o cemitério se enche de gente contratada para limpar, os zeladores pagos. Eles chegam aqui 7 da manhã, quando o sol ainda está fraco e ficam o dia todo. Uns são fixos, pagos pra pintar os mesmos túmulos pelas mesmas famílias todo ano. Outros simplesmente vem aqui oferecer seu serviço (K. L. V., zeladora do cemitério Santa Izabel – comunicação pessoal).

Pela fala da testemunha, percebe-se que, na semana que antecede o feriado de finados, um grande número de pessoas comparece ao cemitério para realizar trabalho de conservação, pequenos reparos e limpeza dos túmulos. Um trabalho desgastante, realizado sob o sol escaldante de novembro, pesado e mal remunerado, mas de grande importância para esses homens e mulheres, muitas vezes desempregados. O trabalhador J. C. L afirma que:

Normalmente eu cobro entre 20 e 50 reais dependendo do trabalho. Se é pra colocar terra no tumulo cobro um valor por lata, pra passar cal, outro valor, pra abrir letras outro. Quem tem letra bonita ganha mais (J. C. L., trabalhador autônomo do cemitério Santa Izabel – comunicação pessoal).

Aqueles que trabalham “abrindo letras”, ou seja, renovando as inscrições nos túmulos, têm ganhos mais elevados, possivelmente devido à necessidade de uma habilidade específica e algum conhecimento de pintura. Segundo informações dos funcionários mais antigos do cemitério, no passado era muito comum a presença de crianças e adolescentes fazendo esse tipo de trabalho. Hoje, devido à uma maior fiscalização de órgãos públicos como o juizado da infância e o conselho tutelar, as crianças e adolescentes que ainda se dedicam a esse tipo de atividade normalmente estão em menor número e, se o fazem, estão sempre acompanhadas dos pais.

A. C. S. é outra trabalhadora que se dedica à venda de flores artesanais e de velas no cemitério no feriado de finados. Ela afirma que sobrevive da venda de uma variada gama de artigos em feiras e parques, viajando muito ao interior, com destaque para os círios de Bragança, Vigia, e o próprio círio de Nossa Senhora das Graças, que acontece em Icoaraci no mês de novembro. O trabalho no cemitério é uma experiência nova, porém rentável

Novembro é o mês que eu e a minha mãe mais ficamos em Icoaraci agora. Tem finados e depois tem o círio, são duas semanas vendendo brinquedos na praça (da matriz); pra muita gente aqui novembro é o mês que a gente ganha o nosso decimo terceiro. Dá um bom lucro (A. C. S., trabalhadora autônoma do cemitério Santa Izabel – comunicação pessoal).

Grande parte dos alunos da Escola “Yolanda Leduc Peralta” reside em um raio de até 1,5 km do cemitério e transitam diariamente pelas proximidades deste. Alguns deles trabalham ou possuem familiares que trabalham em atividades de limpeza e conservação dos túmulos no período que antecede o feriado de finados. Portanto, é possível afirmar que este espaço está incorporado à vivência de boa parte da comunidade escolar.

O aluno L. J. F., de 18 anos, começou a acompanhar o pai, que é pedreiro, em seus trabalhos de reformas no cemitério aos 12 anos. Hoje, é mais um dos que compõe o formigueiro humano que aflui ao cemitério de Santa Izabel nos dias que antecedem o feriado de finados em busca do ganha pão.

Perguntado acerca da experiência de trabalhar em um local relativamente pouco comum entre os seus colegas de escola, o jovem é bem objetivo: “trabalho é trabalho. E preciso ajudar minha família” (L. J. F., aluno da Escola “Yolanda Leduc Peralta” – comunicação pessoal).

Podemos afirmar que, embora seja por definição o espaço dos mortos, o cemitério Santa Izabel é “vivo”, no sentido de que a vida ocorre dentro deste e em seu entorno. Muitas famílias “ganham a vida” com atividades no cemitério, ou seja, retiram o seu sustento desse local (Figura 14).

Figura 14 – Intensa atividade comercial no entorno do cemitério Santa Izabel durante o dia de Finados



Fonte: acervo pessoal

Também é importante perceber que o cemitério Santa Izabel está bem incorporado à comunidade local, seja como fonte de sustento, seja como ponto de referência (a rua do cemitério, o bairro do cemitério, as casas próximas ao cemitério), seja como lugar da memória.

Torna-se importante, portanto, valorizar o Santa Izabel, patrimonializar o cemitério, conscientizar a comunidade da sua importância e chamar a atenção das autoridades competentes para o atual estado de abandono deste espaço e para a necessidade de preservá-lo, pois tudo aquilo que faz parte da memória e história do local, tudo aquilo que é importante para a identidade daquela comunidade pode e deve ser preservado.

Nesse contexto, a inserção do cemitério Santa Izabel nas aulas de História adquire relevância como instrumento para a conscientização e para a sensibilização dos alunos da comunidade, uma vez que destes dependerá o futuro do Santa Izabel.

### 3 O CEMITÉRIO SANTA IZABEL COMO POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA

Conforme pudemos perceber no capítulo anterior, o cemitério Santa Izabel, objeto de estudo deste trabalho, é, sob vários aspectos, produto de um pensamento higienista em voga no século XIX, portanto, podemos interpretá-lo como um produto da sua época. Necessário se faz contextualizar o período no qual essa necrópole foi construída, bem como situá-la em um processo muito mais amplo, no qual esse modelo de cemitério se impôs no mundo ocidental.

A princípio, faremos uso da temporalidade europeia acerca do tema. A palavra cemitério origina-se do grego *koumeterion*, que remete a um local para descanso. O termo adquiriu o sentido que atualmente lhe é atribuído com o advento do cristianismo, em uma referência à mansão dos mortos (REZENDE, 2007).

Conforme já mencionado, as concepções de morte passaram por um processo de transformação ao longo da história, o que ensejou mudanças nas práticas de enterramento. A relação que diferentes sociedades, em distintos períodos históricos estabelecia com a morte determinava a forma como os mortos eram sepultados.

Para Lewis Mumford (1998, p. 13), a cidade dos mortos antecedeu a dos vivos, pois “os mortos foram os primeiros a ter uma morada definitiva: uma caverna, uma cova assinalada por pedras, um túmulo coletivo”. Podemos presumir que, pelo menos desde o paleolítico, os homens dedicavam-se a escolher local para o descanso dos mortos.

Na ausência de uma explicação racional para a morte, várias civilizações da antiguidade alimentaram a crença na vida pós-morte, ensejando, no caso dos antigos egípcios, o desenvolvimento de práticas altamente sofisticadas para a preservação dos cadáveres. As pirâmides são sobretudo túmulos monumentais. Ao mesmo tempo testemunho e realização de uma civilização que dedicou grandiosos recursos a preparar-se para a vida pós- morte.

Gregos e romanos possuíam uma relação diferenciada com a morte. Normalmente nas estradas que conduziam às suas cidades, a visão de túmulos e lápides era comum (MUMFORD, 1998). A civilização greco-romana não deixou muito das suas práticas e de seus costumes fúnebres, a exemplo das inscrições nas lápides e das flores nos túmulos.

Com a expansão do cristianismo, surge o hábito de sepultar os cadáveres no entorno das igrejas ou mesmo dentro delas. A ressurreição do corpo e da alma motivava um esforço de dar o que se chamava de “enterro digno” aos mortos, dentro dos preceitos cristãos.

Enquanto em sociedades como a hindu, a cremação dos mortos era realizada para impedir a contaminação do solo (no sentido de não permitir que este se tornasse impuro), no

cristianismo, o corpo era a morada da alma e como tal necessitava de tratamento especial após a morte.

Quando os túmulos lotam, as igrejas passam a se sepultar os mortos no seu entorno, que também passa a ser visto como solo sagrado. Na Idade Média, a igreja regia vida e morte. É nesse contexto que surgem os primeiros cemitérios. Os muros são construídos para proteger o solo sagrado, preservar os mortos dos vivos e impedir a entrada de animais (SCHMIT, 1999).

Em uma sociedade rigorosamente estratificada como a medieval, as diferenças de status social também se revelavam no espaço dos mortos. Ricos e poderosos eram enterrados no recinto das igrejas e muitas vezes próximos aos altares. A condição social em vida determinava a proximidade que o indivíduo teria com o sagrado após a morte. Para os de condição humilde, era reservado o exterior das igrejas (REZENDE, 2007).

Importante pensar que a relação entre vivos e mortos não era tão distante nesse período, pois não era raro que os cemitérios estivessem encravados no centro das cidades. Havia uma relação de muito maior proximidade entre mortos e vivos – o padre realizava a missa na presença de vivos e mortos, lado a lado, como se uns apenas estivessem esperando para se juntar aos outros, algo que não costumava tardar, dada a expectativa de vida significativamente menor daquele período.

No século XVIII, as preocupações com a higiene e os cuidados com doenças levaram autoridades de muitas cidades europeias a propor a construção de cemitérios longe dos muros das cidades. Um dos primeiros cemitérios extramuros foi o cemitério de *Père La Chaise*, em Paris:

Chamado sucessivamente de “Champ-l’Evêque”, “Mont-aux-Vignes” e depois “Mont-Louis”, o terreno foi ocupado no século XVII por François d’Aix de La Chaise, conhecido como Père La Chaise, confessor do rei Luis XIV. Com a morte do padre jesuíta, seu irmão, o Conde de La Chaise passou a dar muitas festas no local, o que contribuiu para a sua expansão e embelezamento. Nesta época, havia uma lei de 1765 que proibia cemitérios na cidade. Por conseguinte, foi o então cônsul Napoleão Bonaparte que decretou: “todo cidadão tem o direito de ser enterrado, independentemente de sua crença ou raça”. Assim, Alexandre Théodore Brongniart foi o encarregado da concepção do cemitério, que foi inaugurado em 1804.

Entre as pessoas lá enterradas, pode-se citar: Guillaume Apollinaire, François Arago, Honoré de Balzac, Henri Barbusse, Alexandre Théodore Brongniart, Maria Callas, Frédéric Chopin, Alphonse Daudet, Eugène Delacroix, Jean de la Fontaine, Paul Eluard, Félix Faure, Molière, Yves Montand, Jim Morrison, Jean Moulin, Edith Piaf, Marcel Proust, Marie Trintignant, Oscar Wilde (COME TO PARIS, 2015 – tradução livre).

*Père La Chaise* não é apenas o maior cemitério de Paris, mas também um dos mais famosos do mundo. Localizado no 20º distrito, todos os anos ele atrai centenas de milhares de visitantes que querem ver os túmulos de pessoas famosas. Ele abrange também três memoriais da Primeira Guerra Mundial.

No século XIX, este modelo de cemitério se disseminou pelo mundo ocidental, em parte pela forte influência cultural da França no período, mas também devido à popularização de ideias higienistas já mencionadas. Era necessário separar a cidade dos mortos da cidade dos vivos para evitar a disseminação de doenças entre a população.

Ainda que separado por mais um século, o cemitério de Santa Izabel não deixa de ser um produto do pensamento da época e um resultado do processo de evolução dos cemitérios no mundo ocidental. Tratava-se, segundo João José Reis (1991), de um processo de reorganização dos espaços urbanos que exigia que a morte fosse tratada de modo acético, em outras palavras “que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extramuros” (REIS, 1999, p. 247).

### **3.1 O cemitério Santa Izabel e as concepções de educação patrimonial**

A proposta original deste trabalho era pensar a educação patrimonial no distrito de Icoaraci. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) apresenta a seguinte definição de educação patrimonial:

Constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que tem como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para o seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (IPHAN, 2018).

Essa definição de educação patrimonial se coaduna com aquela presente no guia básico de educação patrimonial do IPHAN. Neste, professora Maria de Lourdes Horta amplia essa definição:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto

destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999).

Partindo dessas duas definições, desenvolvemos uma proposta de educação patrimonial nas aulas de História que tem por base a noção de lugar da memória e o cemitério enquanto lugar da memória. Segundo Figueira (2012), o papel do professor é estimular o aluno a perceber que esses lugares vão sendo “recorrentemente construídos na família, na escola, na comunidade local e nos mais diversos segmentos sociais, ao longo da temporalidade da história” (p. 75). Assim, segundo essa autora, os professores podem e devem trabalhar com distintos lugares da memória, procurando incentivar o aluno a compreender as relações entre esses lugares e os grupos sociais para os quais estes são significativos

Comprendemos cemitérios como o Santa Izabel como importantes locais da memória e como espaços extremamente ricos em possibilidades para o trabalho com educação patrimonial nas aulas de História.

Nas últimas décadas, o campo do ensino de História tem incorporado novas práticas, novos elementos, novas abordagens teórico-metodológicas visando romper com o quadro descrito pelos dois fragmentos abaixo:

O ensino de história vive atualmente uma conjuntura de crise, que é seguramente uma crise da história historicista, resultante dos descompassos existentes entre as múltiplas e diferenciadas demandas sociais e a incapacidade da instituição escolar em atendê-las ou em responder afirmativamente, de maneira coerente a elas (NADAI, 1992, p.144).

Em se tratando do predomínio de um ensino mecânico, pautado na memorização, basta conversar com alunos egressos de uma escolarização básica completa, isto é, com pessoas que concluíram os estudos secundários, para perceber quão pouco resta dos conhecimentos estudados nas aulas de história. Nada mais do que fragmentos desconexos de fatos, datas, nomes, muitas vezes sobrepostos aleatoriamente, formando um “samba do crioulo doido”, tal como denuncia Sergio Porto na sua música homônima (CAIMI, 2007, p. 20).

Embora separados por 15 anos, os dois excertos relacionam-se a uma mesma problemática e parecem bastante atuais: a de um ensino de História fortemente baseado na memorização, demasiadamente desvinculado da realidade do aluno, e caracterizado muitas vezes por um verbalismo vazio e de difícil compreensão pelo educando.

A ideia inicial deste trabalho surgiu de uma necessidade constatada durante o exercício do magistério na Escola “Yolanda Leduc Peralta”: tornar os conteúdos de história menos abstratos e de mais fácil compreensão para os alunos do ensino fundamental, tendo em vista as especificidades desse público e a realidade específica dessa escola.



Ao longo de 12 anos de atuação nessa instituição, não raro me deparei com questionamentos por parte de alunos, particularmente curiosos e inquietos, que me levaram a fazer importantes reflexões. Eram perguntas do tipo: “Professor, por que eu tenho que estudar algo que aconteceu no Egito antigo, milhares de anos atrás?”, ou ainda “Professor, que diferença isso faz para a minha vida?”. Motivado pela necessidade de tornar os conteúdos mais compreensíveis para os alunos, propus-me a fazer da História algo mais palpável para eles a partir de elementos que eles conheçam, que façam parte de sua realidade cotidiana, que tomem como ponto de partida as suas vivências. Por mais interessante que o conteúdo trabalhado na disciplina possa parecer, para o professor é sempre importante ter em vista que os alunos podem não compartilhar da mesma percepção.

A educação patrimonial, a partir de um elemento que está tão incorporado a comunidade, como o cemitério, configura-se como um importante instrumento para despertar o interesse do aluno pela história do seu lugar, do espaço onde este vive. Memória e identidade são conceitos intimamente relacionados ao patrimônio. O trabalho com eles amplia as possibilidades de abordagem dos conteúdos pelo professor.

A professora Maria de Lourdes Horta traz uma interessante definição de educação patrimonial: esse “processo contínuo de criação cultural” (HORTA, 1999, p. 4) traz em seu escopo uma grande riqueza de possibilidades para o professor. Ao longo de toda a minha vida de estudante da educação básica nas escolas de Icoaraci, nunca tive a oportunidade de estudar acerca do patrimônio local, mesmo esse distrito sendo um lugar extremamente rico em possibilidades para a educação patrimonial. O cemitério Santa Izabel nem mesmo era percebido como patrimônio. No caminho da escola para a casa, eu passava diariamente pela frente de partes importantes do distrito sem ter consciência dessa importância. Tentar alterar esse estado de coisas, fazer com que o patrimônio local seja parte da vivência escolar dos alunos e aproveitar as ricas possibilidades trazidas pelo cemitério para a educação patrimonial foi uma das motivações deste trabalho.

Flavia Caimi, em artigo publicado em 2006, faz uma importante reflexão sobre o descompasso entre o universo de interesses dos alunos e o conteúdo trabalhados em sala na disciplina História:

Um dos bordões mais citados atualmente, presença invariável nos manuais de pedagogia mostra que “o professor deve partir do que o aluno quer aprender, levando em conta os seus interesses”. [...] Se fosse considerado de modo apropriado e com seriedade pelo professor, tal postulado poderia contribuir para fazer da aula um espaço de curiosidade, envolvimento, questionamento, dúvida, enfim de efetivo interesse pelo conhecimento (CAIMI, 2006, p. 23).

A autora considera que, ao ignorar o universo de interesses e significados do aluno, o professor acaba deixando de explorar ricas possibilidades de aprendizado, fazendo com que o conteúdo se torne demasiadamente abstrato, desvinculado da realidade que o cerca, cheio de conceitos de difícil compreensão e assimilação.

Elza Nadai (1992, p. 143) afirma que as transformações pelas quais as sociedades passavam, com o advento da tecnologia, ampliaram as possibilidades de pensar “o fazer e o escrever história”. Esse período é extremamente fértil em possibilidades de repensar os pressupostos teórico-metodológicos que orientam o trabalho do professor, obrigando-o a propor experiências novas, em um esforço no sentido de superar o modelo tradicional introduzido no século XIX.

Foi sob esse pressuposto que desenvolvemos o trabalho que agora será relatado: a necessidade de romper com uma concepção mecânica de ensino de História, pautado na memorização dos conteúdos e a necessidade de dotar esses mesmos conteúdos de sentido para os alunos, partindo da sua realidade objetiva.

Partindo da necessidade de tornar o conteúdo trabalhado menos abstrato e de mais fácil compreensão para os alunos do 8º e 9º anos do turno da tarde da Escola “Yolanda Leduc Peralta”, e tendo em vista a proximidade com o aniversário de 150 anos de Icoaraci, comemorados em outubro de 2019, foi realizado um trabalho com as turmas sobre a fundação do distrito, sua história e seu patrimônio. Nessa ocasião, foram trabalhados alguns conceitos como memória, identidade e patrimônio nas aulas de história durante os meses de agosto e setembro daquele ano. A ideia era que os alunos pudessem compreendê-los e relacioná-los com a história do distrito e com as possibilidades de compreensão trazidas pelos elementos de cultura material encontrados no cemitério. A escola iniciara há pouco um trabalho com temas geradores e o daquele ano foi “Lendo e relendo Icoaraci”.

A chance de perceber quais imagens pré-concebidas os alunos possuíam acerca do cemitério e de tentar modificá-las também criava ricas possibilidades para o trabalho em sala de aula a partir de questionamentos sobre a noção de patrimônio e a sua preservação.

O objetivo deste trabalho baseado nesse tema gerador era conhecer melhor a realidade local e desenvolver atividades mais adaptadas aquela realidade, procurando perceber que leitura os alunos possuíam desta, sempre com uma pergunta em mente: o que é Icoaraci? Um distrito? um bairro de Belém (muitos alunos quando perguntados sobre o bairro onde residem afirmam morar apenas em Icoaraci, ignorando que Icoaraci é o distrito, não um bairro)? Um lugar com uma identidade própria?

A ideia principal era que as diversas atividades previstas no calendário escolar como feira da cultura, festa junina, dia da consciência negra, natal solidário tivessem como referência durante aquele ano letivo esse tema gerador. A ocasião possibilitou a inserção da história de Icoaraci, bem como do patrimônio local, incluindo o Cemitério de Santa Izabel, nas aulas de História, partindo da premissa de que, quanto mais próximo da sua realidade e do seu dia a dia, mais fácil a compreensão dos conceitos propostos.

Quando desenvolvemos uma reflexão acerca da prática docente, cujo objetivo é analisar o Cemitério Santa Izabel enquanto possibilidade de trabalho na disciplina História, faz-se necessário realizar algumas ponderações sobre a proposta do ensino de História presente nas Diretrizes Curriculares de História do Estado do Pará, visto ser este um elemento que norteia a prática pedagógica dos professores em sala na educação básica na rede pública do estado.

No documento curricular para educação infantil e ensino fundamental do Estado do Pará, que normatiza o conteúdo trabalhado na rede estadual de ensino, o termo patrimônio aparece nada menos do que 48 vezes, estando presente em todas as disciplinas, constituindo um importante tema transversal, que perpassa por todos os componentes curriculares. Especificamente para a disciplina História encontramos:

(EF03HI04) Identificar patrimônios históricos e culturais da sua cidade e discutir as razões culturais sociais e políticas para que assim sejam considerados [...] Estabelecer diferenças entre os conceitos de patrimônio cultural, material e imaterial, levando em conta o espaço amazônico. [...] (EF05HI10) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar as mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo [...] Valorizar o patrimônio sócio-cultural e respeitar a sócio- diversidade, reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos para o fortalecimento da democracia. (PARÁ, p. 245-252)

A matriz curricular do estado do Pará preconiza o desenvolvimento nos alunos da capacidade de reconhecer o patrimônio local, de identificar as diferentes concepções de patrimônio, de compreender as razões subjacentes para a definição daquilo que é considerado patrimônio ou não, bem como o estímulo à valorização do patrimônio regional nas suas mais diferentes formas.

A introdução do componente curricular História inicia as reflexões a partir das seguintes questões norteadoras: “Que sujeitos queremos formar? Quais as concepções teórico-metodológicas que podem nos auxiliar nesse processo?” (PARÁ, p. 241)

O documento afirma que, para termos clareza quanto a esses pressupostos, é essencial que se leve em conta a realidade na qual o aluno que iremos formar vive, a fim de

“potencializar o olhar crítico sobre o seu universo cultural, social, político, levando-o a situar o estudo da História em seu contexto, a fim de lhe atribuir sentido” (PARÁ, p. 241). Portanto, o trabalho desenvolvido com os alunos está em conformidade com as disposições da referida matriz curricular na medida em que tem por ponto de partida o patrimônio local.

Quanto à forma de inserção dessa discussão nas aulas de História, dada a importância que o patrimônio enquanto tema transversal assume no currículo oficial do estado do Pará, as possibilidades são diversas. O documento curricular destaca alguns objetivos de aprendizagem para o sexto ano, na disciplina História: “Identificar povos da antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos)” (PARÁ, p. 248).

Diferentes sociedades estabeleceram distintas formas de se relacionar com a morte e distintas práticas de sepultamento. Nesse sentido, a civilização egípcia é um exemplo importante, pois sua relação com a morte, suas crenças religiosas e suas técnicas de preservação dos cadáveres são tradicionalmente um objeto de estudo em sala que desperta interesse especial dos alunos, além de estar fartamente representado em filmes, novelas, minisséries e desenhos animados, muitos dos quais são bastante populares entre os alunos. É um tema sob o qual os alunos já possuem várias referências prévias.

O trabalho com imagens do cemitério permite mobilizar os conceitos de patrimônio, memória e identidade, procurando perceber as concepções que os alunos possuem de patrimônio e em que medida o cemitério é visto como tal.

A educação patrimonial a partir dos cemitérios possibilita ao aluno perceber que diferentes culturas em diferentes momentos históricos tiveram modos distintos de se relacionar com a morte. A possibilidade de ver os sepultamentos como uma prática cultural que revela muito sobre cada grupo humano pode se constituir em um importante recurso nas aulas de história.

### **3.2 A Escola “Yolanda Leduc Peralta”**

Consideramos importante frisar que, embora a presente dissertação tenha como objeto de estudo um cemitério, este não se trata de um trabalho sobre a morte ou sobre as formas de enterramento, mas sobre a relação que os vivos estabelecem com o recinto dos mortos, especificamente os alunos da Escola “Yolanda Leduc Peralta” com o cemitério de Santa Izabel. Localizada no bairro da Campina, distrito de Icoaraci há aproximadamente 1,5 quilômetros do cemitério Santa Izabel, a referida escola possui atualmente 313 alunos

matriculados em dois turnos, totalizando oito turmas, quatro no turno da manhã e outras quatro no turno da tarde<sup>6</sup>. A escola atende apenas à segunda etapa ensino fundamental, os chamados anos finais, que vão do sexto ao nono ano. É considerada uma escola de pequeno porte, a menor escola desse segmento de ensino no bairro. Possui quatro salas de aula, uma quadra (atualmente sem condições de uso), cozinha, secretaria e sala dos professores.

Apesar de ser uma escola de pequeno porte, a “Yolanda Peralta” sempre conviveu com dificuldades consideráveis: infraestrutura precária, espaço físico muito limitado, falta de pessoal em algumas áreas, necessidades de frequentes reparos no prédio, carência de recursos para atender as necessidades da escola, são problemas que se avolumam ao longo dos anos. Parte dessas dificuldades são citadas no Projeto Político Pedagógico da escola em seu item intitulado “apresentação e caracterização da escola”:

A escola situa se em um terreno de terra firme, porém sujeito a alagamentos provenientes das chuvas torrenciais em decorrência da mesma encontrar se abaixo do nível da rua, além da falta de saneamento básico (esgotos entupidos, valas sujas, lixo acumulado nas proximidades, esgoto a céu aberto).

Em virtude da escola apresentar uma estrutura física inadequada à ventilação, o clima torna se insuportável, ocorrendo mudanças no período matutino com a ventilação agradável e no vespertino caracterizado pelo clima quente e sem ventilação.

Quanto à vegetação não podemos inferir qualquer arborização dada a total ausência de espaço que possibilite arborizar. Além do pouco espaço disponível, a área ainda é toda cimentado (PPP da Escola “Yolanda Leduc Peralta”, 2015).

Como visto, o Projeto Político Pedagógico sintetiza bem os problemas estruturais enfrentados pela instituição. Frequentemente, em reuniões de professores, uma palavra é utilizada para definir as condições da escola, em especial no período do chamado verão amazônico, quando o calor se torna mais intenso: insalubre. Algumas dessas dificuldades serão detalhadas com mais atenção em um breve histórico da escola.

Entre as instituições que atendem o Ensino Fundamental II no distrito de Icoaraci, a mais próxima do cemitério é a Escola “Yolanda Peralta”, localizando-se a apenas 1,5 quilômetro da necrópole. A localização da escola foi determinante para a escolha desta como um dos objetos de estudo deste trabalho. A maioria dos funcionários da escola reside em Icoaraci, muitos são naturais do distrito e possuem parentes sepultados no cemitério Santa Izabel, situação que também se aplica aos alunos.

A fundação da escola remonta ao início dos anos 1980<sup>7</sup> como centro comunitário Maguari, uma pequena escola de madeira que atendia as crianças de áreas como o Furo do

---

6 Dados fornecidos pela direção da escola. Informação presente no censo escolar 2020.

7 A data de fundação da escola é incerta, não consta na documentação da escola a data exata.

Maguari, rua Uxiteua, volta da tripa e passagem do Mangue, áreas que estão entre as mais carentes do bairro da Campina, tendo sido renomeada posteriormente Escola Estadual de Primeiro Grau “Izabel dos Santos Dias”.

Segundo o relato de V. M.<sup>8</sup>, ex-funcionária da escola e que estudou nela no início dos anos de 1980, o espaço atual pouco tem a ver com o antigo centro comunitário Maguari.

A escola antiga era bem diferente. Eram apenas 3 salas de madeira, voltadas para a antiga estrada do matadouro (mais conhecida na atualidade como Estrada Velha do Outeiro). A escola atendia a educação infantil. Eram crianças que estudavam aqui. Não tinha essa quadra. Era tudo muito simples. Aqui nesse bairro da Campina as ruas não eram asfaltadas. Tinha muito mato no entorno (V. M., ex-funcionária da escola – comunicação pessoal).

Segundo relatos da ex-funcionária, o prédio da antiga escola estava voltado para a movimentada Estrada do Outeiro ao invés da primeira rua da Campina, como atualmente. As instalações eram de madeira, ainda mais precárias do que as atuais. A escola passou por um processo de mudanças, acompanhando as transformações ocorridas no bairro da campina de Icoaraci, tais como a chegada do asfalto, da iluminação pública e do saneamento básico, que não atenderam de maneira uniforme a todo o bairro.

A senhora Ana Caldas<sup>9</sup>, 58 anos, funcionária da escola desde 1992 faz uma interessante descrição das condições da escola no ano em que esta chegou

Cheguei no Yolanda Peralta há 28 anos vindo da escola Serra Freire. Na época a escola era bem diferente. Muito mais precária. Digo que hoje em comparação com aquela época é uma escola de primeiro mundo. Tá vendo aquela sala ali (apontando para o depósito de merenda), não tinha. Não tinha essa quadra. Eram duas entradas. Hoje é só uma. Eu vivi muita coisa no Peralta, muitas histórias, muitas emoções. A situação era muito precária, não tinha merendeira, não tinha, não tinha serviços gerais. Eu era lotada como inspetora, mas diante da falta de pessoal eu fazia um pouco de tudo: quando cheguei aqui tinha merenda, mas não tinha quem fizesse, então eu fazia a merenda, que os professores distribuíam para os alunos, eu saía e deixava a merenda pronta. Não tinha serviços gerais. Eu também varria a escola no final do dia. Aqui eu só não fui vigilante. Não tinha encanamento de água, logo não tinha água. Carregávamos a água lá de trás (aponta para a área do poço) em panelas na cabeça pra lavar a louça. Os alunos ajudavam. Depois vieram outras direções, eu peguei várias direções. Foi vindo recursos e a escola foi melhorando. Quem diz que hoje a situação é ruim, não viveu o que eu vivi. Muitos anos de escola. Muitas coisas boas e muitas coisas ruins também (Ana Caldas, funcionária da escola – comunicação pessoal).

O relato da senhora Ana Caldas permite perceber as condições precárias da escola no início dos anos 1990, as carências e as dificuldades que infelizmente não eram exclusivas

8 A ex-funcionária da escola, bem como as pessoas que trabalham no cemitério (funcionários fixos, pessoas que realizam trabalhos de reparo e conservação, pessoas que vendem produtos e serviços no entorno dele no feriado de finados) serão identificadas apenas pelas iniciais dos nomes.

9 A senhora Ana Caldas pediu expressamente que o seu nome fosse divulgado neste trabalho.

daquela escola nem daquele período. Outras escolas do bairro compartilhavam de problemas parecidos: número insuficiente de funcionários, infraestrutura precária e/ou bastante deteriorada pela ação do tempo, fornecimento irregular de água, escassez de insumos básicos.

A escola não possui espaços pedagógicos como sala de leitura, laboratório de informática, sala de atendimento educacional especializado, nem auditório. A sala de professores divide o mesmo espaço com o arquivo. A quadra não possui cobertura, dificultando a utilização em horários de calor intenso ou em dias de chuva.

Em 1993, a escola passou por uma ampla reforma, ganhando a configuração atual e sendo então rebatizada como “Yolanda Leduc Peralta”, em homenagem a uma conhecida professora de artes que lecionou por muitos anos em escolas do distrito.

A placa de reinauguração (Figura 15) situa-se em local bem visível, próximo à porta da secretaria, constituindo um importante registro do momento em que a escola ganha a configuração e o nome atuais<sup>10</sup>.

Figura 15 – Placa de inauguração da Escola “Yolanda Leduc Peralta”



Fonte: acervo pessoal

A professora Yolanda Peralta foi uma personagem bastante querida na comunidade local, o que se evidencia pelo fato de ter seu nome atribuído a uma escola após o seu

<sup>10</sup> Para efeito de comemorações considera-se a data de fundação da escola como o dia 23 de abril de 1993. Essa data inclusive está registrada no Projeto Político Pedagógico. Contudo, segundo a direção da escola, a data real de fundação da instituição no início dos anos 1980 é incerta, uma vez que não há um documento de fundação da escola desse período. Tal documento (se já existiu) pode ter se perdido nas reformas e intervenções pelas quais o prédio passou.

falecimento. Além da escola Yolanda Peralta propriamente dita, a professora também cedeu seu nome a uma pequena área de convivência na Escola Estadual Avertano Rocha, a maior escola pública do distrito de Icoaraci, onde ela lecionou por muitos anos, batizada praça Professora Yolanda Peralta.

Segundo a professora Elizete Barata, que exerceu a direção da Escola “Yolanda Leduc Peralta” até dezembro de 2019 e foi aluna da referida professora nos anos 1970, a professora Yolanda desenvolvia um importante trabalho com música nas escolas do distrito:

A professora Peralta era uma graça, uma professora muito querida. Trabalhava com música. Era regente da banda da escola Avertano Rocha. Ministrava aulas de canto orfeônico e canto coral. A professora Peralta era sempre destaque nos eventos e celebrações da escola, fazia um trabalho muito bonito, enfim era uma professora que fazia a diferença na escola.

A professora Yolanda Peralta residia no município de Castanhal, mas deslocava-se alguns dias por semana para Icoaraci para dar aulas na Escola “Avertano Rocha”. Quando a professora Elizete Barata a conheceu, esta já estava em vias de se aposentar, vindo a se afastar da escola para aguardar a conclusão do processo de aposentadoria em 1983.

Uma praça em homenagem à professora Yolanda Peralta foi inaugurada no interior da Escola “Avertano Rocha” na ocasião das comemorações do aniversário de 25 anos da instituição. Diferentemente da placa existente na Escola “Yolanda Peralta”, a placa da praça é bem pequena e encontra-se em lugar mais discreto (Figura 16).

Figura 16 – Praça Iolanda Peralta<sup>11</sup>, localizada no interior da Escola “Avertano Rocha”



11 Curiosamente o nome da professora está grafado na placa com a letra I, Iolanda, o que provavelmente pode ser atribuído a um erro da pessoa que encomendou a placa. Yolanda (ou Iolanda) não é um nome muito comum.





Fonte: acervo pessoal

A última vez que a Escola “Yolanda Leduc Peralta” passou por uma ampla reforma foi em 1993. O poder público muitas vezes age de maneira reativa, não preventiva, e apenas quando provocado pela direção da escola e/ ou pela comunidade escolar, fazendo reparos emergenciais apenas quando existe risco de interrupção das atividades pela precariedade do prédio. As reformas que ocorreram periodicamente, desde então, tiveram impacto limitado na estrutura da escola e não impediram de maneira significativa o sucateamento de suas instalações pela ação do tempo.

A falta de espaço também gera algumas dificuldades (Figuras 17 e 18). Muitas vezes a escola precisa realizar eventos em outros locais do bairro como a quadra da Escola Técnica “Francisco das Chagas Ribeiro de Azevedo” (CACAU), instituição vizinha, ou a quadra da agremiação carnavalesca Olaria, que tem sede na Campina de Icoaraci. As vezes esses espaços são cedidos pela comunidade, outras vezes a escola precisa arrecadar recursos para pagar o aluguel. De qualquer forma, a comunidade contribui ativamente com as atividades que são desenvolvidas.

Figura 17 – Sala dos Professores, que divide espaço com o Arquivo Central da escola



Fonte: acervo pessoal

Figura 18 – Secretaria escolar



Fonte: acervo pessoal

Trabalhar na rede pública significa muitas vezes ser obrigado a lidar com dificuldades importantes como a falta de insumos básicos, acentuadas pela deterioração natural das instalações e equipamentos e pela impossibilidade de reposição imediata destes. Apenas a título de ilustração, muitas vezes a exibição de um simples filme é dificultado pela inexistência de uma tomada em condições de uso ou pela falta de um cabo para funcionamento do retroprojetor. Essas dificuldades obrigam o professor da rede pública, notadamente aquele que atua em escolas de pequeno porte e situadas em áreas carentes, a improvisar e a usar da criatividade, muitas vezes despendendo recursos próprios.

A Escola “Yolanda Leduc Peralta” tem grande importância para a comunidade local, por ser a única escola desse segmento nas redondezas e por assumir papel de certa relevância na comunidade em alguns períodos. É local de votação durante as eleições, posto de vacinação em períodos de campanha, local de reuniões de um grupo dos Alcoólicos Anônimos, espaço em que é ministrada a catequese da paróquia local, em suma, a escola exerce uma importante função social na comunidade. Acerca da relação entre a escola e a comunidade, a professora Carla Gama, atual diretora da escola, faz um interessante relato:

A relação com a comunidade aqui é muito boa. Eles participam ativamente. Teve um pai que criou um grupo, o grupo da infraestrutura no *Whatsapp*, pra poder discutir situações quem podem ajudar a melhorar a escola. Na festa junina do ano passado, esse ano nós não tivemos por conta da pandemia, nós conseguimos arrecadar 100% de lucro em tudo que nós vendemos. Eles doaram e compraram. Entende o valor dessa relação? Ela é muito gratificante. Teve uma mãe de miss que contribuiu com 800 reais. Esse valor veio todo pra escola. Eu entendo que essa é uma relação de valorização da escola, de ajuda. Eles entendem a escola como sendo deles, como sendo um bem público de todos eles. Nem sempre foi assim, no passado os vizinhos reclamavam muitos dos alunos que corriam, jogavam bola, pulavam, faziam barulho, não é que eles não façam mais isso, mas nós conseguimos mostrar pra eles que a escola perto da casa deles é benéfico para eles (comunidade), pois dentro da escola nos reforçamos os valores repassados pela família em casa. Eu tenho o contato de quase todos os

pais. São 313 alunos, eu tenho o contato de 300. E eles tem o meu contato. É um contato próximo. Se um aluno causa problemas na vizinhança, nós conversamos com os pais rapidamente. A comunidade aprendeu a confiar na escola. Essa comunidade aqui gosta de nós, eles conseguem compreender que a escola perto é uma referência boa para os jovens daqui (Carla Gama, diretora da escola – comunicação pessoal).

A fala da diretora demonstra que a relação entre a escola e a comunidade é positiva e produtiva e que a comunidade contribui ativamente com a escola das mais variadas formas, o que ajuda a suprir, em parte, as dificuldades geradas pela ausência do poder público.

Por ser uma escola pequena, essa relação é mais próxima. A tecnologia por sua vez também facilita o estreitamento do diálogo entre a comunidade e a equipe gestora. A possibilidade de opinar, de participar e de contribuir com sugestões, pedidos e críticas contribui para a identificação entre escola e comunidade e cria uma noção de pertencimento. A partir do momento que existe efetiva participação democrática e que os pais se sentem contemplados em seus anseios, fortalece-se o vínculo entre escola e comunidade. A escola deixa de ser apenas mais uma escola do bairro e se torna “a nossa escola”.

Apenas o apoio da comunidade local, que acolheu a escola como sua, como patrimônio dessa comunidade, permite à instituição realizar normalmente suas atividades. Com esse fundamental apoio, são realizados mutirões para a retirada do mato que cresce na frente da escola, para pintura do prédio, para a realização de pequenos reparos em geral (Figura 19).

Figura 19 – Único corredor da escola, revitalizado após mutirão comunitário e mobilização das famílias



Fonte: acervo pessoal

Recentemente a comunidade se mobilizou contra propostas que visavam fechar a escola, incorporando-a a outra instituição ou modificar o público-alvo para a primeira etapa do ensino fundamental. A comunidade local se mobilizou contra essas propostas em reunião com a equipe gestora da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) responsável pelas escolas do distrito de Icoaraci e por meio de um abaixo-assinado.

É necessário enfatizar que, muitas vezes, as experiências e vivências pessoais do professor-pesquisador têm importância fundamental nas definições do objeto de pesquisa. Entrei na Escola “Yolanda Leduc Peralta” no ano de 2008, logo após nomeação para o cargo de professor de História, resultado da aprovação no concurso c-125 da SEDUC.

Trabalhando com as turmas do sexto ao nono do turno da tarde nas condições precárias da escola, pude perceber o quanto esta, embora pequena, está perfeitamente incorporada à comunidade local, que se faz presente na escola das mais diferentes formas. Ao longo desses 12 anos na escola, eu tive a oportunidade de trabalhar em todos os turnos e conhecer bem a realidade da instituição.

A escola, em especial no turno da tarde, atende a uma clientela formada por alunos entre 11 e 16 anos, muitos dos quais estão em distorção idade-série. Diferente de outras escolas mais centrais do distrito, os alunos desta em sua maioria moram em um raio de até 1,5 quilômetros da escola. Ou seja, sua clientela é formada, predominantemente, por alunos que moram nas redondezas tanto da escola, quanto do cemitério Santa Izabel. Muitos transitam pelas calçadas da necrópole no percurso diário entre a casa e a escola ou entre a casa e o trabalho (para os alunos que já trabalham). Entre o total de alunos da escola, estima-se que metade destes, segundo informações da direção do estabelecimento, seja formado por alunos beneficiários do Programa Bolsa Família. Logo, podemos afirmar que a instituição atende basicamente alunos com perfil socioeconômico de baixa renda.

A comunidade na qual a escola está inserida é marcada por profundas carências sociais e estruturais, atendendo a alunos com as mais variadas configurações familiares, com muitos estudantes oriundos de famílias monoparentais, ou seja, aquelas cujas crianças vivem apenas sob a tutela de um dos genitores, geralmente a mãe. Ainda há aqueles que vivem sob os cuidados dos avós<sup>12</sup>.

A princípio, a constituição urbana do distrito de Icoaraci baseia-se na ocupação de áreas livres e firmes que originaram os seus dois primeiros bairros, Cruzeiro e Ponta Grossa. Posteriormente, outras áreas mais distantes da orla passam a ser progressivamente ocupadas. O povoamento se interioriza e esse processo dá origem ao bairro da Campina de Icoaraci.

Mario Benjamim Dias (2007), analisando a formação do bairro da Campina de Icoaraci, destaca que, até o governo de Paes de Carvalho, não existia ligação por terra entre a Vila Pinheiro e Belém. O intercâmbio comercial e o fluxo de pessoas eram realizados por via fluvial, sendo a vila um típico núcleo ribeirinho amazônico. Contudo, em 7 de janeiro de

---

12 Dados do perfil da comunidade escolar constante no Projeto Político Pedagógico da escola - versão de 2015

1906, foi inaugurado o ramal da estrada de ferro de Bragança, interligando a Vila a Belém por via férrea. A ligação ferroviária possibilitou maior relação com a cidade e um fluxo maior de pessoas e de mercadorias entre ambas.

A ferrovia possibilitou o incremento da atividade comercial na vila do Pinheiro, principalmente devido ao aumento do fluxo de famílias com maior poder aquisitivo. Os ricos de Belém começam a construir suas casas de veraneio no Pinheiro. Assim Dias (2007, p. 111) afirma: “a proximidade em relação a cidade de Belém, associada aos elementos naturais (furo do Maguari e baía do Guajará), aos recursos naturais existentes exerceu forte atração a essa parcela da população”.

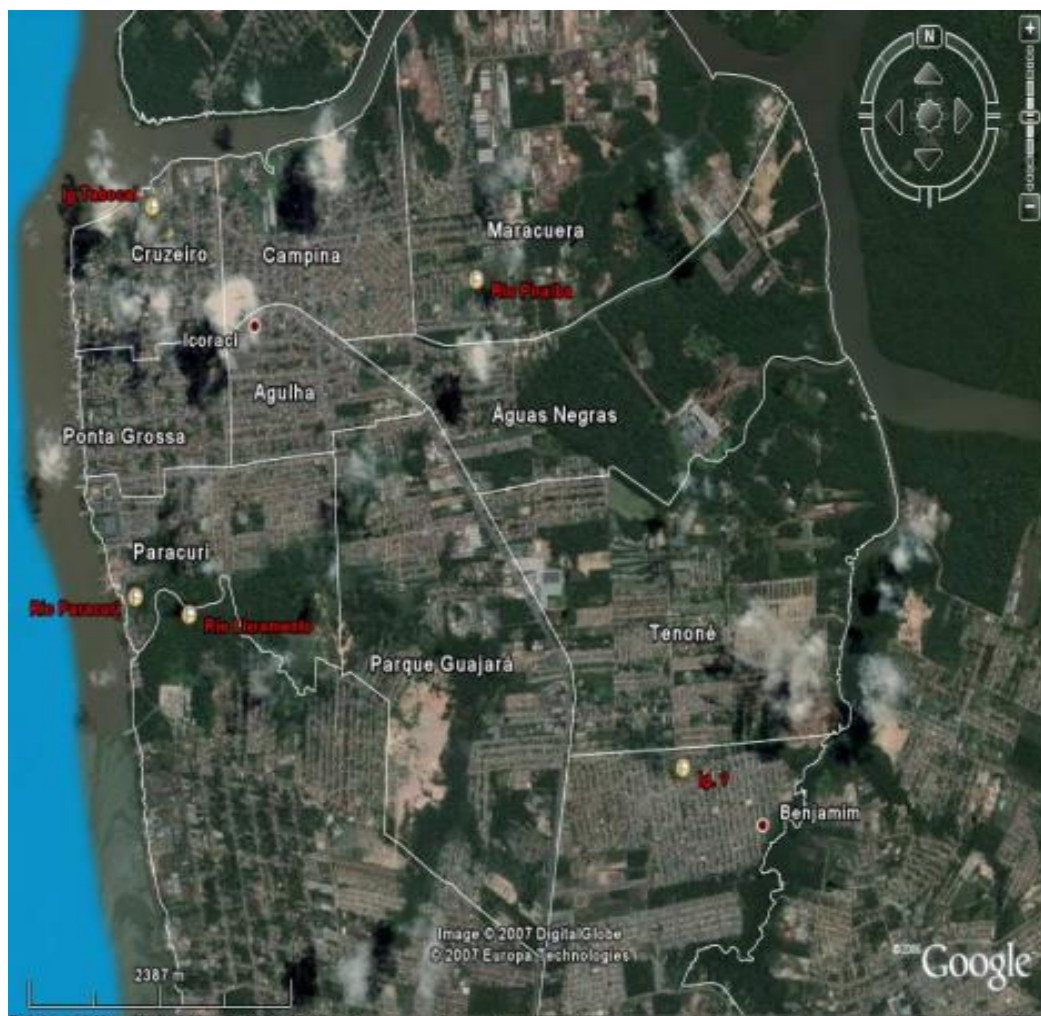
Nesse período, a Vila Pinheiro resumia-se basicamente aos atuais bairros do Cruzeiro e da Ponta Grossa, mas já havia pequenos núcleos mais afastados do centro, como Águas Negras, Agulha e o atual bairro da Campina, que não passavam de áreas de transição entre a zona urbana e a zona rural do futuro distrito. O desenvolvimento econômico e o maior dinamismo levaram essas áreas a serem incorporadas no início do século XX ao tecido urbano de Icoaraci.

Também nesse período começa a se desenvolver uma série de atividades industriais às margens da Baía do Guajará e do furo do Maguari, estabelecimentos como usinas de beneficiamento de castanha, curtumes, serrarias, olarias, fabricas de óleo e sabão, farelo de sementes regionais, muitas delas existentes até hoje<sup>13</sup>. Essas atividades vieram a dinamizar a economia local e a estimular a ocupação dos povoados situados às margens do Furo do maguari (Figura 20). O bairro da campina de Icoaraci, portanto, deve sua formação e seu crescimento a esse período.

---

13 A exemplo da fábrica Santa Maria de óleos e sabão localizada as margens da baía do Guajará. Fundada em 1917. Continua em plena atividade até os dias de hoje.

Figura 20 – Localização do bairro Campina de Icoaraci, às margens do Furo do Maguari



Fonte: DIAS (2007)

No passado, várias indústrias pesqueiras se instalaram nessa região e parte da população da área era formada por comunidades de pescadores.

O crescimento urbano desordenado de Icoaraci para além de seu núcleo original e o aumento da população a partir da década de 1970 geraram bairros profundamente desiguais. Nesse período, Icoaraci se incorpora de fato como periferia de Belém, um processo caracterizado pelo aumento de problemas estruturais, sociais e ambientais. Agora além dos problemas resultantes da ocupação desordenada do bairro da Campina de Icoaraci, a população tem que conviver com o aumento da violência e da criminalidade em geral. Sobre esse processo, Mário Benjamin Dias afirma:

Esse tem sido o eixo norteador do crescimento urbano das cidades capitalistas, pois à medida que que Icoaraci se expande, não deixa de apresentar inúmeros problemas. O crescimento carrega em suas entranhas inúmeras contradições, como o de atrair para áreas onde o fenômeno está ocorrendo, grande contingente populacional que passa a pressionar por serviços públicos como escolas,

hospitais, transporte coletivo, habitação, limpeza urbana, etc., na qual nem sempre são capazes de serem atendidos de acordo com a demanda. Obviamente que as carências e infra estruturas serão supridas em determinado períodos, desde que haja interesse do poder local e/ou para a realização do capital. Não podemos perder de vista que o processo de produção, reprodução, dominação e apropriação produzem danos ao ambiente, já que passam a concentrar pessoas em áreas cada vez mais exíguas, gerando violência, criminalidade, entre outras, em função dos conflitos sociais inerentes a uma sociedade dividida em classes. (DIAS, 2007, p. 221-222).

Conforme Mário Dias afirma, o inchaço populacional de Icoaraci e o crescimento urbano desordenado culminaram no agravamento de uma série de problemas sociais e estruturais enfrentados pela população local.

Dados do relatório intitulado “Descritivo econômico do distrito de Icoaraci – Belém/Pará”, elaborado em 2019 pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET), baseado em dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), demonstram que parte importante dos indicadores sociais do bairro da Campina de Icoaraci são mais baixos que a média do distrito, bem como do município de Belém. A análise desses indicadores revela uma área com consideráveis carências.

Tabela 2 – Indicadores sociais do município de Belém, do distrito de Icoaraci e do bairro da Campina

<b>Território</b>	<b>População</b>	<b>Índice de Gini</b>	<b>IDHM</b>	<b>Renda per capita</b>	<b>% de pobres</b>	<b>Taxa de analfabetismo</b>
Belém	1.393.399	0,62	0,75	853,82	13%	3,3%
DAICO	151.941	0,46	0,71	617,28	14,2%	3,8%
Campina	26.722	0,46	0,71	530,50	11,1%	3,5%

Fonte: SECTET (2019)

Dados fornecidos pelo IBGE relativos ao abastecimento de água potável, saneamento básico e coleta de lixo também indicam um bairro marcado por carências de infraestrutura e pela precariedade de serviços básicos.

Tabela 3 – Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água

<b>Rede Geral</b>	<b>Poço ou nascente na propriedade</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
3.635	2.480	98	6.213

Fonte: IBGE (2000)

Tabela 4 – Domicílios particulares permanentes, por tipo de esgotamento sanitário

<b>Tipo de esgotamento</b>	<b>Domicílios</b>
Rede geral de esgoto ou pluvial	308
Fossa séptica	4.955
Fossa rudimentar	462
Vala	298
Rio, lago ou mar	50
Outro escoadouro	5
<b>Total</b>	<b>6.078</b>

Fonte: IBGE (2000)

Tabela 5 – Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo

<b>Destino do Lixo</b>	<b>Domicílios</b>
Coletado	5.863
Queimado (na propriedade)	163
Enterrado (na propriedade)	3
Jogado em terreno baldio ou logradouro	59
Jogado em rio, lago ou mar	44
Outro destino	81
<b>Total</b>	<b>6.213</b>

Fonte: IBGE (2000)

Os dados constantes nas tabelas revelam uma comunidade que enfrenta problemas típicos de áreas muito carentes como violência, falta de saneamento básico e déficit habitacional. Nesse contexto marcado pela pobreza e pela violência, a escola e o acesso ao ensino público de qualidade têm papel fundamental no sentido de mitigação desses problemas.

Conta em 58% a proporção de residências do bairro que recebe água tratada. Apenas 5,06% destas casas estão ligadas a rede regular de coleta de esgoto, o que é muito baixo até para os padrões brasileiros. Na contramão, 94,36% são atendidas pelo serviço de coleta de lixo.

Quanto à renda *per capita*, considerada um meio mais simples de medir a riqueza de uma população, os dados oficiais indicam que a renda média do bairro da campina de Icoaraci corresponde a apenas 62,13% da renda *per capita* do município de Belém e a 85,94% da renda *per capita* recebida no distrito de Icoaraci<sup>14</sup>.

A nota técnica elaborada pela SECTET demonstra que, em uma população economicamente ativa estimada em 18.953 pessoas, considerando apenas pessoas com 18

14 Apesar das disparidades de renda, o bairro da campina de Icoaraci não é o mais pobre do distrito. Este é o bairro do Paracuri, que possui 26,9% de pobres na sua população e renda per capita correspondente a apenas 35, 80% da renda média do município de Belém.



anos ou mais, 42,57% possuem ocupação formal (trabalhavam com carteira assinada) no período e 22,8% trabalhavam na informalidade, em uma gama extremamente ampla de atividades, com predomínio do setor de serviços (comércio) e da construção civil. No chamado mercado informal, encontram-se não apenas trabalhadores sem registro, mas também os empreendedores por necessidade. São aqueles que, sem emprego, buscam meios de garantir a sobrevivência pela prestação de serviços ou pela venda de mercadorias nas ruas.

Dentre aqueles que ocasionalmente realizam serviços no cemitério ou se dedicam ao comércio no entorno dele, há profissionais que perderam a ocupação estável (desempregados), pedreiros ou auxiliares de pedreiro em serviços eventuais (os chamados “bicos”) e pessoas que sazonalmente se dedicam à comercialização de produtos em feriados de maior movimento no comércio.

Não é incomum que as famílias se vejam obrigadas a mudar de residência em busca de trabalho, o que, por consequência, acarreta em uma rotatividade expressiva de alunos na escola, bem como índices consideráveis de evasão escolar e de repetência, notadamente no turno da tarde.

Mesmo se tratando de uma escola de pequeno porte, as diferenças entre os turnos da manhã e da tarde são facilmente perceptíveis, com o turno vespertino apresentando uma clientela com média de idade mais elevada, maiores taxas de abandono e um rendimento relativamente mais baixo<sup>15</sup> em comparação com os alunos do turno da manhã.

As carências da escola têm impacto direto sobre o rendimento dos alunos, ainda que as últimas avaliações tenham demonstrado uma sensível tendência a melhoria do desempenho destes, principalmente em disciplinas consideradas críticas como português e matemática. Os dados relativos ao rendimento dos alunos e a distorção idade-série no ano de 2018 evidenciam esse impacto.

Não há dados atualizados sobre o IDEB da escola no momento, mas os mais recentes evidenciam um desempenho ruim e a necessidade de uma intervenção urgente no sentido de reverter essa situação.

---

15 Segundo informações da secretaria da escola, enquanto no turno matutino os alunos mais velhos têm 16 anos em média, no turno vespertino existem alunos com 17 e 18 anos, ainda que sejam minoria, o que torna a média de idade dos discentes desse turno mais elevada.

Tabela 6 – Indicadores escolares do ano de 2018 na Escola “Yolanda Leduc Peralta”

Ano	Reprovação	Abandono	Aprovação	Distorção idade-série
6º	11,8%	1,1%	87,1%	26%
7º	27,1%	2,3%	70,6%	38%
8º	9,4%	1,5%	89,1%	29%
9º	11,1%	0,0%	88,9%	44%

Fonte: QEDu (2018)

As taxas de reprovação são elevadas, em especial no sétimo ano, ficando em todos os anos, a exceção do oitavo, acima de 10% dos alunos. As taxas de abandono relativamente baixas são atribuídas às características da escola, uma escola pequena e que consegue estabelecer uma relação mais próxima com as famílias dos alunos.

Conforme mencionado anteriormente, os piores indicadores ficam por conta da distorção idade-série. Essa elevada distorção pode ser atribuída a vários fatores: alunos que já saem das etapas anteriores com uma idade mais elevada do que a esperada, uma maior taxa de reprovação em comparação com os alunos do turno matutino, até mesmo o fato de alguns alunos trabalharem no contraturno, ajudando os pais na Feira da 8 de maio, a maior feira do distrito de Icoaraci – estes costumam ser alunos mais velhos e que optam por se matricular no turno da tarde. Muitos ainda não têm idade suficiente para estudar à noite em turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) ou não têm autorização dos pais para estudar nesse turno. A assinatura do responsável legal é exigência para a matrícula alunos com idade inferior a 18 anos no período noturno.

O trabalho com o patrimônio local pode contribuir para a melhora desses indicadores no sentido de gerar uma aprendizagem significativa nas aulas de História, o que teria impactos sobre o desempenho global dos alunos, uma vez que história é componente curricular obrigatório, e indiretamente poderia influenciar o aprendizado em outras disciplinas.

### 3.3 As percepções dos alunos acerca do cemitério Santa Izabel

Trabalhando com um campo santo como objeto de estudo, podemos relacionar os diferentes sentidos que podem ser atribuídos a palavra “campo”. Podemos mencionar o conceito de campo em Bourdieu (1989), que o define como um espaço social marcado por disputas, tensões e conflitos sociais diversos. Um espaço disputado por diferentes sujeitos.

Outro uso possível do termo é para campo de estudo e pesquisa, sobre o qual estudos são realizados possibilitando uma compreensão mais ampla das sociedades nos quais estes são desenvolvidos.

Partindo do pensamento de Bourdieu, podemos ver o campo santo como um espaço de disputas, no qual os sujeitos lutam para ser notados, percebidos, o que é facilmente perceptível quando visitamos um cemitério no dia de Finados e observamos os túmulos cheios de flores e ornamentos variados, na tentativa de expressar o apreço que os entes queridos têm por aqueles que estão ali sepultados, quanto por um desejo de se destacar aquele túmulo em meio a ampla necrópole. Embora a condição de morto uniformize as pessoas, nada impede que as famílias procurem enaltecer a individualidade destes.

Também podemos pensar no termo campo pedagógico, partindo do princípio de que os cemitérios, enquanto espaços originais, oferecem possibilidades de conhecimento, a partir da elaboração de estratégias e práticas pedagógicas que valorizem esse espaço como patrimônio das cidades. Partimos do princípio de que o cemitério Santa Izabel possui um enorme potencial pedagógico para os alunos daquela comunidade.

Quando iniciamos o trabalho com o Cemitério Santa Izabel na turma do oitavo ano, chamou atenção a pergunta de uma aluna particularmente participativa: “Professor, o que tem de importante lá?”. A pergunta pode ser atribuída à temática aparentemente inusitada, inédita para os alunos daquela turma. Nunca antes o cemitério havia figurado nas aulas de História. Mas também o questionamento pode ser motivado pela percepção do cemitério enquanto um lugar sombrio, cercado por uma aura mórbida e, em certa medida, assustadora. Alguns alunos temiam por razões diversas adentrar o cemitério, em alguns casos sem nunca ter entrado em um.

Outra reflexão possível levantada pela pergunta é de que os alunos ainda mantinham a percepção de que, na disciplina História, estes estudariam apenas os “grandes feitos” dos “grandes homens”, concepção que tem-se procurado superar. Um dos aspectos positivos do trabalho com o cemitério é a possibilidade dos alunos se enxergarem nas aulas de História, uma vez que muitos são naturais de Icoaraci e possuem parentes, avós, tios, enterrados ali. A possibilidade de se enxergar nas aulas pode contribuir para retirar o aluno da condição de sujeito passivo, suscitando reflexões acerca do passado, seja o da sua família ou o do local onde vive.

O objetivo do trabalho “centrado no patrimônio” desenvolvido com os alunos era estimular a busca de informações sobre o cemitério enquanto patrimônio, procurando incentivar reflexões acerca da importância daquele espaço como um lugar de memória e de

seu valor enquanto bem patrimonial da cidade. O cemitério seria o ponto de partida para a atividade pedagógica envolvendo diferentes concepções de patrimônio e os conceitos de memória e identidade.

Também objetivamos estimular o desejo de preservação do bem, motivar os alunos a conhecer um pouco da história do distrito de Icoaraci e do cemitério Santa Izabel, partindo da premissa de que só é possível preservar aquilo que se conhece.

O trabalho também procurou contemplar as relações interpessoais envolvidas naquele espaço. Desde os alunos que transitam diariamente pelas calçadas do cemitério, aqueles que têm o cemitério como vizinho, até aqueles que relacionam-se de maneira mais próxima com o sítio, por acompanharem os pais em trabalhos na necrópole ou na venda de produtos nas calçadas de seu entorno.

O trabalho com os registros fotográficos do Chalé Tavares Cardoso, do Chalé Senador José Porfírio, da antiga Estação de Trem e do cemitério de Santa Izabel proporcionou um contato mais próximo dos alunos com os elementos analisados.

Utilizamos os relatos dos alunos como base para as reflexões que serão realizadas a partir desse momento. Após a transcrição de alguns desses relatos, foram ressaltados elementos importantes para as discussões que serão realizadas. Por se tratar de alunos menores de idade, seus nomes completos foram omitidos, utilizando pseudônimos, a idade e o ano de cada discente, também em um esforço de se ater ao teor das narrativas.

Embora tenhamos trabalhado com outros bens patrimoniais de Icoaraci, priorizamos as falas que tiveram relação com o cemitério pois estas atendem ao objetivo do nosso trabalho. O público-alvo, como já citado, foram duas turmas, sendo uma do oitavo ano e outra do nono ano da Escola “Yolanda Leduc Peralta”.

O trabalho foi realizado com um espaço amostral composto por 45 alunos, sendo 25 do oitavo ano e 20 do nono ano. Antes da realização da exposição dos conceitos e do trabalho com as imagens, nenhum dos alunos participantes incluía o cemitério na condição de patrimônio de Icoaraci. Após a discussão dos conceitos de patrimônio, 27 alunos, o equivalente a 60% destes, incluía o cemitério na lista de bens patrimoniais de Icoaraci. Após a sensibilização com as imagens, esse número ascendeu a 36 alunos, ou seja 80%.

Um dos pontos positivos foi a discussão dos conceitos de memória e identidade em sala. Acerca disso a aluna Thayane afirma:

Memória é uma coisa que a pessoa lembra, que tem a ver com a identidade, por exemplo quando a pessoa morre a família coloca uma foto do morto no túmulo,

tem data de nascimento, data da morte. Dá pra saber quem era o morto por isso (Thayane, 13 anos, aluna do oitavo ano – comunicação pessoal).

Podemos perceber na fala da aluna uma tentativa de associar memória e identidade a partir do trabalho feito em sala com as fotos de alguns túmulos do cemitério de Santa Izabel.

Dominique Poulot faz uma interessante analogia do patrimônio como um espelho no qual as sociedades se enxergam e enxergam as outras sociedades. Poderíamos, em um exercício de reflexão, substituir o patrimônio pela memória: a memória que se quer preservar, a memória que se procura preservar reflete muito dos anseios daquela sociedade ou grupo social.

A preservação da memória, portanto, não é um processo neutro, mas sujeito a inúmeros determinantes sociais e culturais, a interesses de classe, a subjetividades. Muito disso pode ser percebido nos túmulos. Ao vislumbrar um túmulo mais suntuoso, temos a percepção não apenas de quem está sepultado ali, mas da imagem que os familiares procuraram transmitir daquele indivíduo para a posteridade.

Por vezes, os alunos elaboram o conceito de memória a partir das próprias experiências pessoais, devido à perda ou ao afastamento de algum ente querido. O aluno Matheus evidencia isso em sua fala:

Memória é aquilo que nós temos quando uma pessoa querida da nossa família morre, tipo o vô ou a vô. Perder alguém querida resta a memória (Matheus, 14 anos, aluno do oitavo ano – comunicação pessoal).

A noção de memória de Matheus está relacionada a experiências pessoais, no caso a perda de um ente querido, o avô. As pessoas que se foram deixam lembranças para aqueles que as amam. O cemitério é um lugar de memória por excelência por possuir esse potencial de evocar tantas memórias.

O aluno tenta elaborar um conceito de memória a partir da sua compreensão e da sua vivência pessoal. Quase todos nós temos memórias relacionadas a perda de entes queridos. Por vezes, estas são as mais marcantes porque mobilizam componentes emocionais, afetivos.

A memória é um fenômeno sempre sujeito à interferência de elementos subjetivos. Como Pierre Nora diz: “é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução” (1993, p. 9). Acerca da influência de fatores afetivos na memória esse autor também pontua

Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções (NORA, 1993, p. 9)

A memória, assim vista, configura-se como um terreno riquíssimo em possibilidades, tão numerosas quanto são os grupos sociais, ou quanto são os indivíduos, mutável, em eterna evolução, em contínuo devir.

Eu entendi que o cemitério tem tudo a ver com memória, identidade e patrimônio e que são pessoas que morrem, que eram muito importantes, e que patrimônio é tudo aquilo que nós temos. Tudo é patrimônio (Paulo, 14 anos, aluno do nono ano – comunicação pessoal).

Paulo faz um esforço para conceituar patrimônio e construir uma associação entre este conceito, memória e identidade, diferentemente da maioria dos alunos que se limitava a citar exemplos. Quando perguntados sobre o que é patrimônio, os alunos normalmente respondiam com exemplos práticos ao invés de conceitos. Para efeito do trabalho que fora desenvolvido, mais importante do que conceituar, naquele momento, era poder citar exemplos do patrimônio de Icoaraci. A ideia era que os alunos tivessem uma compreensão do que é patrimônio e dos diferentes tipos ainda que não pudessem conceituar. Embora História seja uma disciplina conceitual, muitas vezes o aluno compreende mais facilmente exemplos concretos.

Aquilo que se convencionou chamar de patrimônio histórico assume, em sociedades modernas, uma importante função simbólica. Ele representa a identidade e evoca a memória de um povo, pois a própria noção de pertencimento a uma dada sociedade implica o compartilhamento de um conjunto de símbolos, personificados em bens culturais. O patrimônio é patrimônio na medida em que é identificado como tal por um grupo social ou por um estado nacional.

O patrimônio contribui para nos dizer quem somos, de onde viemos ou para onde vamos. Os bens mais significativos de uma nação, sejam eles materiais ou imateriais, palpáveis ou intangíveis, são o seu patrimônio. Quando pensamos em um país qualquer, em um povo qualquer, a primeira coisa que normalmente nos vem à cabeça é o seu patrimônio. É o elemento identitário, o que permite identificar aquele povo, aquela cultura. Nesse sentido, o aluno não está tão equivocados quando diz que “tudo é patrimônio”. Apesar das dificuldades de compreensão, chama atenção as tentativas de incluir o cemitério como patrimônio nas narrativas de alguns alunos.

Acerca do estado de conservação do cemitério, salta aos olhos a percepção de que ele está em mau estado de conservação.

Não é prioridade pro governo cuidar do patrimônio, prefeito, governador não ligam, por isso está muito mal-cuidado. Muitos túmulos caindo aos pedaços.

Muita sujeira, abandono mesmo (Pedro, 15 anos, aluno do nono ano – comunicação pessoal).

Pedro reside no bairro do Cruzeiro às proximidades do cemitério, transita diariamente pelas suas calçadas a caminho da escola e não tem dificuldade em perceber pelo muro baixo o estado de conservação do local, bem como a calçada esburacada e o lixo acumulado nas esquinas. A exibição das fotos chama a sua atenção pela primeira vez para o interior do campo santo.

O “despertar” de Pedro para o estado de conservação ruim daquele sítio patrimonial veio com o trabalho desenvolvido em sala. Nesse sentido, a aula atingiu um de seus objetivos: sensibilizar os alunos para a importância da preservação do patrimônio de Icoaraci.

O aluno tem a percepção de que o governo pouco faz pela preservação do patrimônio público. O péssimo estado de conservação de algumas sepulturas chamou atenção de alguns alunos. Vários demonstraram indignação ao descobrir que, por se tratar de patrimônio privado, competiria as famílias proprietárias dos jazigos zelar pela conservação destes. O cemitério Santa Izabel é administrado pelo poder público, cabendo a este zelar por ele. Contudo, em uma rápida visita ao cemitério, não é difícil perceber a ausência do Estado.

Aqui caberia uma importante distinção entre o patrimônio público e o privado. Público no que diz respeito ao cemitério Santa Izabel, enquanto equipamento sob responsabilidade administrativa do Estado, e privado enquanto propriedade particular das famílias que possuem jazigos no cemitério.

Quando falamos do péssimo estado de conservação de outro sítio, o chalé Senador José Porfírio, o aluno disse: “a prefeitura, os órgãos competentes deviam reformar o casarão. É o patrimônio da cidade que está se perdendo, professor”.

O chalé Senador José Porfírio, atualmente em ruínas, é uma propriedade privada e sua conservação é de responsabilidade de seus proprietários. Quando foram exibidas fotos do antes e do depois do chalé, alguns alunos exclamaram: “é a casa de bruxa professor”. Outros disseram: “é a casa mal-assombrada perto da delegacia”. Essas exclamações demonstram uma visão corrente desse imóvel entre a população local. O abandono inspira essa imagem de “casa mal-assombrada”.

Chamou atenção o espanto dos alunos ao descobrir que aquela casa altamente deteriorada, com uma enorme árvore saindo do teto e uma fachada quase irreconhecível, já foi uma belíssima residência de luxo. É como se aquilo que hoje está deteriorado sempre tenha estado assim. Olhando para uma construção abandonada, arruinada, mas tão incorporada ao

seu cotidiano, algo que veem diariamente quando jogam futebol na praça ou quando visitam um amigo na outra rua, muitas vezes os alunos tendem a imaginar que ela sempre fora assim.

Ainda pensando o lugar do cemitério nessa distinção entre patrimônio público e privado, poderíamos fazer uma analogia com o tecido urbano, com as cidades. No espaço dos vivos, cuidar das ruas, praças e logradouros públicos é atribuição do poder público, enquanto a conservação das residências é de responsabilidade dos proprietários. A mesma lógica se aplica ao recinto dos mortos, conforme percebe-se na fala da diretora de Necrópoles da Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém (SEURB):

Os cuidados constantes em todas as sepulturas é um dever dos proprietários. À prefeitura cabe cuidar apenas do entorno delas. Em caso de violação, depredação ou exposição de restos mortais, os donos devem acionar a administração do cemitério para averiguação, colaborando, assim, com a organização dos cemitérios (AGÊNCIA BELÉM, 2018).

Conforme já foi dito, muitos fatores podem explicar o estado de conservação ruim de muitos túmulos. Trata-se de um cemitério público, mas os jazigos constituem propriedade privada.

Mario Chagas, em artigo publicado em 2008, tratando entre outros temas da relação entre público e privado no domínio patrimonial, fala das dificuldades de delinear limites para as noções do que seja patrimônio:

A palavra patrimônio, ainda hoje, tem a capacidade de expressar uma totalidade difusa, à semelhança do que ocorre com outros termos, como é o caso de cultura, memória e imaginário, por exemplo. Frequentemente, aqueles que desejam alguma precisão se veem forçados a definir e redefinir o termo. A necessidade de recuperar a sua capacidade operacional driblando o seu acento de difusa totalidade está na raiz das constantes requalificações a que essa palavra tem sido submetida. (CHAGAS, 2008, p. 208).

Essa difusa totalidade, a riqueza de definições do que seja patrimônio é tão ampla que as dificuldades dos alunos em distinguir o patrimônio público do privado são absolutamente compreensíveis. A multiplicidade de definições de patrimônio por vezes representa uma dificuldade para o professor tentar encontrar a concepção mais adequada aos objetivos definidos para a atividade que será desenvolvida com os alunos.

Antes de iniciar o debate sobre o cemitério propriamente dito, falamos sobre os diferentes conceitos de patrimônio: patrimônio histórico, patrimônio cultural, patrimônio material e patrimônio imaterial, a fim de situar os alunos quanto a amplitude desse conceito. Procuramos partir de um exemplo particular, algo que os alunos conhecem bem, uma vez que usufruem dele: trabalhamos com o patrimônio da escola e com as eventuais causas para o



sucateamento deste. Os alunos foram estimulados a levantar informações sobre a data de fundação da Escola “Yolanda Leduc Peralta” e a conversar com antigos moradores do distrito, levantando informações sobre a instituição de ensino, uma vez que também trabalhamos na perspectiva de que a escola é patrimônio daquela comunidade, e também sobre o cemitério. Como já citado, vários alunos possuem parentes sepultados no Santa Izabel.

A questão da diferenciação social no espaço do cemitério não deixou de ser percebida pelos alunos:

Quem tem dinheiro faz túmulos grandes e bonitos, brilhantes, com decoração chique. Quem é pobre faz só no cimento mesmo, bem simples, bem menos bonito (João Pedro, 15 anos, aluno do nono ano – comunicação pessoal).

Esse aluno destacou características arquitetônicas dos túmulos, conseguindo relacionar o aspecto suntuoso de algumas construções com demonstrações de poder econômico, o que também relaciona-se com tentativas de manutenção da individualidade do morto por meio de uma arquitetura tumular mais elaborada. João Pedro relaciona essas diferenças à desigualdade social e às disparidades econômicas, demonstrando compreensão e sensibilidade importantes. Essa percepção propicia a reflexão acerca das desigualdades sociais.

A forma como as diferenças sociais são evidenciadas na estrutura dos túmulos pode suscitar discussões acerca das diferenças sociais expressas dentro do tecido urbano. Icoaraci também possui áreas mais urbanizadas e melhor estruturadas convivendo com áreas carentes e com estrutura precária. A maioria dos alunos reside em áreas periféricas do distrito, muitos em imóveis cedidos, em casas improvisadas, em péssimas condições. O aluno João Pedro não foi o único a perceber que essa desigualdade também se expressa no recinto dos mortos.

Por mais simples que possam parecer as observações dos alunos, estas demonstram um esforço no sentido de relacionar os conceitos trabalhados previamente, a teoria estudada nas aulas anteriores e as fotografias do cemitério.

Interessante perceber que parte dos alunos, mas não todos, consideravam o cemitério como um lugar sombrio, um lugar sobre o qual a simples referência já causava alguma resistência, mesmo naqueles que moravam mais próximos do local ou que já tenham acompanhado seus pais nos trabalhos de reforma dos jazigos. O bem patrimonial fazia parte do seu cotidiano, no entanto, isso não era percebido como algo positivo pela maioria. Contudo, após o trabalho em sala, essa visão se tornou menos negativa, esses alunos ficaram mais abertos a outras possibilidades de estudo. Como mencionado, pelo menos 80% deles passaram a considerar o cemitério Santa Izabel como um patrimônio de Icoaraci.

Precisamos considerar que essa porcentagem foi obtida com perguntas livres, ou seja, solicitando que os alunos listassem o que consideravam patrimônio de Icoaraci. Possivelmente, um trabalho voltado exclusivamente para o cemitério, tentando aferir a percepção dos alunos acerca do bem de maneira mais direcionada, sem a inclusão de outros bens patrimoniais, teria resultados distintos. Esse mesmo trabalho, se realizado com turmas do sexto e do sétimo ano, provavelmente também teria resultados distintos. Do mesmo modo, seria diferente se fosse conduzido junto às turmas do EJA. Cada turma é única e um mesmo trabalho obtém respostas distintas quando realizado com turmas diferentes.

Paulo Freire (1981) afirma que toda leitura de texto é sempre precedida de uma leitura de mundo. Essa afirmação ressalta a necessidade de se compreender qual a leitura de mundo do aluno, que percepções esses alunos trazem de casa, tentar compreender como eles enxergam o mundo que os cerca para produzir uma aprendizagem dinâmica, significativa e sintonizada com sua realidade.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1981, p. 9).

A análise das falas dos alunos permite afirmar que eles, em um diálogo com os conceitos e noções trabalhados em sala e suas visões de mundo, caminharam no sentido de uma aprendizagem significativa, na medida em que esta parte daquilo que eles já conhecem, do conhecimento prévio deles. Flavia Caimi, tomando por base a epistemologia genética de Piaget, afirma que:

O conhecimento não é concebido apenas como sendo descoberta espontânea pela criança, nem como sendo transmitido de forma mecânica pelo meio exterior ou pelo professor; é sim resultado de uma interação com o meio físico, social e simbólico, no qual o sujeito é sempre um elemento ativo, que procura compreender o mundo e resolver as interrogações que este mundo provoca (CAIMI, 2006, p. 26)

O ensino de História deve, portanto, contribuir para o desenvolvimento de sujeitos ativos e capazes de construir seus próprios esquemas de interpretação da realidade que os cerca.

### **3.4 Inserindo o cemitério Santa Izabel nas aulas de História**

O cenário pandêmico da COVID-19 trouxe novos e imensos desafios ao trabalho na educação básica, mas também trouxe novas possibilidades em especial com o uso de mais recursos audiovisuais. Durante vários meses, a sala de aula e as aulas presenciais cederam lugar aos grupos de *Whatsapp*, às plataformas virtuais e às videoaulas.

Antes de iniciar com a temática, era importante saber como os alunos viam o cemitério Santa Izabel. Alguns alunos diziam expressões como “cruz credo”, outros se benziam, outros faziam piadas, ou seja, visivelmente o tema parecia inusitado e estranho para a maioria. Seria necessário utilizar outros recursos para inserir o Cemitério Santa Izabel na aula de História.

Alguns alunos haviam perdido parentes na pandemia, outros, especialmente aqueles que moravam mais distante, tinham uma visão negativa, de temor, sobre o cemitério.

Um recurso utilizado para introduzir o tema do cemitério nesse contexto foi a exibição do longa-metragem de animação “Viva! A vida é uma festa” (“*Coco*”, Disney/Pixar, 2017). O Filme fala sobre a memória, os sonhos e a trajetória de várias gerações de uma mesma família, permitindo traçar um belo panorama da cultura mexicana, especialmente acerca da celebração do *dia de los muertos* (equivalente ao nosso feriado de Finados), fazendo ricas referências à cultura, às crenças e à cosmovisão das civilizações pré-colombianas.

O filme valoriza a cultura mexicana ao destacar elementos do folclore nacional e homenagear uma importante tradição cultural do país. Extremamente colorido, o longa-metragem é alegre e cheio de vida. São flores, fitas, velas, tochas, luzes, holofotes, cores fluorescentes e uma música animada de fundo, uma felicidade que pode até parecer contraditória quando levamos em consideração que o filme tem por temática principal a morte (Figura 21). O tema da morte perde, assim, muito da sua aura mórbida, podendo ser trabalhado de uma forma mais leve como os alunos.

Figura 21 – Cartaz e cena do filme “Viva! A vida é uma festa”



Fonte: Reprodução Disney/Pixar (2017)

A obra audiovisual é resultado de uma pesquisa aprofundada, perceptível na estética latina, figurinos detalhados dos personagens, na riquíssima culinária local, pelo ambiente ricamente caracterizado e pela trilha sonora vibrante.

O filme aborda de maneira leve e descontraída temas profundamente humanos e universais, como o processo de envelhecimento, o receio do esquecimento, o mal de Alzheimer e a saudade sentida pelos entes queridos. A película nos ajuda a desmistificar a morte e a pensar com leveza sobre o que pode (ou não) acontecer após o inevitável destino de todos nós.

Entre risos e comentários barulhentos, aos poucos os alunos se abriram à conversa sobre os cemitérios. Na conversa que se seguiu com as turmas, foi possível perceber que alguns alunos vão ao cemitério Santa Izabel no dia de Finados e nos dias que antecedem essa data para vender velas e flores, arrumar túmulos e fazer inscrições, ou seja, reavivar as letras nas lápides (Figura 22). Alguns alunos chegam a faltar as aulas nos dias próximos ao feriado, outros comparecem, mas cochilam durante as aulas devido o cansaço.

Figura 22 – Alunos da Escola “Yolanda Leduc Peralta” em trabalhos informais nas dependências do cemitério Santa Izabel



Fonte: acervo pessoal

Durante a conversa com os alunos, questionamentos sobre o que poderia ser encontrado nos túmulos foram feitos. Inicialmente, vários deram ênfase apenas ao cemitério como local para o último descanso dos mortos, sem referências ao que se podia encontrar no exterior dos túmulos e lápides.

Quando questionados acerca do exterior dos túmulos, alguns alunos destacaram as diferenças na estética, nos materiais, as distinções sociais existentes em vida pareciam se perpetuar no espaço dos mortos – famílias conhecidas e de posses possuíam jazigos

sofisticados, enquanto pessoas de origem mais humilde eram sepultadas em túmulos muito simples, alguns sem identificação e com evidentes marcas de abandono. O cemitério Santa Izabel abriga desde túmulos de famílias influentes e conhecidas dentro do distrito até de pessoas cuja condição de sepultamento estava muito próxima da indigência.

O estado de conservação do cemitério novamente chama a atenção dos alunos. O mato que cresce vigorosamente em volta das lápides, em especial das mais afastadas da alameda central. O lixo se acumula de forma recorrente rente ao muro que dá para a rua Santa Izabel, conhecida em Icoaraci como sexta rua.

A arborização do cemitério não ficou de fora da conversa. No cemitério Santa Izabel, esta é constituída principalmente de castanheiras, de jambeiros e de mangueiras. Estão concentradas nas proximidades da alameda principal e na travessa Itaboraí, onde se localiza a entrada principal da necrópole. Algumas destas árvores aparentemente são contemporâneas a fundação do cemitério, a julgar pela estatura e circunferência aparentes dos troncos. As histórias de crianças e adolescentes do distrito que adentram no cemitério para colher esses frutos faz parte do folclore local. Quando mencionado este fato, alguns alunos disseram que já consumiram esses frutos.

Essas histórias provocam risos e reações diversas entre os alunos. Para alguns, é algo muito natural, uma vez que são vizinhos do cemitério, passar pela frente dos seus portões e adentrar no espaço para consumir os frutos das árvores que lá estão. É simplesmente uma parte de sua vida, da sua vivência, das suas histórias.

O cemitério Santa Izabel “pulsa” na vida desses alunos, na escola, e na comunidade. O lugar dos mortos por definição é também lugar de (muitos) vivos. É um lugar vivo, carregado de vida.

Quanto mais longe da alameda central, mais esparsa fica a arborização, fornecendo menos sombra em dias de calor. Os túmulos mais distantes estão continuamente expostos ao sol inclemente da região. Esse aspecto das diferenciações sociais também saltou aos olhos dos alunos, pois a arborização concentra-se naquela que pode ser considerada como a área nobre do cemitério (Figura 23).

Figura 23 – Arborização próxima à alameda central do cemitério Santa Izabel



Fonte: acervo pessoal

A percepção dessas diferenças também suscitou a discussão sobre os gastos financeiros com os sepultamentos, levando um dos alunos a comentar que “morrer bem não é barato”.

Em um segundo momento, o diálogo avançou para outras questões como epitáfios, fotos, cruzeiros e datas de nascimento e de falecimento. Esses elementos foram citados como possíveis fontes de informação sobre as pessoas ali sepultadas. Idade, estado civil, profissão, filiação religiosa, condição socioeconômica, eram algumas das informações que poderíamos extrair deles.

Esses objetos, símbolos e informações visuais também poderiam ser percebidos como uma forma de destacar a identidade do falecido em meio aquele mar de túmulos, tanto em termos práticos (muitos túmulos antigos não têm qualquer identificação aparente) quanto simbólicos (os túmulos mais suntuosos poderiam expressar tanto o poderio econômico da família, quanto o esmero, o cuidado e o apreço por parte dos familiares). Essas possibilidades foram levantadas junto aos alunos.

Aos poucos a conversa sobre o cemitério foi ficando mais fácil e os alunos passaram a participar de forma mais ativa, com perguntas e contribuições. Quando perguntados se costumavam brincar nas proximidades do Santa Izabel alguns mencionaram as partidas de futebol na sexta rua, que faz divisa com o cemitério. Diferente das demais ruas que confinam o Santa Izabel, esta é uma rua tranquila e com um fluxo de carros pouco intenso. De um lado, há o muro do cemitério e do outro, a fachada do campo do Pinheirense, tradicional time de futebol do distrito.

O próximo passo seria o mais complicado: levar a aula de História para dentro do cemitério Santa Izabel, procurando proporcionar aos alunos a experiência de uma visita guiada e com objetivos definidos. Os alunos poderiam dar sugestões e, uma vez no cemitério, identificar e sugerir que pontos poderiam ser destacados na elaboração do produto educacional associado a esta dissertação, a saber: um roteiro de visita virtual pela necrópole.

Importante enfatizar que o roteiro é resultado da participação ativa dos alunos, seja na escolha dos elementos que serão identificados, seja nas informações relativas a cada elemento que seriam disponibilizadas.

A construção de um roteiro enquanto ferramenta didática e proposta de intervenção pedagógica conta, portanto, com a participação ativa dos alunos, ao mesmo tempo sujeitos e agentes do processo de ensino-aprendizagem.

#### **4 UM ROTEIRO VIRTUAL PELO CEMITÉRIO SANTA IZABEL**

O cemitério ainda é um local que normalmente remete a imagens relacionadas à morte e à desolação, o que torna bastante desafiadora a ideia de desenvolver uma proposta de intervenção pedagógica tendo como espaço de produção e difusão do conhecimento o cemitério Santa Izabel. Este é um local que reflete os costumes funerários, mentalidades a respeito da morte, valores, identidades, religiosidades, estilo arquitetônico e memórias das comunidades que os criaram. Sob essa perspectiva procuramos construir com auxílio e participação ativa dos alunos um roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel, destacando pontos de interesses, elementos e personagens que possuem significado importante para os educandos.

Um roteiro virtual pelo cemitério se constitui em uma ferramenta com amplas possibilidades de uso, não apenas para trabalhar a educação patrimonial nas aulas de História, mas também como ferramenta para a utilização por professores de outras disciplinas, ou seja, com grande potencial para uso interdisciplinar.

Conforme mencionado, os cemitérios são importantes locais de memória e podem ser compreendidos como um verdadeiros museus ao ar livre, oferecendo amplas possibilidades de compreensão do tecido social do qual são produto.

Enquanto equipamento urbano, o Santa Izabel não pareceria muito notável para um observador desatento. Possui o mesmo formato retangular típico de cemitérios construídos no fim do século XIX, uma alameda central, com um grande cruzeiro ao centro e, um pouco mais recuado, uma singela capela mortuária, anexa à administração da necrópole. Até aqui nada muito diferente de outros cemitérios construídos na mesma época.

Contudo, diferente de outros exemplos de patrimônio instituídos pelas elites, o que torna esse cemitério verdadeiramente interessante é precisamente o lugar no qual está inserido e aqueles que ali foram sepultados. Por ter sido durante muito tempo o único cemitério daquela parte do município de Belém, o Santa Izabel recebeu historicamente sepultamentos de pessoas com diferentes origens sociais. A diversidade de túmulos reflete muito da pluralidade da sociedade local.

Nessa diversidade reside, em parte, a riqueza de possibilidades desse campo santo para a educação patrimonial nas aulas de História. É precisamente essa riqueza de sujeitos sociais que ali estão sepultados que pretendemos explorar.



Ricos e pobres, brancos e negros, católicos, evangélicos e espíritas, todos eram sepultados (e ainda o são) no mesmo espaço. Preservados, é claro, alguns sinais de diferenciação socioeconômica e religiosa, visíveis nos túmulos.

Conforme mencionado, o cemitério foi construído em 1889, próximo aos limites da antiga povoação, e relativamente afastado da área mais central. Contudo, com o crescimento urbano de Icoaraci, o Santa Izabel acabou por ser “engolido” pelo tecido urbano. Hoje, um visitante desatento possivelmente levaria alguns segundos para perceber que aqueles muros brancos e de aspecto malcuidado confinam uma necrópole. Esses muros, porém, guardam muitas histórias, algumas das quais começaremos a revelar agora.

#### **4.1 Roteiros virtuais e ensino de História**

Uma excursão ao teatro da cidade, uma visita a uma exposição, conhecer um museu novo normalmente são atividades que despertam grande entusiasmo nos alunos. Como os cemitérios normalmente não são vistos como locais muito aprazíveis para visita por esse público e, no caso específico do contexto pandêmico, as chamadas aulas-passeio ou visitas pedagógicas ficaram mais difíceis de serem realizadas, as visitas de forma virtual tornaram-se uma interessante ferramenta para conectar esse público a uma gama de experiências que, de outra forma, seriam inviáveis.

Na atualidade, um número crescente de instituições oferecem visitas guiadas em meio digital por museus do mundo todo, como o Museu de História Natural de Nova York, por exemplo. Há todo um universo de galerias a serem exploradas *online* que podem ser uma ferramenta a mais para auxiliar o trabalho do professor em sala de aula.

Desde o início da pandemia, dezenas de museus brasileiros e internacionais deixaram suas galerias disponíveis na *internet*. Sendo assim, elas também são uma ferramenta possível de ser incluída na aula *online* e de forma alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A proposta de um roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel pode contribuir para estimular a curiosidade do aluno e a ampliação do repertório cultural, uma das competências gerais da BNCC, despertando o interesse de conhecer a história do seu lugar sob outra perspectiva.

(EF03HI05) Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender os seus significados

(EF03HI06) identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios, etc.) (MEC, 2018).

O cemitério Santa Izabel é patrimônio do distrito de Icoaraci e portador de grande parte da história local. Uma necrópole com 132 anos possui muita história para ser contada. Neste lugar, não estão apenas mortos, mas muitas histórias e identidades de vida, que podem ser conhecidas em meio a arquitetura cemiterial. O cemitério é um ambiente transbordante de memória, arte e cultura, que não deve ser esquecido quando procuramos compreender a história da cidade, do bairro, do distrito.

O uso de um roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel nas aulas de história pode nos ajudar a valorizar a história local no ensino de História, tornar esse ensino mais prazeroso e significativo para mobilizar os alunos em atividades de pesquisa, criar condições para que eles pensem historicamente a sua realidade e o local onde vivem, e pode ajudar os professores a pensar o quanto o cemitério pode contribuir para as aulas de história na educação básica.

Vários conteúdos podem ser trabalhados tomando o cemitério como ponto de partida, em especial aqueles que envolvem os conceitos de memória, identidade, patrimônio e história local, bem como a relação dos homens com a morte ao longo dos tempos (crenças religiosas, práticas culturais e hábitos funerários, apenas para citar alguns aspectos).

Segundo Adja Ferreira de Andrade (1999, p. 61), “um roteiro virtual nada mais é do que uma história contada em imagens, diálogos e descrições. É como um substantivo: trata de uma pessoa ou pessoas, num lugar ou lugares”. Enfrentamos o desafio de contar um pouco da história do Santa Izabel e algumas das muitas histórias que ele abriga por meio da utilização desse recurso.

O roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel estará disponível na biblioteca digital do Laboratório Virtual de Ensino de História da Universidade Federal do Pará ([www.lveh.ufpa.br](http://www.lveh.ufpa.br)) para livre utilização por professores da educação básica.

## **4.2 A construção do roteiro**

Segundo Adja Ferreira de Andrade, a criação de um roteiro virtual tem como ponto de partida uma concepção, bem como uma necessidade educacional. A autora define o começo desse processo da seguinte forma:

A primeira etapa começa sempre por uma ideia, um fato que gera um motivo para criar uma situação pedagógica. Especificamente, quando inicia-se a construção de um roteiro, o objetivo é definir a ideia do roteiro, esta fase está diretamente relacionada a criatividade e originalidade. A ideia é um processo

mental oriundo da imaginação. Criatividade é a concatenação destas ideias e originalidade é a forma ou estilo de contar esta história. (ANDRADE, 1999, p. 62)

Assim, partimos da ideia inicial de construir um roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel para ser utilizado nas aulas de História do ensino fundamental. Ainda de acordo com essa autora,

a ideia pode advir de várias fontes. Ela pode surgir da memória ou vivência humana (ideia pessoal); de um comentário ou estória contada (ideia verbalizada); da leitura de um jornal, revista ou livro (ideia lida); de um filme, ou de uma ficção (ideia transformada), de uma ideia específica (ideia solicitada sob encomenda), de uma lacuna temática, onde percebe-se a não existência de determinados roteiros (FERREIRA, 1999, p. 63)

Conforme mencionado anteriormente, a ideia inicial para esse produto surgiu das experiências pessoais deste professor-pesquisador e de uma necessidade prática vivenciada no exercício diário da docência: tornar as aulas de História mais atrativas, dotá-las de sentido para os alunos da segunda etapa do ensino fundamental e introduzir a educação patrimonial nas aulas de História a partir de um elemento que estes conheçam.

A construção de um roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel exigia um envolvimento direto dos alunos no processo de criação deste, principalmente na seleção de elementos que poderiam ser destacados em um tour virtual. Para tanto, se fez necessário levar os alunos para dentro da necrópole.

Assim, programamos uma visita com um grupo de 18 alunos, todos do oitavo e nono anos da Escola “Yolanda Leduc Peralta” e matriculados no turno vespertino. O pequeno número de alunos deveu-se tanto a dificuldade para conseguir a autorização dos pais para uma aula passeio em um local tão inusitado, quanto pelas próprias condições de conservação da necrópole. Há muito mato e pouco espaço para circulação entre os túmulos, devido à alta densidade destes no local. É como se cada metro quadrado disponível do cemitério já estivesse ocupado por túmulos. Logo, a visita não poderia contar com um número muito grande de estudantes.

O contexto pandêmico também limitou o tamanho do coletivo e a permanência destes nas dependências do cemitério. Apenas grupos pequenos e por um curto período foram autorizados pela direção da necrópole. Foi necessário um diálogo prévio com a direção para que a presença dos alunos fosse permitida.

A aula de campo (ou aula passeio) ocorreu no dia 22 de outubro, sexta-feira. O fato de a grande maioria dos alunos residir nas proximidades do cemitério facilitou o deslocamento

deles, não sendo necessário alugar um ônibus, por exemplo, apenas realizar um paciente (e persistente) trabalho de sensibilização com os pais.

A aula teve início às 9h da manhã e teve duração de 60 minutos. O primeiro elemento que chamou a atenção de alguns alunos foi a proximidade entre o cemitério e as casas. Pudemos conversar sobre o processo de urbanização de Icoaraci, destacando que o cemitério construído originalmente em área mais afastada do centro do distrito acabou por ser engolido pelo tecido urbano, ou seja, o cemitério não foi construído dentro da cidade, foi a cidade que “cercou” o cemitério.

Continuamos a aula olhando mais atentamente para os túmulos que ladeiam a alameda principal. Em cada túmulo, procuramos fazer relações com os conceitos trabalhados em sala. É possível identificar nesses túmulos nomes de famílias conhecidas em Icoaraci como Nassar, Correia, Tavares Cardoso, entre outras. Podemos relacionar a localização desses túmulos, seu acabamento mais elaborado e o aspecto mais suntuoso com a condição socioeconômica dessas famílias, muitas delas tradicionais no distrito. Nomes de comerciantes, advogados, políticos, médicos, alguns oriundos de famílias cujos nomes são conhecidos dos alunos.

Comentamos sobre as influências estrangeiras na formação do distrito. No passado, Icoaraci abrigou comunidades importantes de imigrantes portugueses, sírio-libaneses e japoneses. Em muitos casos, os descendentes dessas comunidades residem até hoje no distrito e suas famílias possuem jazigos no cemitério Santa Izabel (Figura 24).

Figura 24 – Jazigo de família de ascendência japonesa presente no cemitério Santa Izabel



Foi possível comentar sobre a influência estrangeira na arte tumular: elementos greco-romanos, a exemplo do jazigo da família Diógenes da Costa Lamas, bem como os azulejos portugueses, tão comuns nos túmulos mais antigos (Figura 25).

Figura 25 – Jazigo da família Diógenes da Costa Lamas



Fonte: acervo pessoal

Comentamos sobre as mudanças nas práticas de enterramento ao longo da história, do período em que as pessoas eram enterradas dentro das igrejas. A observação dos túmulos da alameda principal levou os alunos a fazerem várias observações interessantes, participando de maneira mais ativa da aula. Um aluno perguntou: “esses túmulos tão altos não eram um jeito de mostrar poder e riqueza”?

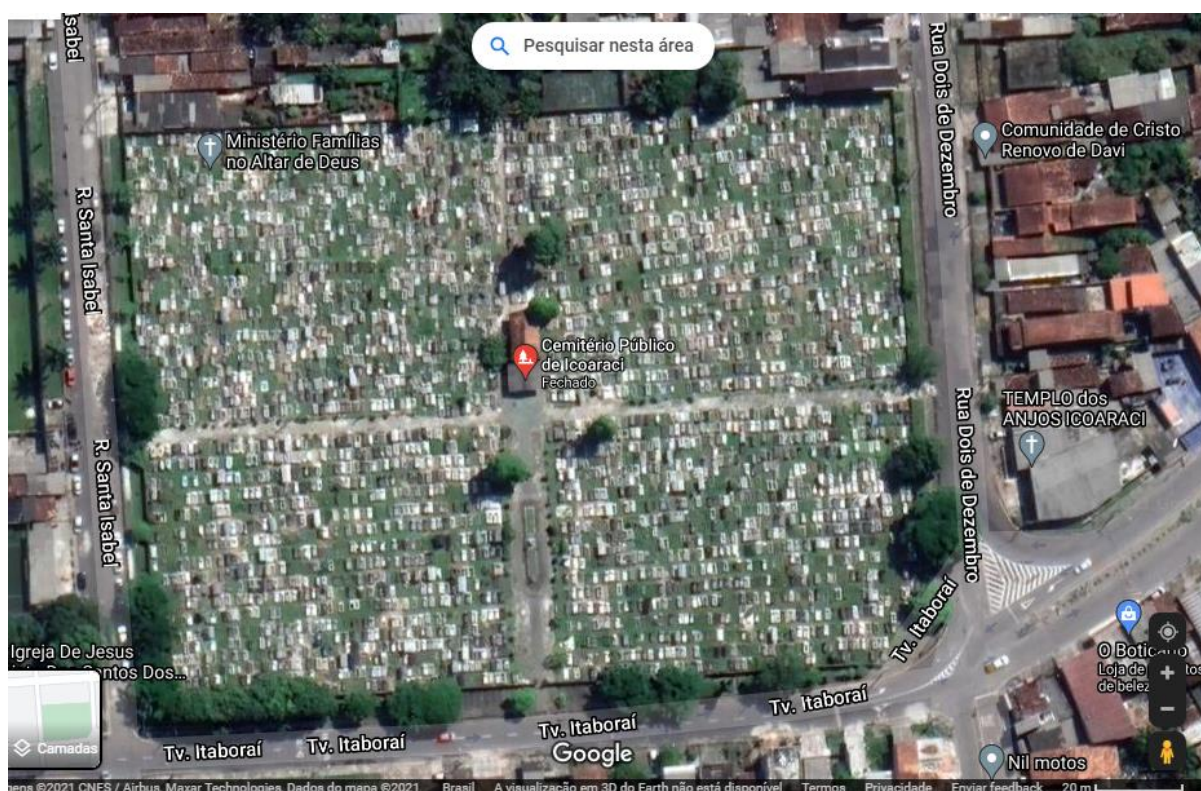
Na atualidade, muitas pessoas preferem a cremação, pois isso elimina os custos com a manutenção dos túmulos e as cinzas podem ser guardadas em uma urna em casa ou depositadas em um local escolhido pelo morto. Os atuais cemitérios parque têm túmulos

menores e mais discretos, limitados muitas vezes a uma pequena placa no solo. As formas de enterramento estão em constante mudança.

Os alunos tiveram a oportunidade de sugerir alguns pontos de interesse e túmulos para a elaboração do nosso roteiro virtual, não apenas entre aqueles que se encontram na alameda principal, mas também de parentes e entes queridos.

Inicialmente, elaboramos um mapa do cemitério Santa Izabel, tendo por base imagens de satélite (Figura 26), para servir de orientação a respeito da localização dos elementos que integram o roteiro virtual por esse espaço. Cada imagem correspondente a um verbete que apresenta uma indicação com a localização no cemitério (Figura 27).

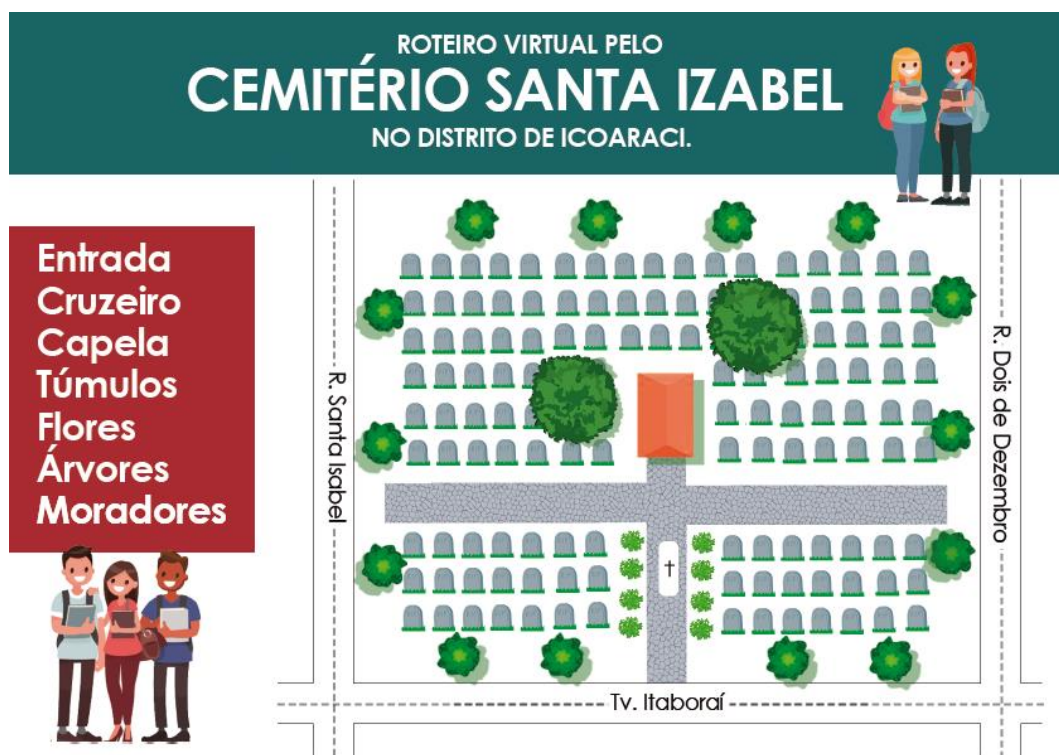
Figura 26 – Vista aérea do cemitério Santa Izabel



Fonte: *Google maps*

Com auxílio dos alunos, listamos alguns pontos de interesse para destacar no roteiro virtual. A princípio, foram destacados os seguintes elementos: a entrada, o cruzeiro, a capela, alguns túmulos selecionados, flores e árvores, e os “moradores”, seres que habitam o cemitério, como cães, gatos e pássaros.

Figura 27 – *Homepage* do roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel



Fonte: elaboração própria

Ao clicar em um dos verbetes, o visitante é direcionado para outra aba, que exhibe algumas informações acerca daquele elemento (Figuras 28 e 29).

Figura 28 – Verbetes sobre a entrada do cemitério Santa Izabel



Fonte: elaboração própria

Figura 29 – Verbete sobre o cruzeiro disposto na alameda central do cemitério Santa Isabel



Fonte: elaboração própria

Todo o processo de seleção dos elementos do cemitério Santa Isabel que apareceram na versão final do roteiro foi construído com a participação ativa dos alunos.

#### 4.2.1 Azulejos

Os azulejos históricos são peças decorativas de cerâmica vitrificada bastante utilizadas como revestimentos arquitetônicos. Constitui um material de grande importância por seu valor artístico e histórico.

De acordo com Ana Raquel Portugal, os azulejos foram uma contribuição árabe para Portugal e para a Espanha, um legado da grande permanência daqueles na Península Ibérica.

A cerâmica esmaltada ou vidrada, de revestimento parietal foi largamente usada nas localizações de implantação muçulmana, mas só no final da Idade Média se desenvolveu a placa esmaltada de formato quadrado, em especial nas comunidades de origem muçulmanas da Andaluzia, de Portugal no início do século XVI. Esta azulejaria chamada hispano-mourisca patenteia belos ornatos, de organização geométrica tipicamente mourisca ou de caráter vegetal e naturalista (de inspiração renascentista)

A partir de 1725 o azulejo modificou-se de modo a satisfazer uma grande procura, ocasionada pela afluência de ouro do Brasil, de uma sociedade que necessitava de luxo e ostentação (PORTUGAL, 2011, p.14).



Segundo a autora, quando a família real chegou ao Brasil, em 1808, trouxe na bagagem o hábito de revestir com azulejos o interior das construções. Porém, no Brasil, o azulejo assumiu novas funções, passando a ser utilizado para decorar as fachadas das edificações.

Uma parede revestida de azulejos pode narrar cenas ou, por meio da repetição de formas, criar um padrão. Quanto ao seu valor histórico, pode-se constituir em um registro de uma sociedade em um determinado período, local e cultura.

Os materiais utilizados nos revestimentos dos túmulos, no caso específico do Santa Izabel, dizem muito sobre o período no qual estes foram edificados ou ainda quando receberam importantes intervenções (reformas): os túmulos mais antigos comumente utilizavam azulejos portugueses e os mais recentes muitas vezes se valem de pedras como o mármore e o granito. As funções dos materiais de acabamento normalmente se estendem para além da estética, auxiliando na proteção dos túmulos contra as intempéries climáticas, assim como nas fachadas das casas.

A influência portuguesa é perceptível no cemitério Santa Izabel. Tradicionalmente utilizados no passado para revestir pisos e paredes por sua impermeabilidade e resistência, os azulejos se tornaram um importante símbolo da cultura portuguesa e estão muito presentes em construções no centro histórico de Belém e áreas adjacentes. Durante o período colonial e imperial, eram um elemento muito frequente nas edificações. Muitos dos túmulos mais antigos contêm azulejos portugueses (ou em modelos inspirados nestes).

O estado de conservação desses túmulos, bem como a ausência de identificação na maioria (em alguns não é possível identificar qualquer informação da pessoa sepultada) nos permitem supor que se trata de túmulos muito antigos ou que possivelmente pertenceram a famílias que não residem mais no distrito.

Não era incomum que alguns azulejos retratassem cenas e passagens bíblicas, como por exemplo, o sagrado coração de Jesus ou figuras de santos, dando testemunho da devoção dos familiares das pessoas ali sepultadas.

De acordo com Sanjad, citada por Mendes:

A azulejaria no Brasil está fortemente atrelada ao intercâmbio com o patrimônio azulejar de Portugal, em função das relações metrópole-colônia, e com a história econômica do país e do Império Ultramarino Português. Os azulejos mais antigos do Brasil datam do século XVII, e estão concentrados na região nordeste, provenientes do Período do Açúcar. Em Belém, foram encontrados em escavações arqueológicas realizadas, no Forte do Presépio, no ano 2000, fragmentos de peças dessa época, entretanto os remanescentes mais remotos, que ainda encontram-se assentados em uma edificação, consistem nos painéis do

Colégio Santo Antonio, antigo Convento Franciscano, produzidos do século XVIII (SANJAD, 2009 apud MENDES).

Segundo a autora, o período áureo da utilização dos azulejos em Belém ocorreu no século XIX, durante o período econômico da borracha, com a utilização cada vez mais frequente de materiais importados da Europa.

A chamada *Belle Époque*, com suas políticas de higienização e de embelezamento das cidades, favoreceu a utilização de azulejos portugueses e de outros materiais importados da Europa como um padrão para o revestimento das fachadas de edifícios construídos naquele período.

Nesse momento era possível observar, em Belém, uma diversidade de exemplares, estilos e técnicas decorativas com materiais oriundos de países como Portugal, Alemanha e França. Durante essa época, o azulejo foi aplicado de várias maneiras (Figura 30).

Figura 30 – Aplicação de azulejos portugueses nos túmulos



Fonte: acervo pessoal

No Cemitério Nossa Senhora da Soledade, o primeiro do tipo em Belém, a utilização de azulejos nos túmulos foi uma prática bastante comum, algo que exerceu influência sobre outras necrópoles construídas em Belém no período, a exemplo do Santa Izabel. Esses azulejos constituem uma importante manifestação histórica e artística.

Além das aulas de História, os azulejos também podem ser objeto de estudo nas disciplinas de Artes, pelo seu inegável valor artístico. Esta é uma das possibilidades de uso interdisciplinar do produto didático em tela.

#### 4.2.2 Túmulos em forma de capela

Outro elemento peculiar são túmulos que imitam casas ou capelas, alguns com dimensões que lembram pequenas moradias, com portas e janelas.

A princípio, poderia se pensar na vantagem representada pela comodidade desses túmulos para os familiares do morto, protegendo os entes queridos que visitam o local da chuva e do sol. Outro efeito adicional seria o destaque que o túmulo apresentaria dentro do cemitério.

Para Cymbalista (2002), a construção desse tipo de túmulo não tem por objetivo principal a privacidade, mas sim a expressão do que se quer transmitir para os visitantes, para que estes percebam a fé dos que edificaram e também dos que estão ali sepultados

É certo que se trata mais de uma alegoria da privacidade do que da privacidade propriamente dita, pois o ritual da família reunida junto aos mortos deve ser percebido publicamente. Prova disso é o fato de serem raríssimas as capelas totalmente opacas, elas quase sempre têm espaço de transparência, vidros, orifícios pelos quais se pode perceber o que se passa do lado de dentro (CYMBALISTA, 2002, p. 89- 90).

Segundo o autor, a edificação desse tipo de túmulo relaciona-se diretamente com a imagem que se quer transmitir para a comunidade. Tais jazigos têm por objetivo a transmissão de uma mensagem para aqueles que visitam o cemitério, uma afirmação da religiosidade e devoção da família ou uma reafirmação do status que a pessoa possuía, em vida, junto daquela comunidade.

Um dos jazigos em formato de capela pertence à Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria – conhecidas por “Irmãs Cordimarianas”, fundada em 21 de novembro de 1916 pelo padre belga Júlio Maria de Lombaerde.

O padre Lombaerde se destacou no trabalho de evangelização na região, tendo fundado três congregações e um dos mais antigos e tradicionais colégios de Icoaraci, o colégio Nossa Senhora de Lourdes. A terceira rua de Icoaraci foi batizada de rua Padre Júlio Maria em homenagem ao religioso após o seu falecimento.

O cemitério Santa Isabel conta com apenas dois jazigos com essas características, e um destes é o que abriga os corpos de várias gerações de freiras, com a peculiaridade de conter informações relativas à data em que elas ingressaram na congregação. Encontra-se em bom estado de conservação (Figura 31).

Figura 31 – Jazigo das irmãs cordimarianas e retrato do Padre Júlio Maria Lombaerde



Fonte: acervo pessoal; página oficial do Colégio “ Nossa Senhora de Lourdes”.

O outro jazigo deste tipo não conta com muitas informações sobre a pessoa (ou pessoas) ali sepultadas, destacando-se pelo estado de conservação ruim em uma parte do cemitério no qual a maioria dos túmulos encontra-se relativamente bem conservado.

Trata-se do jazigo da família Pereira dos Santos. É uma construção bastante antiga, o que é perceptível pelo material empregado na edificação (barro) mas também pelo péssimo estado de conservação. No cemitério Santa Izabel, não faltam túmulos com materiais visíveis e em péssimo estado de conservação. Presumivelmente, estes não recebem cuidados há muitos anos (Figura 32).

Figura 32 – Jazigo da família Pereira Santos



Fonte: acervo pessoal

Para a construção de um roteiro virtual pelo cemitério, faz-se importante analisar também alguns elementos simbólicos e práticas culturais expressas e bem visíveis no Santa Izabel como expressões da cultura popular e da relação que as pessoas estabelecem com a morte.

Os túmulos em formato de capela também podem ser objeto de estudo nas aulas de artes. São muitas vezes decorados com azulejos ou comportas e janelas, a exemplo de pequenas capelas. São um elemento que também oferece boas possibilidades para o trabalho interdisciplinar.

#### 4.2.3 Cruzes

Quem chega ao cemitério Santa Izabel é recebido por uma cruz na parte superior do portão principal. Quando adentra alguns metros pela alameda principal, encontra um grande cruzeiro acompanhado por uma imagem de Jesus crucificado. Uma vez dentro do cemitério, as cruzes acompanham o visitante para onde quer que ele vá.

Pelos menos desde a Idade Média, a cruz estava relacionada à morte e aos sepultamentos. Segundo Cymbalista, a cruz exerceu de forma bastante efetiva o papel de sinalizar, demarcar, caracterizar o espaço sagrado.

Durante o século XIX ocorreu no Brasil o processo de secularização dos cemitérios, quando estes saem do domínio da igreja católica e passam para o domínio da autoridade secular. Contudo, a presença de grande número de símbolos religiosos contrasta fortemente com esse processo, uma vez que

Talvez o sinal mais evidente de que o cemitério não se transformou de forma alguma em um espaço secular seja a proliferação absoluta de cruzes em todas as modalidades possíveis: na vertical, na horizontal, na transversal, sobre monumentos, bidimensionais, tridimensionais, de mármore, de granito, de madeira, de cimento, de metal, canteiros e plantas cortadas em formato de cruz, geometrizadas, com os mais diversos cristos crucificados (CYMBALISTA, 2002, p.87)

No cemitério Santa Izabel, as cruzes são, sem dúvida, o símbolo mais presente, tradicionalmente representando a morte de Cristo e espalhando-se pela necrópole nas mais diferentes formas, disposições e materiais.

A cruz está presente nas igrejas, nas capelas, em procissões e até nos túmulos daqueles que não se identificavam em vida com o catolicismo, a exemplo de túmulos de famílias de imigrantes oriundos do oriente médio ou do extremo oriente.

Cada modelo de cruz possui um significado distinto, como a cruz Mantua de origem germânica, que lembra a cruz maltesa, também conhecida como cruz de São João ou ainda como cruz da promessa divina. Além de cruzes gregas, há as cruzes de Santo André apóstolo, entre muitas outras. Cada modelo de cruz possui um significado distinto, como a cruz Mantua de origem germânica, que lembra a cruz maltesa, também conhecida como cruz de São João ou ainda como cruz da promessa divina. Além de cruzes gregas, há as cruzes de Santo André apóstolo, entre muitas outras (Figuras 33 e 34).

Figura 33 – O cemitério é um verdadeiro mar de cruzes



Fonte: acervo pessoal

Figura 34 – Cruz trevolada e cruz de Santo André apóstolo



Fonte: acervo pessoal

As cruces, por sua vez, possuem potencial para ser objeto de estudo nas aulas de Ensino Religioso, como produto de diferentes culturas e em diferentes épocas.

#### 4.2.4 Velas

Segundo registros históricos, o uso de velas remonta ao Egito antigo por volta de 3000 a.C. Naquele momento, eram utilizadas principalmente para iluminar ambientes. Com o advento do cristianismo, o uso de velas na liturgia se generaliza. No catolicismo, as velas representam a luz divina iluminando a última morada, em oposição às trevas. O evangelho de São Mateus faz referência à vela, comparando a nossa trajetória de vida:

Ninguém acende uma lâmpada para colocá-la embaixo de uma vasilha, e sim para colocá-la no candelabro, onde ela brilha para todos que estão em casa: assim também: que a luz de vocês brilhe diante dos homens, para que eles vejam as boas obras que vocês fazem, e louvem o pai de vocês que está no céu. (Mateus 5, 14-18)

A luz da vela representaria Cristo, que consumiu sua vida até o fim por nós e, à sua semelhança, as pessoas também deveriam consumir suas vidas para iluminar o mundo. As velas devem, portanto, iluminar a alma do falecido à morada eterna. Quanto mais velas, mais iluminado é o caminho do falecido.

No Santa Izabel, no dia de Finados, o volume de velas acesas é tão grande que à noite o cemitério à distância, segundo alguns observadores, se assemelha a um mar de luz. Por vezes, a situação foge ao controle e o fogo atinge a vegetação rasteira e em alguns casos até mesmo galhos mais baixos das árvores. O chão em volta do cruzeiro está permanentemente chamuscado, manchado por várias décadas de queima de velas.

Uma hipótese para explicar essa grande profusão de velas, além das crenças religiosas é que, para a comunidade local, o dia de finados é o momento para demonstrar o quanto aqueles que estão ali sepultados são objeto de afeto por parte de seus familiares. Passado esse dia, possivelmente essa necessidade não seja mais sentida da mesma forma, o que pode explicar que muitos túmulos são alvo de cuidados apenas nas proximidades do feriado (Figura 35).

Figura 35 – Velas dispostas aos pés do cruzeiro central, também é possível ver o chão chamuscado



Fonte: acervo pessoal

As velas continuam a movimentar a economia local mesmo depois de acesas (e queimadas). Um dos interlocutores cita episódios de pessoas que pulam o muro do cemitério após o dia de Finados, quando os portões já estão fechados, para retirar restos de parafina das velas que estão nos túmulos, o que, segundo o testemunho do zelador, danificam as peças de mármore e granito. Esses restos de parafina provavelmente são vendidos para a fabricação de velas artesanais, atividade comum no distrito.

Estes itens podem ser objeto de estudo nas aulas de Ensino Religioso, enquanto expressão das crenças religiosas e prática cultural, bem como nas aulas de Ciências, oferecendo a possibilidade de estudo das reações químicas envolvidas no funcionamento das velas.

Desde a primitiva tocha de pinho até à vela de parafina, que enorme intervalo entre elas e que contraste tão profundo! Os meios adoptados pelo homem para iluminarem as suas casas à noite definem a sua posição na escala da civilização. O betume fluido do Extremo-Oriente brilhando em rudes vasos de barro cozido, a sofisticada lâmpada etrusca pouco adaptada à sua função; a gordura de baleia,



de foca ou de urso enchendo as cabanas dos esquimós e lapões, com mais cheiro do que luz; a grossa vela de cera no resplandecente altar; toda a gama de lâmpadas de gás das nossas ruas – todas têm uma história para contar. Todas, se pudessem falar (e a seu modo até podem), aqueceriam os nossos corações contando-nos como estiveram ao serviço do conforto do homem, do seu amor ao lar, ao trabalho e à devoção. (FARADAY, 2011, p. 24).

A partir de uma vela, pode se falar dos diferentes meios utilizados pelo homem para iluminar os ambientes ao longo da história bem como dos usos rituais, das distintas técnicas de fabricação delas, dos significados simbólicos do uso destas em distintas religiões, entre outras possibilidades.

#### 4.2.5 Vegetação

Um dos elementos mais comuns no cemitério Santa Izabel, depois das cruzes, são as flores, de todos os tipos e cores, naturais e artificiais, com ou sem perfume, adornando os túmulos ou ladeando os caminhos da necrópole.

Alguns especialistas defendem que o costume de ornar as sepulturas com flores remonta a milênios, cerca de 14 ou 15 mil anos. Eles relatam que era comum usarem hortelã, sálvia e outras plantas de aroma delicado. Sinais de células destes tipos de vegetais já foram encontrados em cavernas, terraços e outros lugares que são objetos de estudo dos arqueólogos. A pesquisadora Paula Andreia Caluff citando Lewis Mumford afirma que

Diferentes civilizações demonstraram ao longo da História, o uso das flores de maneira simbólica, a começar pelo homem primitivo. Pesquisas e inumações em sítios arqueológicos atestam sepultamentos de forma cerimoniosa, onde montes de terra, pedras, gravetos e até flores marcavam as covas, como um indicativo da preocupação com o *post mortem* e, ao mesmo tempo, a existência de uma intencionalidade de fazer memória ao morto, pois se marcavam o lugar era porque havia um desejo de ali retornar (MUMFORD, 1998 apud CALUFF)

Segundo a autora, as flores são objetos de uma apropriação simbólica bastante recorrente. Elas indicam tanto o Paraíso, prefigurado no Jardim do Éden, quanto as estações do ano na terra. Desde a Idade Média, as flores assumiram um sentido particular dentro do ideário cristão. Por exemplo: flores vermelhas representavam o sangue da Paixão de Cristo, flores brancas, especialmente o lírio e a rosa sem espinhos, a pureza da Virgem. O ciclâmen, o jasmim, o lírio do vale e as violetas também eram relacionados à Virgem.

Mais do que um sinal de respeito e de afeição pelos mortos, as flores inicialmente eram usadas para disfarçar o odor ruim que exalava dos cadáveres em decomposição. Outro dado interessante é que as flores poderiam suavizar o ambiente em momentos de dor,

ajudando a despertar emoções positivas nas pessoas. Essa possibilidade explicaria o uso das flores em distintas ocasiões sociais, além dos velórios.

Uma vez nos velórios, as flores simbolizariam a beleza, o frescor e acor, o ciclo da vida, não deixando de nos lembrar também a fragilidade da existência humana e seu caráter fugaz.

A alameda principal do cemitério é ladeada por uma fileira de plantas com abundantes flores brancas, muito comum nos canteiros e jardins das ruas do distrito de Icoaraci, conhecido como “Jasmim do Caribe” (*Plumeria pudica*).

Figura 36 – Jasmim do Caribe ornamentando a alameda central do cemitério Santa Izabel



Fonte: acervo pessoal

Uma década atrás, essa planta não seria vista nos jardins locais. Diz a tradição local que o pároco da igreja local de São João Batista e Nossa Senhora das Graças, ao retornar de uma viagem, trouxe uma muda dessa planta, que foi transplantada para o jardim interno da paróquia. Devido à facilidade para o cultivo, pois é, como dizem os moradores locais, uma planta que “pega de galho”, a espécie logo espalhou-se pelos jardins, canteiros e praças da região mais central de Icoaraci, chamando a atenção pela abundância

O Jasmim do Caribe – *Plumeria pudica* é um arbusto, pertence à família Apocynaceae, nativa da Venezuela e Panama, perene, de 2-3 metros de altura. Folhas em formato de uma colher, verde escuro e brilhante. Flores em forma de um buquê, brancas com um toque levemente amarelado que vai acentuando em direção ao centro da flor, localizada na parte superior da planta. Surgem quase o ano todo, com mais intensidade no período mais quente. Essa espécie é muito usada na decoração de jardins como planta isolada em meio a gramados; em grupos formando maciços; também é muito usada em grandes vasos, onde apresenta uma folhagem intensa e brilhante. O Jasmim do Caribe pode ser conduzido como árvoreta.

Por ser uma espécie resistente e de clima tropical e subtropical, suportando bem as condições locais, adaptou se perfeitamente ao clima e solo da região.

Parte importante da arborização do cemitério é constituída por árvores conhecidas como a castanhola, ou castanheira. Originária da Índia, esta planta cujo nome científico é *Terminalia catappa*, faz parte da família das Combretáceas e é uma árvore exótica comum nos grandes centros urbanos do Brasil, em especial no Norte e no Nordeste. Essa árvore pode ser considerada uma espécie invasora, pois origina-se na Ásia. Pode alcançar até 35 metros de altura, embora haja poucos exemplares com essa altura no distrito.

Segundo as fontes especializadas, a castanhola frequentemente é cultivada próximo a praias, pois tolera bem ambientes com elevada salinidade. Em Icoaraci, é bastante utilizada na arborização urbana por sua boa sombra, pois forma uma copa ampla e com grandes folhas, fornecendo boa proteção contra o sol abrasador.

Tem tronco ereto, com casca parda fissurada horizontalmente e verticalmente, com a parte vertical mais longa que a horizontal, formando pedaços espeçados simetricamente. Folhas alternas, de formato ovalado, que mede em média 26cm de comprimento por 18 de largura. São de cor verde, mas vão perdendo sua cor indo para amarelado-vermelho em certos períodos do ano. Flores pequenas, com sua inflorescência em racemos. Suas flores são de cor branco-amareladas. São drupas elipsóides, de cor verde quando imaturos e amarelo-vermelho quando maduros. Tendo polpa vermelha de sabor ácido.

As crianças do distrito tradicionalmente utilizam os frutos da castanhola para as mais diversas brincadeiras de rua como bole-bole, amarelinha, entre outras. É uma espécie muito comum nas principais praças e ruas da região central do distrito.

Figura 37 – Castanholas localizadas próximo à entrada principal do cemitério



Fonte: acervo pessoal

Outra árvore que marca presença no cemitério Santa Izabel é a mangueira (*Mangifera indica*), árvore símbolo da cidade de Belém do Pará, conhecida como “Cidade das Mangueiras”. Essa árvore é uma das principais espécies frutíferas tropicais cultivadas no mundo. Originária da Ásia, pode ser encontrada desde o leste da Índia até as Filipinas, foi introduzida no Brasil e em outros países tropicais pelos portugueses no século XVI, e adaptou-se muito bem ao clima.

Apresenta copa densa, perene e muito frondosa. Seu fruto, a manga, é saborosa e perfumada, com casca fina, porém resistente, podendo apresentar cores diversas entre o verde, vermelho, rosa, amarelo ou laranja, com ou sem manchas pretas.

As mangueiras têm tronco largo, casca escura, rugosa e látex resinoso. As folhas são coriáceas, lanceoladas, com 15 a 35 cm de comprimento. Esta árvore possui floração abundante e ornamental, inflorescências paniculadas e terminais, com flores pequenas.

A floração ocorre de agosto a novembro; e a frutificação ocorre de novembro a fevereiro (AGÊNCIA BELÉM, 2010).

Figura 38 – Mangueiras próximas à entrada central do cemitério Santa Izabel



Fonte: acervo pessoal

Outra espécie encontrada no cemitério Santa Izabel é o jambeiro-vermelho (*Syzygium malaccense*), uma espécie da família Myrtaceae, que se destaca por apresentar uma grande quantidade de espécies que produzem frutos de valor econômico.

Também originária da Ásia, essa espécie se adaptou com facilidade ao clima tropical. Após sua introdução no Brasil, a espécie ganhou espaço, principalmente no Nordeste e Norte do país.

O gênero *Syzygium* é cultivado em muitas áreas da Tailândia, Indonésia, e Filipinas devido ao clima tropical necessário para o crescimento [...] existem algumas espécies que são cultivadas para o consumo interno e também para exportação, principalmente para Taiwan, Hong Kong e Cingapura. Essa espécie produz frutos adocicados e levemente ácidos. (ALMEIDA, 2011).

O fruto do jambeiro, o jambo, é carnudo, de polpa branca e casca fina, coloração vermelho-escuro e um formato levemente oval, tendo sabor adocicado. O fruto delicioso possui um cheiro marcante que lembra o aroma de rosas.

Existe uma relação peculiar entre o cemitério Santa Izabel e os jambeiros que compõem sua. Os famosos “jambos do cemitério” fazem parte do folclore local, sendo muito abundantes as histórias de crianças que adentram aquele recinto para apanhar os frutos maduros. Nos meses de produção mais intensa, esses frutos chegavam inclusive a ser comercializados no bairro, sem que se revelasse, é claro, a procedência deles para os eventuais compradores.

O senhor Nilson Furtado, que trabalha como zelador do cemitério, tem um interessante relato acerca desses frutos:

Na época da safra tínhamos que redobrar a vigilância para as crianças que entravam no cemitério pra “apanhar” jambo. Eles pulavam o muro, evitando o olhar dos vigias e subiam nas árvores. Pela quantidade que pegavam na certa era para vender. Também acontecia com as mangas, mas o mais comum era com os jambos devido ter muitas mangueiras nas ruas e a concentração de jambeiros ser maior aqui. As vezes a gente via os meninos vendendo os jambos em saquinhos ali na frente do mercado (Nilson Furtado, zelador do cemitério Santa Izabel – comunicação pessoal).

#### 4.2.6 *Epitáfios*

Os epitáfios são inscrições tradicionalmente feitas nas lápides para homenagear aqueles que estão ali sepultados, quase sempre com palavras de apreço e saudade. Além de pintadas diretamente sobre o mármore ou o granito, muitas vezes estão presentes em placas de madeira ou metal.

Algumas inscrições contam um pouco da história de vida do morto, expressam os mais diversos sentimentos: tristeza, saudade, esperança, gratidão ou inconformismo com a partida do ente querido.

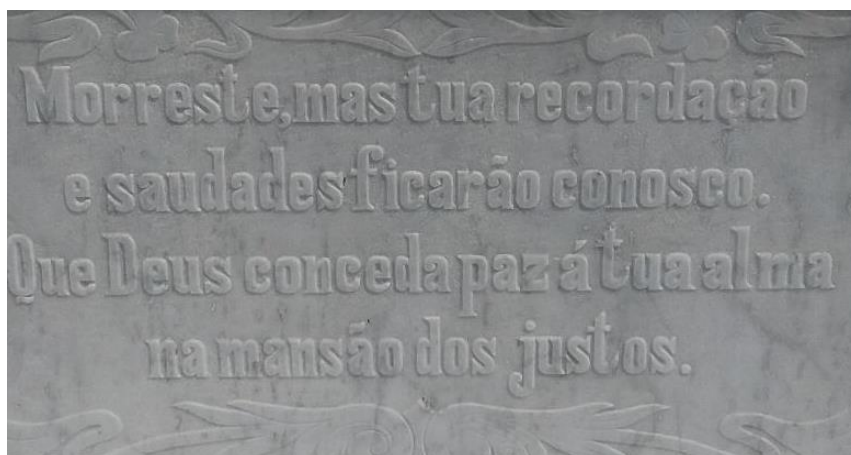
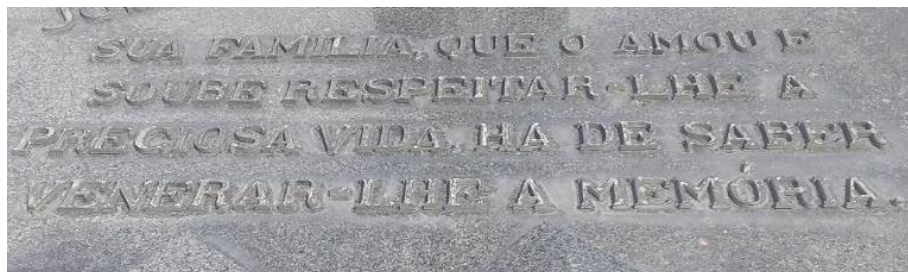
No cemitério Santa Izabel, os epitáfios mais comuns costumam conter versículos bíblicos, frases de conforto e esperança de um reencontro vindouro. Alguns são feitos sob medida, encomendados especialmente pelos familiares para aquela pessoa. Outras são visivelmente padronizadas, típicos exemplares do comércio de produtos funerários.

É comum que os epitáfios expressem a crença em uma vida pós-morte e a esperança na eternidade. “Ressureição”, “memória” e “saudades” são palavras comuns na linguagem mortuária.

O hábito de colocar inscrições nos túmulos teria tido a sua origem nos antigos romanos. Inicialmente, ao contrário dos primeiros cristãos, conforme demonstrou Paul Veyne (2009), os denominados pagãos romanos tinham o costume de sepultar os seus mortos em tumbas ao lado das estradas que levavam à cidade, valorizando prioritariamente a confecção de epitáfios que tinham o objetivo de serem públicos.

Os pagãos romanos colocavam inscrições exaltando seus mortos nas suas catacumbas, à vista de todos que passavam. Esse costume logo foi imitado pelos cristãos romanos, inicialmente apenas com os seus mártires. Aos poucos a prática se generalizou, de forma que os epitáfios atuais tiveram sua origem nesse período. O epitáfio tornava a morte algo público e no caso específico dos cristãos expressava sua crença e seu em uma vida pós-morte.

Figura 39 – Epitáfios



Fonte: acervo pessoal

### 4.3 A diversidade dos sujeitos ali sepultados

O que compõe a riqueza do Cemitério Santa Izabel é a diversidade de sujeitos ali sepultados. Em uma sociedade extremamente heterogênea, marcada por uma grande diversidade de indivíduos com diferentes origens, classes sociais, condições materiais de existência, crenças, o cemitério acaba por se tornar uma expressão dessa riqueza, dessa diversidade.

Contando com a participação ativa dos alunos, selecionamos alguns túmulos de pessoas que são, sob vários aspectos, bastante representativas da pluralidade que marca a comunidade local e da diversidade de sujeitos que descansam no Santa Izabel.

Um dos elementos que mais chamou a atenção dos alunos, tanto nas discussões em sala de aula, quanto na visita ao espaço do cemitério, foi a riqueza de informações possíveis de se extrair a partir das lápides: datas de nascimento e de falecimento, profissão, condição socioeconômica, filiação religiosa, entre outras. Dois critérios foram selecionados para a escolha dos sujeitos que integram o roteiro virtual: a profissão que esses indivíduos exerciam e a existência de relações entre alguns desses indivíduos e os alunos.

#### 4.3.1 *José Maria Gomes da Cunha*

José Maria Gomes da Cunha, português, natural da cidade de Braga, norte de Portugal. Chegou ao Brasil em 1920, com apenas 12 anos. Em Belém, passou a trabalhar em uma panificadora de propriedade de um compatriota.

Segundo a senhora Sandra da Mata, que foi nora de José Maria, seis anos depois ele decidiu se estabelecer na Vila Pinheiro, atual Icoaraci, onde começou a trabalhar em uma loja de tecidos, anos depois vindo a se casar com a filha do proprietário. Após o falecimento do seu sogro, José Maria assume o comando da loja de confecções. A loja prospera e ele se torna um comerciante bem-sucedido e bastante conhecidos do distrito.

A história de José Maria Gomes da Cunha é bastante significativa da imigração portuguesa nesse período. Muitos chegavam ao Brasil oriundos de famílias muito pobres e, uma vez aqui e por diferentes trajetórias, ascendiam social e economicamente. Um de seus filhos, o senhor Orlando Cunha, herdou o comando dos negócios do pai, vindo a se tornar uma pessoa bastante conhecida nos círculos sociais de Icoaraci; sócio do Clube Social do Pinheirense e membro do Lions Clube.



Figura 40 – Jazigo da família Cunha



Fonte: acervo pessoal

#### 4.3.2 Juvenal Soares da Costa

Juvenal Soares da Costa foi um pescador, natural de Soure, Marajó. Nas décadas de 1970 e 1980, muitas famílias de pescadores oriundos do Marajó e de outras regiões do interior do estado migraram para Belém, motivadas pelo estabelecimento do distrito industrial de Icoaraci e por uma crescente indústria pesqueira que se estabelecia às margens do furo do Maguari e da baía do Guajará. De acordo com Natasha Veloso,

Muitas famílias são migrantes, oriundas de comunidades pesqueiras, ou agro pesqueiras, de áreas de ocupação antiga do Pará, como Ilha de Marajó e Bragança. Em pequena proporção, procedem do Maranhão e Ceará. Nas décadas

de 1970 e 1980 (IBGE) Icoaraci teve acentuado crescimento populacional, assim como muitos municípios/Estados do Norte, resultado, segundo COSTA (1990, p.79), de imigração em razão das políticas de desenvolvimento. De fato, a maioria dos migrantes (41,98%) chegou há mais de vinte anos, coincidindo com a implantação/expansão do parque industrial pesqueiro na área. No bairro objeto de estudo (Campina de Icoaraci), percebeu-se que o processo migratório (tomada de decisão, saída e estabelecimento no local) envolveu apoio mútuo dos membros das famílias nucleares, de alguns parentes consangüíneos e afetivos e de conterrâneos. Ainda hoje se verifica que os moradores compõem redes de parentesco. Há uma associação profissional, que procura ter acesso a financiamentos e parcerias que favoreçam a atividade. Laços sociais tradicionais - parentesco - ou novos - associativismo - são importantes na organização social desses pescadores (VELOSO, 2006).

A família de Juvenal Soares da Costa estava inserida nesse contexto, tendo se estabelecido com sua esposa e filhos na comunidade do Furo do Maguari em Icoaraci. Migraram em busca de melhores condições de trabalho e de condições mais favoráveis para comercializar o produto deste. Uma vez estabelecido no distrito, Juvenal trabalhou por conta própria. Como o rendimento do trabalho era escasso, precisou procurar emprego no processamento de pescado nas várias empresas que se instalavam às margens do rio naquele período.

A pesca era então umas das mais importantes atividades econômicas do distrito. Icoaraci chegou a contar com a maior colônia de pescadores do estado, a Z10. Falecido no início do ano 2000, deixou filhos e netos, vários dos quais estudaram na Escola “Yolanda Leduc Peralta”.

A família de Juvenal vive até os dias de hoje no Furo do Maguari, uma das áreas mais carentes de Icoaraci. Os restos mortais de Juvenal repousam juntamente com os de sua mãe, falecida alguns anos antes, em um túmulo simples. A identificação só se tornou possível com a o auxílio de um neto que estuda na escola.

Figura 41 – Túmulo de Juvenal Soares da Costa e de sua mãe



Fonte: acervo pessoal

#### 4.3.3 Osmar Barroso

Osmar Barroso foi um taxista natural de Curuçá. Durante a década de 1970, o distrito de Icoaraci experimentou um grande crescimento populacional que foi sentido com o aumento significativo das taxas de crimes como roubos e latrocínios. Osmar Barroso era taxista em uma época em que o transporte público ligando Icoaraci a outros bairros era quase inexistente. Em relatos, parentes afirmam que a profissão desfrutava de um certo status social naquela comunidade na qual a falta de uma ocupação fixa era uma realidade concreta para boa parte da população.

Conforme mencionado, o aumento da criminalidade foi uma consequência do crescimento populacional e da ocupação desordenada do distrito. Osmar Barroso foi

cruelmente assassinado por bandidos que buscavam vingança, segundo noticiou a imprensa no período e as informações apuradas com a filha do senhor Osmar, senhora Osmarina de Alcantara.

O crime nunca foi completamente esclarecido. A hipótese de vingança levantada pelos jornais na época nunca foi confirmada, uma vez que os criminosos nunca foram presos. A filha de Osmar diz que uma outra possibilidade para o crime teria sido um engano: ele pode ter sido confundido com o proprietário do veículo.

Figura 42 – Recorte de jornal com a notícia do assassinato de Osmar Barroso



Fonte: acervo da família Barroso (cedido)

Osmar Barroso foi assassinado em 1979. Sua esposa faleceu no ano seguinte e hoje repousa ao seu lado. O túmulo – ou o que restou dele – está adornado com várias plantas ornamentais. Não há lápide, apenas a indicação do local onde encontra-se o túmulo e flores, muitas flores.

Figura 43 – Túmulo de Osmar Barroso e de sua esposa



Fonte: acervo pessoal

Os túmulos destacados pertencem a pessoas que são bastante representativas da população de Icoaraci. Indivíduos com trajetórias distintas, vindos de diversos lugares, mas que escolheram Icoaraci para construir suas vidas.

Várias questões podem ser abordadas a partir da trajetória dessas pessoas, tais como: imigração, crescimento urbano desordenado, violência urbana, o povoamento do distrito de Icoaraci por pessoas de diversas origens e que desempenharam diversas atividades econômicas desenvolvidas no distrito em diferentes períodos, pode contribuir de maneira significativa para a compreensão da história local.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que o espaço dos mortos, os cemitérios são lugares de memória e locais extremamente ricos em possibilidades de compreensão das sociedades que os construíram. São um produto da história, da cultura e das vivências dessas sociedades. Nestes, estão sepultados homens, mulheres e crianças, ricos e pobres. Pessoas que viveram, sonharam e ajudaram a fazer a história com suas trajetórias de vida.

Realizar um trabalho acerca dos cemitérios como o Santa Izabel não implica necessariamente ter a morte como enfoque principal. Pode muito bem ser um trabalho sobre a vida e as realizações desses homens.

Em cada túmulo, lápide, arranjo de flores, árvore, cruz, vela enxergamos muito da relação que esses homens estabelecem com a morte, mas também da forma como percebiam a vida. Nas diferentes práticas de enterramento, percebemos muito de suas crenças religiosas, bem como relações de poder e o desejo de imortalidade, expresso em túmulos monumentais. Expressões de dor e também de amor.

O presente trabalho explora apenas uma pequena amostra das muitas possibilidades de produção de conhecimento a partir dos cemitérios. Nesse caso específico, um cemitério pequeno, localizado em um distante distrito de Belém, o cemitério Santa Izabel em Icoaraci.

Fizemos a opção por trabalhar com as histórias de vida de pessoas que viveram no distrito e que transitaram pelas mesmas ruas que os nossos alunos, com os quais eles mesmos muitas vezes possuem relações de parentesco.

Conforme mencionado anteriormente, a escolha do cemitério Santa Izabel como objeto deste trabalho surgiu tanto de experiências pessoais deste professor-pesquisador quanto das necessidades práticas do dia a dia em sala de aula, principalmente a necessidade de tornar o conteúdo trabalhado em História mais interessante para os alunos, partindo de elementos que eles conheçam, que façam parte da sua vivência.

O professor da rede pública habitualmente precisa lidar com grandes dificuldades no exercício da docência, dentre elas a carência de materiais didáticos que possam ser utilizados por várias disciplinas que sejam facilmente acessíveis e tenham relação com as vivências dos seus alunos.

O roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel pode ajudar a satisfazer algumas dessas necessidades, constituindo-se em um recurso importante para trabalhar uma gama variada de conteúdo, não apenas na disciplina História, uma vez que o roteiro virtual tem possibilidades de utilização virtualmente ilimitadas.

O distrito de Icoaraci é um lugar extremamente rico em possibilidades para a educação patrimonial nas aulas de história, muitas dessas pouco exploradas pelo professor em sala de aula. Acreditamos – e esperamos – que este trabalho possa servir como ponto de partida e referência para futuras pesquisas que explorem o riquíssimo patrimônio cultural de Icoaraci.

## REFERÊNCIAS

- ANANINDEUA (PA). **Lei Municipal nº 2.560, de 29 de março de 2012**. Cria a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) denominada “Museu Parque Seringal” e dá outras providências. Ananindeua: Diário Oficial do Município, nº 1.438, de 09 de abril de 2012.
- BACHA, C. J. As unidades de conservação do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 30, n. 4, p. 339-358, 2020.
- BASTOS, R. Z.; BÓGEA, E. B.; SILVA, A. P.; RIBEIRO, M.; RIBEIRO, M. Museu Parque Seringal: Patrimônio Cultural e Natural. *In: Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*, 4., Belém. **Anais** [...]. Belém, 2012. p. 200.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- CAMPOS, C. E. S.; OLIVEIRA, L. S. **A construção do lazer e a defesa do meio ambiente no Museu Parque Seringal**. 2017. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Educação Física) – Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017.
- DEAN, W. **A Luta pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. 1. ed. São Paulo: Nobel, 1989.
- \*\*\*
- ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ANDRADE, A. F. Proposta Metodológica para Criação de Roteiros em Ambientes Virtuais para Aplicação Educacional. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 5, n. 1, p. 147-148, dez. 2012. ISSN 2317-6121. Disponível em: <https://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/2286>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- ASSIS, M. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. 20. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção do conhecimento: uma perspectiva cognitiva**. 1. ed. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2000.
- ARIÉS, P. **História da morte no ocidente da idade média até os nossos dias**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BELLOMO, H. R. (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
- BURGUIÈRE, A. A longa viagem de “O homem e a morte”. *In: PENA-VEGA, A.; LAPIERRE, N. (Org.). Edgar Morin em foco*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 69-98.



BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do Historiador**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CAIMI, F. H. Porque os alunos (não) aprendem história? Reflexões sobre o ensino, aprendizagem e formação de professores de história. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 21, 2006.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui também jaz um patrimônio**: Identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (O caso do cemitério do imigrante de Joinville/ SC, 1962- 2008). 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CYMBALISTA, R. **Cidade dos vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

CIAMPI, H. Epistemologia e metodologia: diálogos interdisciplinares na pesquisa do ensino de História. In: ARIAS NETO, J. (org.). **Dez anos de pesquisa em ensino de História**. 1. ed. Londrina: AtrioArt, 2005, p. 122- 135).

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

COSTA, L. M. G. **Icoaraci**: Formação socioespacial, tentativas de afirmação e emancipação territorial. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

CRUZ, E. **História do Pará**. 1. ed. Belém: Grafisa, 1973.

DIAS, M. B. **Urbanização e ambiente urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém-PA**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FARADAY, M.; RIBEIRO, V. **A história química de uma vela**: As forças da matéria. 1. ed. Contraponto Editora, 2021.

FIGUEIRA, C. R.; MIRANDA, L. L. **Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental**: conceitos e práticas. 1. ed. São Paulo: Edições SM Ltda., 2012.

FRANCO, Maria da Conceição Vilela. **De campo santo à necrópole monumentalizada**: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX /Maria da Conceição Vilela Franco. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 17. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GASPARETTO, S. A. M.; SANJAD, T. A. B. C. Azulejos históricos do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, Norte do Brasil: caracterização microestrutural, física e mineralógica. **Cerâmica**, v. 64, n. 369, p. 141-147, 2018.

- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 4. ed. São Paulo : vértice, 1990.
- HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. 1. ed. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo leitão. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MORIN, E. **O homem e a morte**. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago,1987.
- MUNFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Martins fontes, 1998
- NADAI, E. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, 1993, p.143-162.
- NETO, J. O. R. Dos epitáfios às catacumbas. **Alétheia-Estudos sobre Antiguidade e Medieval**, v. 2, n. 2, 2010.
- NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, p. 07-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, V. Educação, memória e histórias de vida: usos da história oral. **História oral**, Recife, v. 8, n. 1, p. 94. Jan/ jun. 2005.
- PENTEADO, A. R. **Belém**: (estudo de geografia urbana). 1. ed. Belém: UFPA, 1968. 2 v. (Coleção amazônica. Série José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/43>. Acesso em: 04 abr. 2021.
- PINTO, H. A interculturalidade em Educação Patrimonial; desafios e contributos para o ensino de história. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 205- 220, jan./ mar.2017.
- PORTUGAL, A. R. O Legado Árabe no Brasil. **Ibérica, revista interdisciplinar de estudos ibéricos e ibero-americano**. Juiz de Fora, n. 16, maio-ago. 2011.
- POULOT, D. Cultura, história, valores patrimoniais e museus. **Varia História**, V. 27, n. 46, 2011, p. 471- 480.
- REIS, J. J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revoltas populares no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REZENDE, E. **Cemitérios**. 1. ed. São Paulo: Necropólis, 2007.
- RODRIGUES, M. J. **A gestão das taxas públicas do Município de Belém /PA**: eficiência e aumento da arrecadação na secretaria municipal de finanças. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2018.

RODRIGUES, P. A. C. **Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade**, em Belém/PA, 2014. 425 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

SCHMITT, J. C. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEFFNER, F. Escola Pública e Função Docente: pluralismo democrático e liberdade de ensinar. *In*: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (Org.). **Golpes na história e na escola: O Brasil e a América Latina nos Séculos XX e XXI**. 1. ed. São Paulo: Cortez; ANPUH – SP, 2017, p. 192 – 216.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ – SEDUC. **Documento curricular para educação infantil e ensino fundamental do estado do Pará**. Belém, 2019.

SILVA, E. A. **O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850- 1891)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVEIRA, F. L. A.; SOARES, P. P. Etnografia no mundo urbano de Belém (PA): as transformações das paisagens a partir das memórias dos antigos moradores do distrito de Icoaraci. **Revista Pós Ciências Sociais**. São Luís, v.5 n. 9, 2008.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Trad. Lolio Lourenço de Oliveira. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 1998.

ULIANA, I. **O Cemitério Municipal de Maringá (Paraná) enquanto espaço de memória e saberes históricos (1947 – 2017)**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

VIANA, R. S. **Cemitério Municipal de Pérola - PR: espaço dos mortos, vidas narradas (1959 - 2018)**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

VOVELLE, M. **As almas do Purgatório ou o trabalho do Luto**. Trad. Aline Meyer e Roberto Cattani. São Paulo: UNESP, 2010.

ZAFON, C. R. **A sombra do vento**. 1. ed. São Paulo: Suma das Letras, 2002

## **APÊNDICE**

**APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL: ROTEIRO VIRTUAL PELO  
CEMITÉRIO SANTA IZABEL**

SOARES, M. A. C.. *Roteiro virtual pelo cemitério Santa Izabel, distrito de Icoaraci.*

Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1u5525XZJd4y5ty3Kq\\_jnd7PbFwDfz7Qx/](https://drive.google.com/file/d/1u5525XZJd4y5ty3Kq_jnd7PbFwDfz7Qx/).

Acesso em: 27 dez. 2021.